

ISSN 1808-8392 e-ISSN 1808-8678

# Inclusão Social

v.13 n.1 julho/dezembro 2019



Ações da  
Agenda 2030  
no Contexto  
do Ibict e  
da Ifla Lac

**Inclusão Social**  
**v. 13 n.1 jul./dez. 2019**

ISSN 1808-8392 eISSN 1808-8678

Número Especial

**Ações da agenda 2030 no contexto do Ibict e da  
Ifla Lac**

*Agenda 2030 actions in the context of Ibict and Ifla Lac*

*Agenda 2030 acciones en el contexto de Ibict e Ifla Lac*

## Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

### Diretoria

Cecília Leite Oliveira

### Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos (CGNP)

Marcel Garcia de Souza (Coordenador substituto)

### Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados (CGPC)

Bianca Amaro

### Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI)

Tiago Emmanuel Nunes Braga

### Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação (COEPPE)

Gustavo Saldanha

### Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (COPAV)

José Luis dos Santos Nascimento

### Coordenação de Administração (COADM)

Reginaldo de Araújo Silva

### Seção de Editoração (SEDT)

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

### Indexação

*Inclusão Social* tem seus artigos indexados ou resumidos.

**Bases Internacionais:** Paschal Thema: Science de L'Information, Documentation  
Library and Information Science Abstracts  
PAIS Foreign Language Index  
Information Science Abstracts  
Library and Literature  
Páginas de Contenido: Ciencias de la Información  
EDUCACCION: Notícias de Educación, Ciencia y Cultura Iberoamericanas  
Referativnyi Zhurnal: Informatika. ISTA Information Science & Technology Abstracts. LISTA Library, Information Science & Technology Abstracts. SciELO Scientific Electronic Library On-line. Latindex – Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina el Caribe, España y Portugal, México. INFOBILA: Información Bibliotecológica Latinoamericana.

### Indexação em Bases de Dados Nacionais

**Portal de Periódicos:** LivRe – Portal de Periódicos de Livre Acesso

Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

**Portal de Associações Nacionais:** Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib).

**Bases de Dados Nacionais:** Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos de Ciência da Informação da Universidade Federal do Paraná (Brapci). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (Peri).

---

**Editada em outubro de 2019.**

**Última edição em janeiro de 2020.**

**Publicada em janeiro de 2020.**

**Inclusão Social**  
**v. 13 n.1 jul./dez. 2019**

ISSN 1808-8392 eISSN 1808-8678

Número Especial

**Ações da agenda 2030 no contexto do Ibict e da  
Ifla Lac**

*Agenda 2030 actions in the context of Ibict and Ifla Lac*

*Agenda 2030 acciones en el contexto de Ibict e Ifla Lac*



2019 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

## Equipe técnica

### Coordenação editorial desde número

Ricardo Crisafulli Rodrigues

### Editor executivo

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

### Editora assistente

Gislaine Russo de Moraes Brito

### Revisão gramatical e visual

Margaret de Palermo Silva

Rafael Teixeira de Souza

### Diagramação

Dayane Jacob de Oliveira

### Normalização de referências

Danielly dos Santos Ribeiro

### Capa

Rodrigo Azevedo Moreira

### Tradução inglês/espanhol

SEDIT/Ibict

## NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da revista *Inclusão Social* a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR Code publicado em cada artigo da versão impressa.

Mais informações pelo telefone: (61) 3217-6364

---

Inclusão Social/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

– vol. 1, n. 1 (out./mar. 2005) – Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2005 – v. 26 cm. Semestral.

Publicação suspensa a partir de out. 2007/mar. 2008, sendo continuada a edição do v. 3 n. 2, em jan./jun. 2010.

ISSN 1808-8392. eISSN 1808-8678.

1. Inclusão social – periódicos I. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

CDU 316.42 (05)

---

## Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Setor de Autarquias Sul (SAUS)  
Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5º Andar  
Cep: 70070-912 – Brasília, DF  
Telefones: 55 (61) 3217-6360 / 55 (61) 3217-6350  
[www.ibict.br](http://www.ibict.br)

Rua Lauro Muller, 455 - 4º Andar - Botafogo  
Cep: 22290-160 – Rio de Janeiro, RJ  
Telefones: 55 (21) 2275-0321  
Fax: 55 (21) 2275-3590  
<http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>  
<http://www.ppgci.ufrj.br>

# Comitê Editorial (período de vigência dezembro de 2019 a dezembro de 2021)

## Editor Científico

### **José Rincon Ferreira**

Doutor em Educação Corporativa pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), Portugal. Coordenador dos Prêmios Samuel Benchimol e Banco do Amazônia de Empreendedorismo Consciente.

<http://lattes.cnpq.br/1786468148821190>

E-mail: [rinconfer@uol.com.br](mailto:rinconfer@uol.com.br)

## Membros Honorários

### **Eduardo Moacyr Krieger**

Livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Doutor em Fisiologia Cardiovascular pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRPUSP), Brasil. Diretor Executivo da Comissão de Relações Internacionais (CRInt) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Vice-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - SP, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2222628122237100>

E-mail: [edkrieger@incor.usp.br](mailto:edkrieger@incor.usp.br)

[edkrieger@abc.org.br](mailto:edkrieger@abc.org.br)

### **Ricardo Young**

Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – São Paulo, SP.

<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoar/ricardo-young-1>

E-mail: [ricardoyoung@camara.sp.gov.br](mailto:ricardoyoung@camara.sp.gov.br)

### **Mercedes Caridad Sebastián**

Catedrática do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Carlos III.

Madri, Espanha.

<https://www.directorioexit.info/ficha1598>

E-mail: [mercedes@bib.uc3m.es](mailto:mercedes@bib.uc3m.es)

## Comitê Editorial

### **Nara Maria Pimentel**

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Professora da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0805401717504312>

E-mail: [nara.ead@gmail.com](mailto:nara.ead@gmail.com)

[nara.pimentel@ead.unb.br](mailto:nara.pimentel@ead.unb.br)

### **Tania Chalhub de Oliveira**

Pós-Doutorado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil. Doutora em Social Work pela University of Minnesota (U of MN), Estados Unidos. Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6737749200665570>

E-mail: [chalhubtania@gmail.com](mailto:chalhubtania@gmail.com)

### **Geraldo Moreira Prado**

Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Professor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Departamento de Ensino e Pesquisa (Ibict) - Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4611487449721174>

E-mail: [geraldoibictbr@gmail.com](mailto:geraldoibictbr@gmail.com)

[geraldoprado@ibict.br](mailto:geraldoprado@ibict.br)

### **Maria Helena Silveira Bonilla**

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC - Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador, BA – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2730520955520609>

E-mail: [bonillabr@gmail.com](mailto:bonillabr@gmail.com)

### **Eduardo Costa Taveira**

Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Brasil. Secretário Executivo Adjunto da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas - Manaus, AM – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6017285302986906>

E-mail: [etaveira77@gmail.com](mailto:etaveira77@gmail.com)

## AVALIADORES DESTE NÚMERO

### **Ricardo Crisafulli Rodrigues**

Doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil. Consultor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) - Brasília, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5374451824471403>

E-mail: [ricardo@ibict.br](mailto:ricardo@ibict.br)



# Inclusão Social

Volume 13 - número 1 - jul./dez. 2019

## Sumário

*Table of Contents / Sumário*

<b>Editorial</b>	<b>10</b>
Ricardo Crisafulli Rodrigues	
<b>Artigos / Articles / Artículos</b>	<b>13</b>
<b>A biblioteca e o interesse público</b>	<b>15</b>
<i>The library and the public interest</i>	
<i>La biblioteca y el interés público</i>	
Carolina Alves da Silva	
Jéssica Chimatti	
Mirella Del Mazza	
Rodrigo Akio Siqueira	
Aila Renata Okada Goulart	
Luma Pereira de Almeida	
Eugênio Bucci	
<b>A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e as Bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal</b>	<b>38</b>
<i>The 2030 Agenda of the United Nations and the Libraries of the House of Representatives and the Federal Senate</i>	
<i>La Agenda 2030 de las Naciones Unidas y las Bibliotecas de la Cámara de Representantes y el Senado Federal</i>	
Clara Bessa da Costa	
Judite Martins	
<b>Cartografia de bibliotecas em ciência e tecnologia no Brasil: análise espacial como estratégia para a construção de políticas de informação científica e tecnológica</b>	<b>44</b>
<i>Cartography of libraries in science and technology in brazil: spatial analysis as a strategy for the construction of scientific and technological information policies</i>	
<i>Cartografía de bibliotecas en ciencia y tecnología en Brasil: análisis espacial como estrategia para la construcción de políticas de información científica y tecnológica</i>	
Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares	
<b>Legislação bibliotecária na região LAC: especificidades do depósito legal</b>	<b>55</b>
<i>Library legislation in the LAC region: legal deposit specifics</i>	
<i>Legislación bibliotecaria en la región de ALC: especificaciones de depósito legal</i>	
Luciana Grings	
Camilo Andrés Páez Jaramillo	

<b>Competencias y perspectiva de acciones de preservación digital en Latinoamérica</b>	<b>66</b>
<i>Competências e perspectiva de ações de preservação digital na América Latina</i>	
<i>Competencies and perspective of digital preservation actions in Latin America</i>	
David Alonso Leija-Román	
Miguel Ángel Márdero-Arellano	
<b>Ibict na Agenda 2030: o conhecimento como forma de inclusão</b>	<b>78</b>
<i>Ibict in the 2030 Agenda: knowledge as a form of inclusion</i>	
<i>Ibict en la Agenda 2030: el conocimiento como forma de inclusión</i>	
Fernanda Aléssio Oliveto	
<b>Além dos livros: a biblioteca pública enquanto espaço de inclusão, ação e interação</b>	<b>84</b>
<i>Beyond books: the public library as a space and inclusion, action and interaction</i>	
<i>Más allá de los libros: la biblioteca pública como espacio para la inclusión, la acción y la interacción</i>	
Izabel França de Lima	
Fabiana da Silva França	
Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante	
Tatiana de Fátima Cavalcante Silva	
Cybelle Macedo Nunes	
Anelise Macedo Dantas de Melo	
Aline Alencar Francisco	
Danielle Cristina Gomes Antonacci	
<b>La Agenda 2030 y la lectura: una iniciativa de alcance internacional en bibliotecas públicas para niños y jóvenes en situación de exclusión social</b>	<b>98</b>
<i>Agenda 2030 e leitura: uma iniciativa internacional em bibliotecas públicas para crianças e jovens em situação de exclusão social</i>	
<i>Agenda 2030 and reading: An international initiative in public libraries for socially excluded children and young people</i>	
Pablo Parra Valero	
Aurora Cuevas-Cerveró	
Marina Cuervo Moreno	

# EDITORIAL

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) é o principal órgão internacional que representa os interesses dos usuários, serviços de bibliotecas e documentação, sendo o porta-voz mundial de profissionais de biblioteca e documentação. Fundada em Edimburgo, Escócia, em 1927, conta atualmente com 1.400 membros institucionais em 140 países.

Em seu campo de atuação, a Seção para a América Latina e Caribe (IFLA LAC) congrega os países latino-americanos e do Caribe, com o objetivo de promover atividades relacionadas ao acesso à informação e ao conhecimento na região, priorizando, assim, a inclusão social por meio da promoção da alfabetização e da leitura, a aplicação de novas tecnologias na área de informação, bem como os serviços de bibliotecas e centros de informação da região.

Em consonância com as ações gerais da IFLA, a IFLA LAC realiza ações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados por meio da Agenda 2030, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), que é um plano de ação voltado à erradicação da pobreza e à promoção do desenvolvimento sustentável. Ao todo são 17 objetivos e 169 metas que se complementam e que estão associados a três dimensões do desenvolvimento sustentável: dimensão econômica, dimensão social e dimensão ambiental.

No intuito de identificar os objetivos e as metas com as quais poderiam contribuir, a IFLA realizou o levantamento das ações em que as bibliotecas teriam importante papel para consecução do proposto pela Agenda 2030. No documento, partindo de uma análise das atividades finalísticas das bibliotecas, foram identificados pontos de convergência, destacando-se a importância das bibliotecas como agentes de mudança e inclusão social.

O presente número temático da revista *Inclusão Social* apresenta oito artigos que se relacionam com a Agenda 2030:

- dois artigos contemplam a análise de produtos e serviços de instituições de informação – do Ibict e das bibliotecas parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – cujas metodologias, embora tenham sido aplicadas no Brasil, podem ser utilizadas em outros países;

- dois artigos dizem respeito à implementação do projeto *Más allá de los libros*, que aborda o incentivo à leitura, além de refletir sobre os muros da biblioteca pública;

- um artigo aborda o tema “biblioteca e interesse público”, mostrando a transição da biblioteca “fechada” para a biblioteca aberta a todos os cidadãos, o que vai ao encontro da inclusão social;

- um artigo faz o levantamento da legislação bibliotecária dos países da América Latina e Caribe, permitindo verificar o interesse e as políticas públicas previstas. Com o estudo, foi possível constatar que todos os países da região possuem alguma legislação específica;

- um artigo faz um levantamento georreferenciado das bibliotecas brasileiras em ciência e tecnologia acessíveis ao público. A metodologia utilizada pode ser replicada para outros tipos de bibliotecas e para outros países que queiram adotá-la;

- finalmente, um artigo dedicado à preservação digital como meio de garantir o acesso futuro das informações a todas as comunidades.

Agradecemos a todos os autores que colaboraram com os artigos deste número, e esperamos que os leitores possam refletir acerca do papel das bibliotecas para o sucesso da Agenda 2030.

Boa leitura!

**Ricardo Crisafulli Rodrigues**

Doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil. Consultor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) - Brasília, DF - Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/5374451824471403>  
E-mail: ricardo@ibict.br

# EDITORIAL

The International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) is the premier international body representing the interests of users, library and documentation services, and is the worldwide spokesperson for library and documentation professionals. Founded in Edinburgh, Scotland in 1927, it currently has 1,400 institutional members in 140 countries.

In its field of activity, the Section for Latin America and the Caribbean (IFLA LAC) brings together the Latin American and Caribbean countries with the objective of promoting activities related to access to information and knowledge in the region, thus prioritizing the social inclusion through the promotion of literacy and reading, the application of new information technologies, as well as library services and information centers in the region.

In line with the general actions of IFLA, IFLA LAC undertakes actions related to the Sustainable Development Goals (SDGs) advocated through Agenda 2030, established by the United Nations (UN), which is an action plan aimed at eradicating poverty and the promotion of sustainable development. Altogether there are 17 objectives and 169 complementary goals that are associated with three dimensions of sustainable development: economic dimension, social dimension and environmental dimension.

In order to identify the objectives and goals to which they could contribute, IFLA surveyed the actions in which libraries would play an important role in achieving the Agenda 2030 proposal. In the document, starting from an analysis of the final activities of libraries, points of convergence were identified, highlighting the importance of libraries as agents of change and social inclusion.

This thematic issue of the magazine Social Inclusion presents eight articles that relate to the 2030 Agenda:

two articles deal with the analysis of products and services of information institutions - from Ibtct and the parliamentary libraries of the Chamber of Deputies and the Federal Senate - whose methodologies, although applied in Brazil, can be used in other countries;

- Two articles concern the implementation of the project *Más allá de los libros*, which deals with reading incentives, as well as reflecting on the walls of the public library;

- an article addresses the theme “library and public interest”, showing the transition from the “closed” library to the library open to all citizens, which meets social inclusion;

- An article surveys the library legislation of the countries of Latin America and the Caribbean, allowing to verify the interest and the planned public policies. The study showed that all countries in the region have some specific legislation;

- an article makes a georeferenced survey of Brazilian libraries in science and technology accessible to the public. The methodology used can be replicated to other types of libraries and to other countries wishing to adopt it;

- Finally, an article dedicated to digital preservation as a means of ensuring future access to information for all communities.

We thank all the authors who contributed to the articles in this issue, and hope that readers can reflect on the role of libraries in the success of the 2030 Agenda.

Good reading!

**Ricardo Crisafulli Rodrigues**

PhD in Information Sciences from the University of Brasilia (UnB) - Brasilia, DF - Brazil. Consultant at the Brazilian Institute of Information on Science and Technology (Ibtct) - Brasília, DF - Brazil.

<http://lattes.cnpq.br/5374451824471403>

E-mail: [ricardo@ibict.br](mailto:ricardo@ibict.br)

# EDITORIAL

La Federación Internacional de Asociaciones e Instituciones de Bibliotecas (IFLA) es el principal organismo internacional que representa los intereses de los usuarios, los servicios de biblioteca y documentación, y es el portavoz mundial de los profesionales de bibliotecas y documentación. Fundada en Edimburgo, Escocia en 1927, actualmente cuenta con 1.400 miembros institucionales en 140 países.

En su campo de actividad, la Sección para América Latina y el Caribe (IFLA LAC) reúne a los países de América Latina y el Caribe con el objetivo de promover actividades relacionadas con el acceso a la información y el conocimiento en la región, priorizando así la inclusión social a través de la promoción de la alfabetización y la lectura, la aplicación de nuevas tecnologías de la información, así como servicios de biblioteca y centros de información en la región.

En línea con las acciones generales de IFLA, IFLA LAC emprende acciones relacionadas con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) promovidos a través de la Agenda 2030, establecida por las Naciones Unidas (ONU), que es un plan de acción destinado a erradicar pobreza y promoción del desarrollo sostenible. En total, hay 17 objetivos y 169 metas complementarias que están asociadas con tres dimensiones del desarrollo sostenible: dimensión económica, dimensión social y dimensión ambiental.

Con el fin de identificar los objetivos y metas a los que podrían contribuir, la IFLA encuestó las acciones en las cuales las bibliotecas desempeñarían un papel importante para lograr la propuesta de la Agenda 2030. En el documento, comenzando por un análisis de las actividades finales de las bibliotecas, se identificaron puntos de convergencia, destacando la importancia de las bibliotecas como agentes de cambio e inclusión social.

Este número temático de la revista Social Inclusion presenta ocho artículos relacionados con la Agenda 2030

- dos artículos abordan el análisis de productos y servicios de instituciones de información, de Ibict y las bibliotecas parlamentarias de la Cámara de Diputados y el Senado Federal, cuyas metodologías, aunque se aplican en Brasil, pueden utilizarse en otros países;

- Dos artículos se refieren a la implementación del proyecto Más allá de los libros, que trata con incentivos para la lectura, así como a reflexionar en las paredes de la biblioteca pública;

- un artículo aborda el tema "biblioteca e interés público", que muestra la transición de la biblioteca "cerrada" a la biblioteca abierta a todos los ciudadanos, que cumple con la inclusión social;

- Un artículo examina la legislación bibliotecaria de los países de América Latina y el Caribe, lo que permite verificar el interés y las políticas públicas planificadas. El estudio mostró que todos los países de la región tienen alguna legislación específica;

- un artículo hace accesible al público una encuesta georreferenciada de bibliotecas brasileñas en ciencia y tecnología. La metodología utilizada se puede replicar a otros tipos de bibliotecas y a otros países que deseen adoptarla;

- Finalmente, un artículo dedicado a la preservación digital como un medio para garantizar el acceso futuro a la información para todas las comunidades.

Agradecemos a todos los autores que contribuyeron con los artículos en este número, y esperamos que los lectores puedan reflexionar sobre el papel de las bibliotecas en el éxito de la Agenda 2030.

¡Buena lectura!

**Ricardo Crisafulli Rodrigues**

Doctorado en Ciencias de la Información por la Universidad de Brasilia (UnB) - Brasilia, DF - Brasil.

Consultor en el Instituto Brasileño de Información sobre Ciencia y Tecnología (Ibict) - Brasilia, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5374451824471403>

Correo electrónico: ricardo@ibict.br

# **Artigos**

*Articles / Artículos*

parágrafo referência - página final seção anterior

# A biblioteca e o interesse público

## **Carolina Alves da Silva**

Endereço do lattes

E-mail: [carolina.alves.silva@usp.br](mailto:carolina.alves.silva@usp.br)

## **Jéssica Chimatti**

Endereço do lattes

E-mail: [jessica.chimatti.martins@usp.br](mailto:jessica.chimatti.martins@usp.br)

## **Mirella Del Mazza**

Graduada em Letras – Português pela Universidade de São Paulo (USP) - Brasil. Graduada em Biblioteconomia. Universidade de São Paulo (USP) - Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7026117353473614>

<http://lattes.cnpq.br/7026117353473614>

E-mail: [mirelladelmazza@usp.br](mailto:mirelladelmazza@usp.br)

## **Rodrigo Akio Siqueira**

Graduando em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (USP) - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9198821082974006>

E-mail: [rodrigoakio@usp.br](mailto:rodrigoakio@usp.br)

## **Aila Renata Okada Goulart**

Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) - Brasil. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (USP) - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1943266756990894>

E-mail: [aila.barbosa@usp.br](mailto:aila.barbosa@usp.br)

## **Luma Pereira de Almeida**

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (USP) – SP - Brasil. Estagiária do Huck, Otranto e Camargo Advogados Associados (LHOC) - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2413719518277487>

E-mail: [lumaalmeida@usp.br](mailto:lumaalmeida@usp.br)

## **Eugênio Bucci**

Livre-docência pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) - Brasil.

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) – SP - Brasil. Professor da Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo, SP – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3091927508362382>

E-mail: [eugenioBUCCI@uol.com.br](mailto:eugenioBUCCI@uol.com.br)

## RESUMO

O artigo apresenta dois trabalhos de alunos e alunas de graduação, formulados em grupo, na disciplina Biblioteca, Informação e Sociedade (CBD0185), em duas turmas (períodos matutino e noturno) do curso de Biblioteconomia, do Departamento de Informação e Cultura (CBD) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). No ponto a que se referem os dois trabalhos, a classe é convidada a refletir sobre a transição da biblioteca secreta — aquela que pertencia a mosteiros ou divisões fechadas da Igreja Católica ou aos soberanos de estados absolutistas — na direção da biblioteca pública, aberta a todos, de conteúdo universal. Em que essa transição se relaciona com os ideais iluministas de liberalismo que convergiriam para a democracia? O que essa transição nos ensina sobre interesse público e sobre a gestão do conhecimento em sociedades livres? Qual a relação entre as bibliotecas e uma sociedade que caminha para a transparência e a verdade factual, com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Comissão Nacional da Verdade? Para empreender a reflexão, os alunos e alunas são convidados a ler o livro de SUAIDEN e LEITE, *Cultura da informação: os valores na construção do conhecimento* (2016), entre outras obras. Por seus méritos acadêmicos, os dois trabalhos são aqui publicados na íntegra (foram poucas as correções por motivo de clareza ou de padrão), com o propósito de ser úteis à comunidade da Ciência da Informação e dos profissionais envolvidos com a rotina das bibliotecas públicas.

**Palavras-chave:** Biblioteca. Informação. Iluminismo. Democracia. Lei de Acesso à Informação. Comissão Nacional da Verdade.

## *The library and the public interest*

### ABSTRACT

*The article presents two works of undergraduate students, formulated in group, in the discipline Library, Information and Society (CBD0185), in two classes (morning and evening) of the course of Library Science, Department of Information and Culture (CBD) from the School of Communication and Arts of the University of São Paulo (ECA-USP). As far as the two works are concerned, the class is invited to reflect on the transition from the secret library - the one that belonged to closed monasteries or divisions of the Catholic Church or to the sovereigns of absolutist states - towards the public library, open to all, of universal content. How does this transition relate to the Enlightenment ideals of liberalism that would converge on democracy? What does this transition teach us about public interest and knowledge management in free societies? What is the relationship between libraries and a society that is moving towards transparency and factual truth, with the Law on Access to Information (LAI) and the National Truth Commission? To undertake the reflection, students are invited to read the book by SUAIDEN and LEITE, *Culture of information: values in the construction of knowledge* (2016), among other works. For their academic merits, both papers are published here in their entirety (few corrections for clarity or standard), intended to be useful to the Information Science community and the professionals involved in the routine of public libraries.*

**Keywords:** Library. Information. Enlightenment. Democracy. Access to Information Act. National Truth Commission.

## **La biblioteca y el interés público**

### **RESUMEN**

*El artículo presenta dos trabajos de estudiantes de pregrado, formulados en grupo, en la disciplina Biblioteca, Información y Sociedad (CBD0185), en dos clases (mañana y tarde) del curso de Bibliotecología, Departamento de Información y Cultura (CBD). de la Escuela de Comunicación y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA-USP). En lo que respecta a las dos obras, se invita a la clase a reflexionar sobre la transición de la biblioteca secreta, la que pertenecía a monasterios cerrados o divisiones de la Iglesia Católica o a los soberanos de los estados absolutistas, hacia la biblioteca pública, abierta a todos. , de contenido universal. ¿Cómo se relaciona esta transición con los ideales ilustrados del liberalismo que convergerían en la democracia? ¿Qué nos enseña esta transición sobre el interés público y la gestión del conocimiento en las sociedades libres? ¿Cuál es la relación entre las bibliotecas y una sociedad que se está moviendo hacia la transparencia y la verdad objetiva, con la Ley de Acceso a la Información (LAI) y la Comisión Nacional de la Verdad? Para emprender la reflexión, los estudiantes están invitados a leer el libro de SUAIDEN y LEITE, Cultura de la información: valores en la construcción del conocimiento (2016), entre otros trabajos. Por sus méritos académicos, ambos documentos se publican aquí en su totalidad (pocas correcciones por claridad o estándar), destinados a ser útiles para la comunidad de Ciencias de la Información y los profesionales involucrados en la rutina de las bibliotecas públicas.*

**Palabras clave:** Biblioteca. Información. Iluminación. Democracia Ley de acceso a la información. Comisión Nacional de la Verdad.

## INTRODUÇÃO

### Eugênio Bucci

A disciplina Biblioteca, Informação e Sociedade (CBD0185), oferecida pelo professor que assina esta introdução no curso de graduação de Biblioteconomia, em duas turmas (períodos matutino e noturno), no primeiro semestre de cada ano, para alunos do segundo ano, no âmbito do Departamento de Informação e Cultura (CBD) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Os dois trabalhos de alunos e alunas que integram o presente artigo foram escritos e apresentados em sala no primeiro semestre de 2019. O tema do seminário lida com a transição do caráter da biblioteca, que deixa de ser reservada, secreta, e passa a ser progressivamente pública à medida que avança a revolução iluminista, sobretudo a partir da França. A qualidade dos trabalhos, que poderá ser verificada pelo leitor logo a seguir, justificou, aos olhos deste professor, que o material fosse entregue, por meio da presente publicação, aos diversos públicos (professores, pesquisadores e profissionais da informação) que lidam com a temática.

Cumpramos esclarecer — para que o leitor e a leitora disponham de um contexto em que se deu a elaboração dos trabalhos — que a disciplina tem o objetivo geral de apresentar um panorama das interfaces entre sociedade, informação e cultura democrática, com base em fundamentos do direito do cidadão à informação, à educação, à cultura e ao exercício do poder. A biblioteca é estudada, portanto, como uma instituição que vai muito além de um acervo de livros, como uma porta de entrada universal para a imaginação sem fronteiras e para o conhecimento dos direitos. Incluem-se aí, por certo, noções de Estado e de sociedade civil. Toda a disciplina é atravessada pela ameaça representada pelas fake news, em linha com as preocupações e campanhas didáticas da IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias), posto que a democracia, para sua vigência, depende de um registro claro da verdade factual, desafio em que as bibliotecas públicas podem desempenhar

papel relevante. Em resumo, a biblioteca pública, atuando como fonte de esclarecimento para as pessoas titulares de direitos, naturalmente se engaja na prevenção dos estragos promovidos pelas fake news. Para tanto, conhecer sua história, sua origem e suas perspectivas contemporâneas importa para a formação de futuros bibliotecários e bibliotecárias.

- Nesse sentido, o programa da disciplina prevê os seguintes pontos:
- Fundamentos do liberalismo político (Revolução Francesa e Revolução Americana).
- O direito à informação.
- Noções de sociedade e de comunidade.
- Origens da ideia de biblioteca pública.
- Conceitos de Informação: como categoria matemática, como mercadoria, como História, como conhecimento.
- Verdade factual: por que a veracidade importa.
- Relações entre Informação e Comunicação.
- Relações entre Cultura e Informação.
- De que maneira o pensamento político invoca os fatos.
- Informação pública, ação e gestão cultural.
- Política e Justiça como requisitos da normalidade democrática.
- Redes sociais, pós-verdade e informação confiável.
- O profissional da Informação e seus novos desafios profissionais.

As aulas são todas apoiadas por um texto elaborado pelo professor (em vias de publicação em livro) e conta com outras referências bibliográficas. O percurso da disciplina incorpora diversos detalhamentos.

A noção de verdade factual é trabalhada a partir dos trabalhos de Hannah Arendt, especialmente *Verdade e Política*, originalmente publicado na revista americana *New Yorker*, em 1967, e usado por nós numa tradução portuguesa, de 1995, disponível na internet, conforme consta das bibliografias dos trabalhos de alunos e alunas.

O seminário a que se referem os trabalhos publicados neste artigo é o de número 7, que tem como base o livro, já citado, de Suaiden e Leite (2016). Deve ser lembrado, ainda, que os alunos e alunas, para o mesmo ponto, devem ver duas obras cinematográficas: *O nome da Rosa* (Itália-Alemanha-França, 1986. Direção: Jean-Jacques Annaud) e *Uma cidade sem passado* (Alemanha, 1990. Direção: Michael Verhoeven). Além disso, como pano de fundo, a classe é chamada a se informar e a refletir sobre o trabalho da Comissão da Verdade no Brasil (instalada pela então presidente Dilma Rousseff), que se incumbiu justamente de tirar fatos históricos da escuridão e devolvê-los, de forma objetiva, à sociedade.

No programa da disciplina, a classe pode ler uma encomenda para este ponto:

O núcleo temático do seminário reside em refletir sobre a informação interdita *versus* a garantia de acesso universal ao conhecimento. Essa informação interdita pode residir no passado (como no argumento do filme *Uma cidade sem passado* ou, mesmo, nas memórias escondidas da ditadura militar no Brasil), assim como pode residir nas bibliotecas secretas da Idade Média. Explorar as tensões entre a ideia de uma biblioteca reservada pelos “donos” do saber e o princípio que triunfaria no Iluminismo segundo o qual o conhecimento deve ser universal.

- Por que na Idade Média a Igreja Católica tratava os livros como documentos de um saber oculto?
- Você vê algum nexo entre o trabalho do profissional que lida com informação para o público e projetos como a Comissão da Verdade, que investiga e restabelece a memória brasileira?
- Em que a informação interdita (seja no passado, seja em bibliotecas secretas) ameaça a democracia?

- O que significa a biblioteca como espaços públicos e universais?
- Você acha que hoje as portas para o conhecimento são universais e públicas?
- Por que a democracia depende desse princípio?

É sobre essa temática que os trabalhos a seguir apresentam suas contribuições. Não deixa de ser gratificante notar que os trabalhos anotam com olhar agudo o lugar do acesso à informação na democracia, seja no âmbito do direito à memória, seja em esferas mais cotidianas, como a desigualdade de gêneros. Vinculam corretamente o acesso à informação ao exercício pleno dos direitos, identificando, nesse nexo, o papel crucial das bibliotecas públicas. Por essas e outras razões, a leitura dos trabalhos acrescenta a nós. Aprendemos com os jovens.

## TRABALHO 1

### O QUE SEPARA A BIBLIOTECA SECRETA DA BIBLIOTECA PÚBLICA<sup>1</sup>

**Carolina Alves da Silva**

**Jéssica Chimatti**

**Mirella Del Mazza**

**Rodrigo Akio Siqueira**

A história da humanidade é também a história da construção de conhecimento que se expande ininterruptamente. O conhecimento humano reflete a história de diversas civilizações, como elas se desenvolveram em suas especificidades e dinâmicas próprias. Nesse contexto, a escrita, o livro e a biblioteca desempenham papel fundamental na preservação e difusão desses conhecimentos. É por meio da garantia de que o conhecimento siga se acumulando que podemos caminhar rumo ao aperfeiçoamento constante, de modo a impedir que o conhecimento se perca, prejudicando as gerações futuras.

<sup>1</sup> Trabalho da disciplina Biblioteca, Informação e Sociedade (CBD0185), período matutino, ECA-USP, primeiro semestre de 2019.

Ao longo de nossa história, a preservação do conhecimento pelas bibliotecas teve maior ou menor garantia de acesso universal dependendo do contexto histórico e social de cada época. Assim, o que se pode observar é que a biblioteca — e o modo como ela forneceu acesso ao saber — serviu como um espelho dos movimentos culturais e científicos que consolidaram o tecido cultural da história ocidental, ou seja, foi preciso quebrar barreiras impostas por sistemas restritivos para que uma configuração mais aberta de acesso ao conhecimento se constituísse. Foi uma ruptura na narrativa da Idade Média, em que uma biblioteca deveria ser um templo do saber com acesso para poucos:

(...) pode se pensar na ideia de biblioteca como uma caixa para guardar livros; preservar a memória do que se produziu ao longo de um período, enfim, como a guardiã dos tesouros que a humanidade foi capaz de construir. Assim, vai se consolidando a percepção de biblioteca como templo do saber e como todo templo algo sagrado, para poucos, apenas para os iniciados, a fim de que o mistério (ignorância) permaneça para a maioria dos homens. Dessa forma, a cultura que foi se construindo no imaginário social permanece até hoje para muitos. (SUAIDEN; LEITE, p. 53)

Durante o período da Idade Média, observou-se uma mudança de suporte do conhecimento, do papiro para o pergaminho. Mas a mudança foi além do suporte: o Império Romano perdeu força e, conseqüentemente, para a biblioteca isso significou o fim de uma concepção mais aberta de acesso ao conhecimento:

Essa supressão da civilização livresca antiga produziu-se então, ao mesmo tempo que emerge e se impõe um novo paradigma, o do cristianismo. Frequentemente originários do Oriente, as autoridades da Igreja são formadas segundo o plano de estudos tradicional, cujo modelo será conservado por eles, concomitantemente como projeto e como método. (...) Mesmo que as destruições de livros sejam maciças, o modelo da Igreja vai articular assim a fé cristã com a tradição da cultura antiga, enquanto o poder político se pensa a si mesmo como fundamentalmente cristão. (BARBIER, p. 96)

A história das origens do livro no Ocidente se confunde com a da fundação das grandes ordens monásticas do século VI. Entre as obrigações dos religiosos dessas ordens, estava o trabalho de copistas que faziam incontáveis cópias de textos da Antiguidade, muitas vezes raspando o texto original de papiros ou pergaminhos. Eram os palimpsestos, cujo estudo atualmente permite ter contato com obras da Antiguidade que foram censuradas ou menosprezadas durante a Idade Média.

A mentalidade da biblioteca medieval — de ser apenas o local de preservação da memória cultural para poucos iniciados — vai se transformar após a popularização da imprensa e o aumento da oferta de livros. Em um curto intervalo de tempo, os livros passaram a circular cada vez mais e, conseqüentemente, o conhecimento foi se popularizando. Quanto mais as pessoas tinham acesso aos livros, menos sentido fazia para as bibliotecas se limitarem ao papel de “caixas de livros”. A humanidade assiste a diversos movimentos culturais e sociais que irão promover uma revolução nos costumes e no acesso à informação.

O Renascimento e a Revolução Científica irão causar uma sensível transformação na mentalidade da civilização Ocidental. Foram iniciativas que demonstraram a vontade de libertar a razão da crença religiosa. Mais uma vez o livro e a Biblioteca vão acompanhar as mudanças. Com o conhecimento tendo se tornado mais estruturado, a ciência se mostrou essencial para a nova sociedade que se formava. O livro perde seu caráter mítico e está presente na casa das pessoas, logo a biblioteca deve ser encarada como um espaço aberto, disponível a todos. Cresce, portanto, a necessidade de uma biblioteca pública, democrática e acessível, o que começa a se desenhar com mais nitidez a partir da Revolução Francesa, quando os ideais do Iluminismo ganham força.

O conceito de biblioteca como espaço de disseminação do saber aberta a comunidade marca a passagem da biblioteca medieval, fechada para poucos, para a biblioteca moderna e aberta para todos. Esses conceitos podem ser considerados as primeiras ideias do que hoje discutimos como acesso aberto à informação. (SUAIDEN; LEITE, p. 69-70)

Como foi exposto anteriormente, muitas barreiras impostas por sistemas restritivos foram quebradas até que se chegasse ao conceito de biblioteca pública que temos hoje. O surgimento das bibliotecas se deu na antiguidade; porém, até o Renascimento, o acesso a ela era restrito aos monges e sacerdotes.

Há muitas divergências entre importantes estudos de referência a respeito de qual teria sido a primeira biblioteca pública, no sentido de ser aberta ao público. Se considerássemos qualquer hipótese apontada até os dias de hoje, como a biblioteca idealizada por Júlio César e construída somente em 39 d.C. por Asínio Pólio, ainda estaríamos situados em um período no qual o modo de organização da sociedade não favorecia a valorização do conhecimento como um direito de todos, bem como outros aspectos como o índice de alfabetização das pessoas e a estratificação da sociedade como era — isso tudo torna o termo “público”, como entendemos hoje, pouco adequado.

Bem mais tarde, com a tecnologia dos tipos móveis de Gutenberg concomitante com o Renascimento, a busca por conhecimento é encorajada, principalmente nas universidades, aproximando os leitores e escritores das bibliotecas, que apesar de ainda terem um forte lastro na religiosidade, começam a se abrir a assuntos de ordem geral. Outro marco para a formação do que entendemos como biblioteca pública é a Revolução Francesa em 1789, que, influenciada pelos ideais iluministas, busca o conhecimento acessível a todos como ferramenta de emancipação dos cidadãos. O conhecimento aliado à livre imprensa e à educação universal levaria a humanidade a prosperar por intermédio da razão e, por fim, ao encontro da verdade.

No Brasil, a primeira biblioteca pública chegou juntamente à família real portuguesa em sua fuga para o Rio de Janeiro no ano de 1807. Semelhante à de Júlio César, o aspecto público da biblioteca não correspondia exatamente à concepção que temos hoje. Ainda que essa instituição tenha surgido com o nome de biblioteca pública, ela só é aberta ao público em 1811, ainda sob as limitações de um contexto não letrado e muito religioso.

Dando um pulo na história, a partir desses acontecimentos, temos hoje uma concepção de biblioteca pública que, segundo a IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) “porta de acesso local ao conhecimento -fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais” (...,..., p...)

Esse trecho foi escrito em conjunto com a UNESCO e publicado como um manifesto sobre bibliotecas públicas em 1994. Por meio desse documento, encorajam-se as autoridades nacionais e locais a apoiarem e se comprometerem com o desenvolvimento das bibliotecas públicas. Outras orientações importantes desse manifesto pretendem: garantir o acesso à informação a todos os indivíduos “sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social”, garantir a guarda da memória da humanidade e seu desenvolvimento, além de prevenir que as coleções e os serviços prestados pela biblioteca sofram qualquer tipo de “censura ideológica, política ou religiosa”. Esses objetivos são expressos mediante missões que visam alcançar a prática desses ideais. Entre elas estão o fomento da arte, da leitura, do apoio à alfabetização, a promoção do conhecimento e da curiosidade pela produção científica e artística de forma independente, o fomento do diálogo intercultural e muitos outros que estão detalhados e podem ser acessados no site da IFLA em vários idiomas.

Sabemos que os diferentes contextos políticos podem alterar a dinâmica da livre comunicação, da educação e das bibliotecas públicas, como aconteceu em períodos avessos à democracia. Embora saibamos também que mesmo os regimes democráticos são passíveis de censura, cabe um destaque às ditaduras porque seus líderes manifestaram abertamente o seu repúdio ao livre acesso às informações. Em artigo publicado no ano de 1987, o bibliotecário Waldomiro de Castro Santos Vergueiro afirma que pouco se sabia sobre esse assunto, salvo algumas notícias veiculadas pela imprensa (VERGUEIRO, 1987). Vale mencionar o caso de alguns cofres-

fortes descobertos com livros banidos pelos últimos governos autoritários, sem falar na proibição da aquisição de livros por parte das bibliotecas municipais e nas editoras que eram consideradas de esquerda e sofriam pressão governamental. Mesmo após o período da ditadura militar brasileira, há forças que continuam a orientar a não aquisição de determinadas publicações.

Vergueiro demonstra que, embora os bibliotecários defendam a liberdade intelectual, na prática a categoria não se manifestou contra a censura do período ditatorial brasileiro, exceto em alguns ofícios, nos quais protestavam contra essa situação. Os ofícios, porém, foram enviados às autoridades imediatamente superiores e não tiveram consequência. Vergueiro atribui esse silêncio ao desconhecimento sobre o assunto (censura), que seria “fruto da lacuna da literatura especializada e do silêncio das associações e escolas de biblioteconomia”. A partir disso, o professor conclui que a categoria dos bibliotecários não está preparada para lidar com esse tipo de fator adverso. Ele também enfatiza o compromisso da profissão de se opor à censura a partir do fomento à liberdade intelectual e propõe que nos inspiremos no exemplo americano da Library Bill of Rights (Declaração dos Direitos da Biblioteca). Em uma reunião do Conselho da American Library Association (ALA) em 1939, uma Declaração elaborada por Forrest Spaulding (na época diretor da biblioteca De Moines) constitui a primeira versão da Library Bill of Rights ou Declaração dos Direitos da Biblioteca. Esse documento seria uma orientação de quais atividades ajudariam o bibliotecário a combater a censura e defender a liberdade intelectual. Embora o documento não dote o bibliotecário de nenhum direito legal, ele pode ser adaptado ao contexto de outros países, pois recomenda seis medidas simples para a luta contra a censura. No caso do Brasil, essa adaptação se daria em conjunto com a Febab (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) que, por meio de uma comissão, buscaria a aprovação final da classe bibliotecária.

A Declaração surgiu quando se iniciava a Segunda Guerra e, segundo Vergueiro, foi muito importante na luta contra a censura que o Senador John McCarthy tentou instituir. Ele queria suprimir todo o material que fosse considerado comunista. Com apoio de grande parte da população, as bibliotecas viraram alvo de investigações que abrangiam não só o acervo, mas também a vida pessoal dos profissionais bibliotecários e suas convicções. Aliada ao Conselho de Editores, a ALA complementou as resoluções da Declaração de Direitos da Biblioteca com a Declaração sobre Liberdade de Leitura. Nessa resolução enfatiza-se que “editores e livreiros não são pessoalmente responsáveis pelas ideias contidas nos livros e materiais que tornam acessíveis e nem estão necessariamente de acordo com elas”. A afirmação nos ajuda a pensar um pouco mais no papel do profissional bibliotecário que muitas vezes acredita ser neutro, mas sem perceber também um tipo de censura ao compor as coleções de um acervo.

Ainda no artigo de Vergueiro, três tipos de censura são apontados:

- Legal ou governamental;
- Pressão individual ou de grupo;
- Autocensura.

Ao demonstrar esses tipos, o autor defende que é muito mais difícil lidar com o terceiro. Sobre os outros dois tipos, o autor diz que só temos a opção de lutar contra ou compactuar com eles. Para que possamos diferenciar a censura do que é um processo normal de seleção, ou seja, que tem a ver com o usuário e a função da biblioteca, é necessário que haja uma política de aquisição, de modo que o profissional estabeleça critérios reais e não particulares.

A biblioteca pública, como podemos perceber pelo manifesto da IFLA, é incentivada por princípios a oferecer aos seus usuários um acesso, amplo e irrestrito, às informações. E para essa função ela encontra amparo nos tratados internacionais

e nas leis internas do país, que funcionam como instrumentos legais que dão sustentação para a biblioteca exercer a prerrogativa de promover o intercâmbio da informação e usuário. A lei mais eficaz e relevante nesse sentido é a Lei de Acesso à Informação, a LAI (LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011), que foi se desenvolvendo ao longo da história e que só agora está começando a se consolidar efetivamente. A seguir, tentaremos detalhar um pouco o contexto histórico e alguns aspectos importantes dessa lei.

Alguns assuntos como Direitos Humanos, respeito à cidadania ou proteção da dignidade da pessoa humana somente ganharam destaque no debate público mundial em meados do século XX, no pós-guerra, quando o mundo acabava de sair de um cenário terrível que foi a Segunda Guerra, com atrocidades cometidas por regimes totalitários, como foi o holocausto. Provavelmente, a principal medida que foi tomada, após o término da guerra, foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que veio estabelecer diretrizes para a promoção, defesa, garantia e respeito aos direitos e liberdades dos seres humanos. Todos os estados-membros que se tornaram participantes da ONU e que ratificaram a declaração tomaram para si a responsabilidade de adotarem medidas, em nível nacional e internacional, que promovam e assegurem os direitos reconhecidos pela declaração.

O direito de acesso à informação constitui um dos principais e fundamentais direitos humanos, que permite ao sujeito ter conhecimento de todos os atos praticados pelo Estado, e assim lhe dá o direito democrático de poder observar, fiscalizar e controlar as atividades governamentais, além de exercer uma efetiva participação na gestão da máquina pública.

Não há como falar de um exercício pleno de cidadania se as informações são guardadas e escondidas pelo poder público, impossibilitando que os cidadãos tenham acesso a informações vitais, que dizem respeito tanto à sua vida individual como coletiva. A falta de informação é uma barreira burocrática que impede o sujeito de participar da

vida política da sociedade, assim como de conhecer e de ter acesso a outros direitos fundamentais. Para poder participar das decisões políticas ou pleitear que seus direitos sejam cumpridos, o cidadão tem de estar munido de informações que amparem suas reivindicações.

O direito à informação é uma garantia que foi estabelecida lá na Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu artigo XIX:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

O direito de acesso à informação também é previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, elaborada em 1969 pelos membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), que em seu artigo 13 diz:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e idéias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

O Brasil, como país membro tanto da ONU como da OEA e signatário dessas declarações, tinha o dever de estabelecer internamente, por meio de normas e leis, o direito de acesso à informação. Porém, a medida só veio a ser observada na Constituição de 1988, no artigo 5º, inciso XXXIII, em que é dito:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Apesar de o Brasil ter previsto, em sua Constituição, o direito de todos os cidadãos de receberem dos órgãos públicos informações, a medida apenas serviu como um reconhecimento do Estado, dentro de seu regramento máximo, em seguir e cumprir as declarações de direitos humanos ora ratificadas perante a ONU e a OEA. Porém, faltava ainda

uma lei específica para a regularização desse direito. Não custa lembrar que somente em 2011 foi promulgada a já mencionada Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), que estabeleceu regras específicas para o acesso à informação.

A lei assegura o direito fundamental de acesso à informação contida em registros ou documentos que são produzidos ou armazenados pela administração pública de todas as esferas, assim como de pessoas ou entidades privadas que possuam qualquer vínculo com órgãos públicos. A lei prevê também que a administração pública preste informações sobre todas as suas atividades, sejam elas relativas à sua política, organização, serviços, administração dos bens públicos e como os recursos públicos estão sendo utilizados e aplicados. Além disso, a lei determina que os órgãos públicos têm o dever de orientar a respeito dos locais e procedimentos para a consecução da informação.

O princípio da Lei de Acesso à Informação preconiza que a publicidade é a regra, sendo o sigilo exceção, ou seja, todas as informações são públicas e, assim, são passíveis de ser acessadas por todos, exceto aquelas a que sigilo é necessário para a segurança da sociedade e do Estado. Outro ponto interessante da lei é que ela veda qualquer exigência de motivação para a solicitação de informações de interesse público, não podendo o Estado e seus representantes exigir as razões que levam qualquer interessado a pedir informações que dizem respeito à coletividade.

O acesso à informação é um direito fundamental previsto em todos os tratados de direitos humanos e nos ordenamentos jurídicos de vários países, e constitui uma das bases que dá sustentação à democracia. O direito à informação e seu livre acesso patrocina os regimes democráticos em razão de eles — a partir da transparência na administração das coisas e dos recursos públicos — possibilitarem a participação direta dos cidadãos por meio da vigilância e controle sobre os governantes, estabelecendo, assim, os fundamentos de um Estado Democrático de Direito, no qual a soberania do povo deve prevalecer.

O Brasil demorou para regular o acesso à informação, e durante o trâmite legislativo o projeto de lei foi afrontado por uma proposta de alteração de seu conteúdo que, se fosse aceita, descaracterizaria toda a essência e desvirtuaria os objetivos da lei. O projeto alternativo queria estabelecer, entre algumas alterações, que devido à sua peculiar natureza certas informações deveriam ser mantidas; uma das justificativas que o proponente alegou para a medida era que, apesar do tempo, há atos do Estado que devem permanecer sob a égide do sigilo, pois o tempo dos Estados não é o tempo dos homens. Outra proposta era vedar o parágrafo 3º do artigo 10º da Lei de Acesso à Informação, que é justamente aquele que impede o Estado de exigir dos requerentes de informações públicas uma justificativa ou motivação para seu pedido. Entendemos que essas tentativas, não de obstruir a aprovação da lei, mas de alterar seu conteúdo, exemplificam com clareza duas ideias enunciadas por Hannah Arendt (1995) a respeito das formas, de como a verdade factual é atacada pelo poder político, o qual tenta alterar fatos por meio de opiniões.

Acreditamos que a biblioteca pública, como sendo um dos pilares do pensamento iluminista, tem o dever de guiar o sujeito ao conhecimento libertador que conduz ao pleno exercício da cidadania. Isto só é possível por meio da promoção de informações úteis e que sejam carregadas de sentido para os usuários, porque uma informação só é assim reconhecida se gerar sentido para os seres humanos (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Atualmente vivemos em mundo onde somos atingidos por informações que vêm de todos os lados. As informações, na maioria das vezes, são dados desconexos que não fazem sentido nenhum para nós e, por conveniência, por acharmos que o conteúdo é irrelevante, tendemos a descartá-las. Alguns desses dados — que são a representação de uma informação traduzida em outra linguagem — são de natureza política ou econômica, provenientes da administração pública. E quando os descartamos, cometemos um erro, pois apesar de não terem nexos algum, os dados fazem referência a informações de grande importância social. Essa ação de transformar informação em

dados sem compreensibilidade é uma das estratégias de interdição dos fatos, conhecida como “apagões de real” (BUCCI, 2019). A biblioteca pública não pode ser indiferente a esse cenário; seu dever é auxiliar o usuário para que ele saiba reconhecer esse processo de mutação da informação e ajudar a orientá-lo sobre como proceder para que possa decodificar os dados. Assim, a biblioteca desempenhará, de certa forma — porque sua função vai muito além disso —, seu papel social.

Até aqui refletimos sobre como a Lei de Acesso à Informação tem o poder emancipador de conduzir as pessoas a uma vida mais digna, cidadã e participativa, bem como a relação da biblioteca pública com o direito à informação. Agora, tomaremos a liberdade de fazer um recorte específico, para demonstrar como a Lei de Acesso à Informação impacta diretamente na vida de uma parte da população que diariamente tem seus direitos obstados. A luta pela igualdade de gênero tem nela uma aliada poderosa, pois se apresenta como uma ferramenta valiosíssima para as mulheres utilizarem na hora de pleitearem suas reivindicações. Uma mulher bem informada de seus direitos vê seu empoderamento se elevar a uma potência que pode fazer com que a balança, que hoje pesa para a desigualdade, se torne mais equilibrada, e consequentemente também fará com que nossa sociedade se torne mais justa e democrática. Muitas informações relativas aos direitos das mulheres são, constantemente, encobertas ou pouco divulgadas. Por exemplo, os abortos legais, que são previstos e amparados pela lei, mas que por negligência não são divulgados e, consequentemente, várias mulheres sofrem a dor de ter que passar por um processo de aborto clandestino, colocando sua vida em risco, ou de serem constrangidas em vários hospitais do país que se negam a realizar o procedimento legal. As mulheres bem informadas têm a capacidade de exigir melhores condições financeiras, educacionais, sociais e de saúde. As informações, se forem abertas e acessíveis a todas as mulheres, darão a elas o poder de participarem ativamente de políticas e programas governamentais que promovam o debate público sobre melhores condições de vida, tanto nos aspectos econômicos como sociais e culturais.

Outro cenário relevante que evidencia o quanto importante é a Lei de Acesso à Informação para a sociedade foi a sua utilização na Comissão Nacional da Verdade, que possibilitou aos pesquisadores acesso a dados que, sem a lei, seria quase impossível eles serem acessados.

A Comissão Nacional da Verdade, instituída em maio de 2012, foi criada pela Lei 12528/2011 com o intuito de apurar e registrar violações contra os Direitos Humanos ocorridos no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. A comissão dedicou-se à busca e pesquisa de documentos, depoimentos e diligências relacionados ao período ditatorial brasileiro, a fim de comprovar violações ocorridas durante essa época.

Para cumprir seu objetivo, a comissão apresentou oito relatórios preliminares de pesquisa, assim como três relatórios finais que descrevem as atividades, estruturas militares e seus métodos, culminando nas conclusões e nas recomendações ao Estado.

Esse trabalho extensivo foi possível por intermédio da colaboração de outras entidades relacionadas à temática, tais como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia pertencentes ao governo federal, além da colaboração de testemunhas oculares e parentes de desaparecidos.

A ação de resgatar, registrar e revelar graves violações cometidas no período ditatorial permite aos cidadãos brasileiros o direito de memória, uma vez que esclarece os ocorridos e confere às gerações posteriores o acesso e conhecimento dos fatos. Trata-se, portanto, de assegurar o direito à verdade.

Entre os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, o direito à verdade passou a ser integrado como modo de assegurar à sociedade e aos indivíduos o direito de saber fatos ocorridos no passado. Em 2005, o direito à verdade foi integrado pela ONU nos princípios básicos e diretrizes sobre o direito à reparação para vítimas de violação dos Direitos Humanos, de maneira que a intenção é a verificação total dos fatos e sua divulgação pública, atividade exercida pela Comissão da Verdade.

É necessário ressaltar que a ênfase colocada no ato de revelar as informações se dá precisamente porque, do contrário, não haveria o direito à verdade e à memória. Se os fatos não forem registrados e revelados à toda população, o direito à verdade não se efetiva.

Mesmo que adequadamente consagrada, a verdade não promove o resgate da memória social se não é revelada e compartilhada. Essa constatação - e a de que mais de 80% dos brasileiros nasceram após o golpe de 1964 e que 40% (80 milhões) nasceram depois do final da ditadura, em 1985 - levou a CNV a dar especial atenção à efetivação do direito à memória, também uma de suas finalidades legais (NEVES, 2012).

Sendo assim, entende-se que o direito à verdade é visto como parte fundamental das ações tomadas para assegurar a reparação às vítimas de violações graves cometidas pela ditadura, assim como em qualquer caso e período em que há violação de Direitos Humanos.

Isto posto, garantir o devido registro e acesso a todas as informações relacionadas aos períodos históricos de uma nação é parte integrante do propósito de assegurar a memória de um povo. Exemplo de casos em que não houve o devido registro, principalmente pela intencionalidade de esconder fatos de violações graves aos direitos humanos, não faltam durante o período ditatorial brasileiro. O cemitério de Perus, como é conhecido atualmente o terreno localizado no bairro que o nomeia, foi sistematicamente utilizado como local para ocultação de cadáveres de presos contrários à ditadura e que vieram a óbito devido às suas posições políticas. O terreno foi conhecido na década de 1990, ano em que a primeira vala clandestina foi descoberta contendo cerca de 1050 sacos com ossadas de pessoas não identificadas à época. Posteriormente, exames comprovaram que alguns corpos pertenciam a presos políticos tidos como desaparecidos.

Ao longo dos anos que se seguiram após a abertura democrática, diversas investigações indicaram locais de possíveis valas clandestinas, bem como documentos e indícios que indicaram o possível paradeiro de diversos presos políticos da época.

Há uma consequência negativa clara à integridade moral e psicológica dos familiares que ainda buscam saber o paradeiro de tantas pessoas que tiveram seus direitos violados ao longo de anos de estado e exceção. Logo, é dever do Estado promover investigações efetivas que permitam acesso nítido às informações, como é exemplificado pelo caso do cemitério de Perus, clara violação ao direito à verdade e à memória.

Por meio de registros claros e metódicos, o trabalho da Comissão Nacional da Verdade evidencia a necessidade de expor a história não contada para permitir o acesso irrestrito aos fatos ocorridos nos anos de repressão de direitos básicos. Naturalmente, nada vale saber da verdade sem aliar ao ato de registrar e disseminar as informações. É preciso permitir a toda a população o exercício de divulgar e discutir amplamente, possibilitando a construção de um diálogo aberto entre história e memória.

A ocultação de registros e informações culminaram, evidentemente, na perda de direitos que devem ser assegurados pelo Estado. O direito à verdade se volta para a necessidade de investigação, para que as circunstâncias em que as graves violações dos direitos humanos ocorreram sejam esclarecidas e conhecidas pela população. Como consequência, entende-se que o direito à memória assegura que todas as pessoas possam recordar os fatos ocorridos.

## TRABALHO 2

### O QUE SEPARA A BIBLIOTECA SECRETA DA BIBLIOTECA PÚBLICA<sup>2</sup>

Aila Renata Okada Goulart

Luma Pereira de Almeida

#### INTRODUÇÃO

A história da biblioteca transita entre as ideias de público e privado. O fazer bibliotecário, uma das mais antigas profissões do mundo, se forjou partindo das ideias que reinavam socialmente: a biblioteca é reflexo do paradigma social em que está inserida, segundo da ideia do filósofo Edgar Morin (*apud* SUAIDEN; LEITE, 2016, p. 52): “O mundo está em nossa mente a qual está no nosso mundo”. Portanto, ao passo que a sociedade é produzida pelos indivíduos, eles também produzem a organização da sociedade.

O trajeto que as bibliotecas e a informação percorreram se formou a partir da organização social do conhecimento e da distribuição de bens simbólicos e materiais, moldando-se a partir das relações tanto morais quanto jurídicas vigentes à época. A biblioteca, então, é símbolo de instituição responsável pela proteção e preservação de um patrimônio documental selecionado por aqueles que detinham poder (SUAIDEN; LEITE, 2016).

Para essa discussão, as ideias de biblioteca e informação encontram-se associadas, como Emir Suaiden e Cecília Leite (2016) propõem em seu levantamento. É o livro quem define o pano de fundo para a construção das bibliotecas como bem cultural — e sobre isso está baseada a primeira parte deste trabalho.

Na segunda parte, serão observados alguns marcos históricos da distribuição informacional entre as esferas pública e privada, passando pela Antiguidade romana, a importância da Igreja Católica e das universidades e as Revoluções Científica e Industrial. Também foram consultados documentos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI) para que

pudesse ser feita uma reflexão sobre a informação que está disponível para a população e o que é reservado apenas às autoridades, aos detentores do saber, como se vê no filme *Uma Cidade Sem Passado* e na contemporaneidade brasileira.

#### BREVE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS

A primeira grande biblioteca da qual se tem relato sólido é a do rei Assurbanipal, de Nínive<sup>3</sup>, que possuía cerca de 30.000 tábuas com textos, classificados por gênero, que contemplavam desde textos de ritual (feitiços e astrologia) até matemática e medicina (CIVALLERO, 2013). Assurbanipal construiu sua biblioteca a partir de ameaças e espólios de guerra, uma vez que enviava seus exércitos por todo o Oriente Médio atrás de tábuas que pudesse incluir em sua coleção. Existem tradições de povos persas e armênios que afirmam que Assurbanipal serviu de inspiração para Alexandre, o Grande, na criação de grande biblioteca de Alexandria.

Mesmo inspirando-a, a biblioteca de Assurbanipal não pode ser comparada à de Alexandria. Idealizada por Alexandre, o Grande, e construída por Ptolomeu e seus descendentes, possuía cerca de 700.000 volumes e era dividida em dois bairros da cidade: um prédio principal localizado no porto, com 400.000 obras, e um segundo, em outra área, com 300.000 novos volumes (MARTINS, 1996). Alexandria se destaca das outras bibliotecas de seu tempo porque se dispunha a ser mais que um depósito de livros e, para tanto, fomentava a investigação científica e o desenvolvimento de novos conhecimentos. (SUAIDEN; LEITE, 2016).

Com a sua destruição parcial em 48 a.C. por Júlio César em uma perseguição a Pompeu, que rendeu a perda de seu prédio principal, próximo ao porto da cidade, restou o segundo prédio, que abrigaria um museu da biblioteca — o qual chegou ao fim alguns séculos depois. Existem divergências acerca data, mas sabe-se que a destruição se deu entre os séculos de IV e VI.

<sup>2</sup> Trabalho da disciplina Biblioteca, Informação e Sociedade (CBD0185), período noturno, ECA-USP, primeiro semestre de 2019.

<sup>3</sup> Cidade a margem oriental do rio Tigre, na antiga Assíria (XXV a. C. a XII a. C.).

Com o fim de Alexandria, a história mundial entra em um longo período que depois seria denominado pelos humanistas como a Idade das Trevas, a chamada Idade Média. Esse período, que durou entre os séculos V e XV, foi marcado por um abandono da produção intelectual da Antiguidade Clássica. Passou a vigorar o sistema feudal, sob o poder da Igreja Católica Medieval, que determinava não só o plano espiritual, como o domínio material e econômico.

A Igreja também mantinha o controle da produção intelectual e, logo, das bibliotecas, chamadas então de *scriptorium*, mantidas em mosteiros sob o cuidado de monges copistas. Fazia parte da rotina religiosa desses monges a cópia de livros que a Igreja considerava adequados. Essa biblioteca fechada está bem representada na obra de Umberto Eco, *O Nome da Rosa* (1984)<sup>4</sup>, em que os livros servem apenas para guarda e preservação, com acesso somente a uma elite de clérigos selecionada no momento em que a Inquisição da Igreja Católica atingia seu auge.

Uma alternativa surge já na Baixa Idade Média a partir do século XIII: as bibliotecas universitárias. Estabelecidas em colégios e universidades, essas novas bibliotecas se tornam um local propício para o desenvolvimento de atividades intelectuais (SUAIDEN; LEITE, 2016). Entretanto, as bibliotecas universitárias só vão se tornar centrais na produção e disseminação intelectual a partir do século XIX.

### RENASCIMENTO (SÉCULO XIV A XVI)

Chegado o fim da Idade Média, os movimentos de organização social abrem espaço para o Renascimento, entendido como um período de resgate da memória e produção científica: o homem e a sociedade se voltam para uma dinâmica de recuperação da sabedoria antiga, clássica, com a intenção de ampliá-la. Existe um novo olhar sobre o mundo, o homem e, sobretudo, espaço para a educação e o ensino (SUAIDEN E LEITE, 2016).

Nesse período, crenças consolidadas e tidas como verdadeiras foram discutidas e analisadas pelos métodos científicos. Com a prensa de tipos móveis do alemão Gutemberg, surgida por volta de 1430, o livro saiu da mão dos monges escribas para ser impresso em um prelo. Esse movimento abalou a fé cristã e reduziu o poder da Igreja, levando o predomínio dos dogmas católicos a ser questionado, abrindo espaço para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Entretanto, mesmo com essa nova ordem de produção e circulação, a prensa de Gutenberg tornou mais visíveis os iletrados, que até então não recebiam essa denominação. Toda inovação traz desigualdades, e o homem não pode tê-las como naturais. Segundo Suaiden e Leite (2016), a informação e o conhecimento devem ser os meios pelos quais os homens possam alterar essa realidade. Segundo Bacon, “a teologia deixaria de ser uma forma norteadora do pensamento. A autoridade em que se apoiava um dos alicerces da teologia cederia lugar a uma dúvida metódica que possibilitasse um conhecimento objetivo da realidade” (*apud* SUAIDEN; LEITE, 2016, p. 60.).

Essa dúvida metódica proposta por Bacon cria abertura para a fundação de bibliotecas, no sentido de uma recuperação da produção intelectual clássica, e para a retomada do Latim. Entretanto, essa recuperação traz à tona novas descobertas que provam equívocos nas teorias dos filósofos clássicos como Aristóteles e Ptolomeu, que perdem força para dar espaço aos novos trabalhos científicos.

Entre os séculos XVI e XVII, as instituições de conhecimento estavam centradas na Igreja, numa lógica apenas de transmissão de conteúdo, sem a efetiva apropriação e sem produção. No século XVII surgem as primeiras sociedades científicas, que desenvolvem um novo método de estudo e ensino baseado na observação, investigação e produção do conhecimento científico. É um momento fértil ao desenvolvimento do conhecimento humano nas mais diversas áreas, como a ciências, as artes, a cultura e a religião. É o início de um movimento de revoluções no campo da pesquisa e da tecnologia.

<sup>4</sup> Romance de época que narra a história do frei Guilherme de Baskerville em uma investigação de heresias em um mosteiro beneditino no ano de 1327.

## A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA (SÉCULO XVI A XVIII)

O termo revolução como mudança radical e irreversível de uma situação apareceu no século XVII da literatura francesa, mas foi somente com Alexandre Koyré, um teórico francês da história e da filosofia, que essa expressão Revolução Científica foi efetivamente criada, em 1939. Koyré definiu a expressão e a localizou entre os séculos XVI e XVIII. Há controvérsias sobre o período exato em que essa revolução se desenrolou, mas é consenso que aquela foi uma época de transformações fundamentais nas ideias científicas e na sociedade em geral, uma vez que os dogmas da Igreja estavam perdendo força. Segundo Suaiden e Leite (2016), essa revolução vai tomando forma desde o final da Idade Média, mas é o Renascimento que dá mais força e espaço para que o movimento se consolide.

O cerne do movimento científico está no debate entre o geocentrismo (segundo o qual a Terra é o centro do universo) e o novo modelo heliocêntrico proposto por Nicolau Copérnico, que põe o Sol no ponto central e os demais corpos celestes à sua volta. Ele não possuía recursos para provar seu ponto, mas suas contribuições foram fundamentais para que o trabalho de Kepler e Newton, anos depois, fossem desenvolvidos e pudessem validar sua teoria.

A Revolução Científica é marcada por um longo processo de descobertas e transformações das mais variadas. Podemos elencar as principais em duas categorias: a cosmologia e as ciências.

Em relação ao ponto de vista da cosmologia, as grandes transformações foram: a validação do modelo heliocêntrico iniciada por Copérnico, e aprofundada por Galileu; a noção de um universo infinito colocada por Giordano Bruno; o movimento dos corpos celestes em decorrência do modelo heliocêntrico e o entendimento de um universo físico e unitário submetido a disciplina rigorosa da física matemática. Sob o ponto de vista da ideia de ciência as grandes transformações foram: a consolidação do método científico; a utilização da matemática como linguagem da física; as transformações nos modos de produção e divulgação do conhecimento científico; a criação de associação de pequenos grupos de cientistas para estudo e discussão e o aparecimento das

sociedades científicas em diferentes países da Europa (SUAIDEN; LEITE, 2016, p. 64).

Para além desses pontos, algumas figuras ganharam destaque por suas famosas e frutíferas contribuições, como Johannes Kepler (1571-1630), um professor de matemática apaixonado por geometria, Galileu Galilei (1564-1642), também matemático que a partir da observação sistemática e matematizada do céu pôde dar sustentação às afirmações de Copérnico acerca do modelo heliocêntrico, e Isaac Newton (1643-1727), que, entre outros trabalhos, formulou a Lei da Gravitação Universal, que ficou famosa pela história da maçã de Newton.

Mas nem toda a ciência estava baseada em grandes descobertas. Havia um jogo político implicado nesse movimento, e as afirmações de Galileu e outros tantos cientistas contestaram as ideias da Igreja Católica e seu livro sagrado, a Bíblia. Por isso, o matemático foi levado ao Tribunal da Inquisição e, para não ser condenado a morte, teve que negar sua teoria heliocêntrica para reduzir sua pena à prisão perpétua. Colocar-se contra as verdades da Igreja tinha como consequência enfrentar seu poder impiedoso e violento. Era esse o preço da luta para libertar a razão de uma lógica imposta por crenças e dogmas (SUAIDEN; LEITE, 2016).

O movimento da Revolução Científica consolidou o conhecimento e propôs um “método experimental” em cinco etapas: observação; levantamento do problema; formulação de uma hipótese; experimentação, conclusão e as generalizações em leis naturais (SUAIDEN; Leite, 2016). Esse método possibilitou avanços significativos em diversos campos do conhecimento, como a medicina, a física e a química. Contudo, é importante salientar que esse processo de enfrentamento ao poder vigente e novas descobertas no sentido do progresso não se deram como uma ruptura instantânea, mas sim em um longo período de desenvolvimento.

## **ILUMINISMO (SÉCULO XVIII)**

O Iluminismo foi um movimento cultural do século XVIII que ocorreu principalmente na França, a partir do pensamento de filósofos como Spinoza (1632-1677), Locke (1632-1704), Bayle (1647-1706) e do matemático Newton (1643-1727). Em função do Iluminismo, o século XVIII se tornou conhecido também como o Século das Luzes, marcado pela razão que buscava “reformular” a sociedade e ir contra a intolerância da Igreja e do Estado (SUAIDEN; LEITE, 2016).

Esse movimento filosófico e político tem sua origem no filósofo Descartes, com a máxima “penso, logo existo”, uma frase que diz respeito à urgência do homem em tornar-se autônomo e abandonar as suposições divinas para um entendimento pessoal. Surgiram aí a noção de subjetividade e a epistemologia moderna, que rompeu com a escolástica e o aristotelismo. Immanuel Kant (1724-1804) indicou que o lema do movimento é *sapere aude* (KANT, 1985, *apud* SUAIDEN; LEITE, 2016), do latim “ouse saber”: um convite a se ter coragem de fazer uso da própria razão.

O Iluminismo teve grande influência em movimentos que marcaram a civilização ocidental, com destaque para a Revolução Francesa, de 1789. Ele significou a ruptura de um sistema absolutista e a construção de uma nova lógica de autonomia ao povo e de direitos respeitados — primeiro os direitos individuais e, mais tarde, os direitos sociais. Os iluministas buscaram expandir os princípios do conhecimento crítico a toda atividade humana, a fim de superar o legado de tirania e superstição da Idade Média. Acreditavam que o melhor caminho seria o melhoramento do Estado e da sociedade.

A partir daí, houve muitos avanços científicos como a eletricidade e a criação da primeira máquina capaz de calcular, bem como a descoberta dos protozoários e das bactérias, além do surgimento da Geologia e das contribuições de Antoine Lavoisier (1743-1794) para o campo da química (SUAIDEN; LEITE, 2016).

Nesse sentido, há uma grande produção científica. Como consequência, veio a necessidade de se pensar sobre a organização de documentos da recente produção, o que fez renascer o interesse por bibliotecas e por teorias de gestão e organização dos acervos. Um nome importante desse movimento é Gabriel Naudé (1600-1653), que lançou seu famoso livro “Conselhos para construir uma biblioteca” em 1627, conhecido como o primeiro manual relativo à área da biblioteconomia. Naudé, baseado em ideias revolucionárias, concebeu o conceito da biblioteca como espaço público e universal. É também Naudé quem lançou as bases para a construção de um acervo organizado para as bibliotecas, pensando quatro exigências básicas: prezar pela qualidade das edições; reunir o saber crítico; ter interesse pela produção contemporânea; e aceitar os clássicos com facilidade (REVEL, 2000).

As contribuições de Naudé sobre uma biblioteca que abandona a ideia de local sacro para se tornar um espaço de descobertas e um instrumento de invenção podem ser consideradas as bases do que hoje discutimos como acesso aberto à informação.

## **A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (SÉCULO XVIII)**

Os acontecimentos da Europa entre os períodos de Revolução Científica e Iluminismo desencadearam o que chamamos de Revolução Industrial em meados do século XVIII. A Revolução Industrial alterou os métodos de produção e de trabalho, foi um período de transição da energia física para a mecânica, da manufatura para a fábrica, onde houve transformações tecnológicas, econômicas e sociais.

Nesse processo, segundo Suaiden e Leite (2016), surgiu uma nova relação entre trabalho e capital, com a produção em série, o trabalho assalariado e uma nova “cultura de massas”. Novas divisões sociais tomaram forma: a burguesia industrial, que possui o capital industrial e mercantil, e a classe operária, baseada em sua força de trabalho.

A partir desse ponto se deu uma ampliação da pesquisa e da produção de conhecimento, agora numa lógica a atender as demandas do mercado. E, uma vez que a força de trabalho vinha de

camponeses que migraram para a cidade, as fábricas tinham de instruí-los no uso das novas tecnologias, com a mecanização do trabalho, a especialização e a educação tecnológica (SUAIDEN; LEITE, 2016).

Essa lógica se faz presente também nas bibliotecas, uma vez que os materiais produzidos por essas pesquisas tomavam forma em artigos, relatórios técnicos e científicos, protótipos etc. que definiram uma nova demanda informacional. As bibliotecas se viram em um lugar de reformulação de suas práticas de armazenamento e recuperação da informação, e os conceitos de Naudé tomaram forma no campo de atuação do profissional bibliotecário.

Entretanto, essa nova organização social criou uma visão de mundo e de vida mais particularizadas e fragmentadas, desencorajando a reflexão e uma percepção de unidade e completude. A aceleração criou um movimento de vida e trabalho segmentados, bem explicados pelo filme *Tempos Modernos* (1936), de Charlie Chaplin, em um processo de formação de gerações cada mais imediatistas.

### **A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA (SÉCULO XX)**

O século XX chegou trazendo uma rápida série de avanços tecnológicos nunca vistos antes, como os motores de combustão interna e elétricos. As duas grandes guerras impulsionaram o desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do conhecimento, transformando o mundo e as sociedades no geral. Aquela visão fragmentada do mundo e da ciência não bastavam mais; as velhas certezas foram abandonadas e uma nova visão sistêmica passou a valer (SUAIDEN; LEITE, 2016).

No âmbito da biblioteconomia, surgiu uma nova personalidade que revolucionou a área: Ranganathan (1892-1972), um matemático e bibliotecário indiano que propôs as cinco leis da biblioteconomia<sup>5</sup>, em uma tentativa de sistematizar o trabalho feito em bibliotecas e lançar bases para uma prática bibliotecária efetiva. Seu legado também deixou contribuições à área

da classificação e organização de documentos, que ainda hoje estão presentes na biblioteconomia, mesmo no âmbito digital.

Nas ciências e na tecnologia, o mundo se desenvolve e toma novas formas. Entre as maiores e mais gerais descobertas e contribuições, podemos destacar:

Einstein, uma das figuras mais significativas do século XX que quebrou a simetria e a organização newtoniana, até então tida como a mais firme, coerente e metodologicamente correta das ciências, arrastando consigo teorias ligadas ao indeterminismo; A descoberta da física quântica, a partir da teoria da relatividade geral, significou um grande avanço no estudo dos fenômenos observados na natureza; A biologia experimentou saltos fantásticos marcados especialmente pelo conhecimento da estrutura do DNA; Surge a psicanálise, um campo da psicologia desenvolvido por Sigmund Freud (1856-1939) e seus discípulos Jung e Aler; Pablo Picasso cria o cubismo e influencia grande parte dos artistas plásticos do início do século; Le Corbusier (1887 - 1965) cria a escola do Racionalismo Formal, que influenciou Oscar Niemeyer e está muito presente na arquitetura de Brasília; A informação e a comunicação passaram a ter um tratamento e um caráter científico a partir de Claude E. Shannon e Warren Weaver (1975) quando ao estudarem os processos de comunicação eletrônica, desenvolveram matematicamente o conceito de informação e um modelo matemático para a transmissão de mensagens; A Documentação passa a ser entendida como uma ciência geral que auxilia as demais na geração de novos conhecimentos; A ciência da informação - CI surge a partir do trabalho de Paul Otlet em relação à qualidade das publicações que eram referenciadas nos catálogos bibliográficos, focado na informação e não no suporte, originando uma nova área de estudo; Politicamente o mundo assiste a implantação de sistemas democráticos em muitos países, ao mesmo tempo em que vê nascer e crescer o imperialismo, regimes fascistas e a corrida armamentista; Santos Dumont constrói 14 Bis e o homem vence a gravidade; cria-se o microchip e chega-se à internet (SUAIDEN; LEITE, 2016, p. 72-73).

<sup>5</sup> 1. Os livros são para serem usados. 2. Todo leitor tem seu livro. 3. Todo livro tem seu leitor. 4. Poupe o tempo do leitor. 5 Uma biblioteca é um organismo em crescimento.

A partir dessas e outras importantes pesquisas chegou-se ao consenso de que não existem verdades absolutas e que teorias e conceitos podem apenas se aproximar da realidade, sem exatamente defini-la. Na ciência e tecnologia houve avanços nunca vistos, com diversas conquistas positivas, ao passo que também se revelaram as mazelas de um planeta global, as grandes disparidades dos meios de vida, um período marcado por guerras, destruição do meio ambiente, conflitos e desequilíbrio socioeconômicos, o que deu abertura para um profundo individualismo na humanidade. Guerra e ciência se tornaram mais próximas, ao passo que “cientistas não dispõem de recursos para controlar sua própria obra” (SUAIDEN; LEITE, 2016, p. 73), levando a humanidade a descobertas incríveis, mas também avassaladoras. A Internet surgiu como uma estratégia de poder em meio ao contexto de uma Guerra Fria entre potências mundiais e rivais, para depois tornar-se meio de comunicação plural e mundial.

Alterou-se ainda a forma da sociedade, que é agora global. Não é mais o capital financeiro quem dita o ganho, e sim o capital intelectual, como na máxima alçada pelo século XX: informação é poder. Esse mundo globalizado partilha tudo, uma nova crise deixa de ser localizada para tornar-se mundial, alteram-se as fronteiras. É um século de inúmeros avanços científicos e tecnológicos, no qual o determinismo e as certezas do passado são deixadas de lado. (SUAIDEN; LEITE, 2016).

Nessa lógica também está inserida a biblioteca, que agora alia o livro ao digital e se potencializa com os bancos de dados e a internet. A informação toma espaço fundamental na construção e disseminação de conhecimentos. Assim, define-se a Ciência da Informação no campo da biblioteconomia e da documentação, que se vê impelida a assumir papéis mais abrangentes e importantes num contexto em que cultura e informação se encontram cada vez mais próximos.

## **A MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE: ATUALIDADE (SÉCULO XXI)**

O século XXI revela um retrato dessa longa construção científica e tecnológica. O homem é o homem-digital e a informação é o que move as sociedades. Essa nova construção conecta, de modo artificial, todo o planeta. As fronteiras geográficas perdem sentido, deixando espaço para novas fronteiras digitais em constante movimento, seguindo o domínio tecnológico, informacional e do conhecimento (SUAIDEN; LEITE, 2016). A palavra de ordem é rapidez, aplicada tanto à tecnologia quanto à informação.

Bauman (*apud* SUAIDEN; LEITE, 2016) propõe que a sociedade passou de um estado sólido para uma “sociedade líquida”. Seguindo essa lógica, também informação e cultura deixam seus estados sólidos para se tornarem um estado fluido de infocultura. Os participantes da nova ordem líquida são mutáveis e sem vínculos com uma sociedade anterior. Estar conectado ou não estar é decisão de extrema importância. As relações estão baseadas em interesses e em uma convivência digital.

O trabalho também ganha novo significado nessa conjuntura, o cidadão contemporâneo tem a profissão como fonte de estabilidade financeira, segurança e consumo, descuidando de outras relações pessoais e coletivas, em diversos momentos. A divisão social do trabalho e as especializações da arte e das ciências criam uma realidade fracionada que se faz presente tanto no âmbito profissional quanto na organização social.

Assim, vivenciamos uma modernidade baseada nos conceitos do digital e da fluidez, na qual existe tanto uma grande produção de informação impressa quanto um grande volume de conhecimentos codificados em formato digital. Reina a infocultura usada por Suaiden e Leite (2016) para definir um conceito em que informação e cultura se encontram interligados no caminho trilhado pela humanidade — desde as primeiras comunicações até atualmente.

## AS BIBLIOTECAS E O ACESSO À INFORMAÇÃO

As bibliotecas romanas são tradicionalmente privadas, em geral propriedades das famílias da nobreza do Senado. Elas eram um sinal de status, pois o importante era a quantidade de volumes do acervo, e, para isso, era necessário que eles fossem comprados — sejam cópias feitas por secretários ou em butins, artigos originários dos espólios das conquistas territoriais romanas que eram vendidos em lojas. Frédéric Barbier, em *História das Bibliotecas* (2018, p. 54-65), menciona como o estilo de vida da nobreza romana contribuiu para o desenvolvimento das bibliotecas, uma vez que o prazer intelectual era priorizado pelos romanos e a demanda por livros vinha aumentando. O surgimento do conceito das bibliotecas públicas surgiu com Júlio César, para suprir a necessidade cultural e econômica. Ao mesmo tempo, eram um meio de controlar os textos que estavam ou não autorizados a circular.

De acordo com Barbier (2018, p. 65), “é o cristianismo que transmite a tradição intelectual da Antiguidade, mas fazendo com que sofra uma metamorfose muito profunda”. Apesar de a Igreja Católica ter contribuído na disseminação do conhecimento, dos livros e das bibliotecas, a informação continuava acessível somente a uma pequena parcela da população que era alfabetizada (nobres e religiosos) e ainda tinha que passar pelo crivo do Alto Clero, fazendo assim com que o desenvolvimento do pensamento fosse totalmente voltado aos ideais cristãos. Esse aspecto de a Igreja Católica ser um dos grandes detentores do conhecimento fica evidente na história de Umberto Eco, *O Nome da Rosa*: o local do acervo do monastério é bastante inacessível, escondido e guardado por muitos eclesiásticos. Até os dias de hoje, o acervo da Igreja Católica — especialmente da Biblioteca do Vaticano — é cercado de mistério, tornando-se sinônimo de informação velada, secreta e inacessível, o que é um fato bastante significativo, tendo em vista que a religião lida diretamente com o povo.

Vemos então que, com as bibliotecas universitárias no período da Revolução Científica, o conhecimento passou a ser divulgado sem a intervenção da Igreja, abrindo caminho para os ideais iluministas e da biblioteca pública como a conhecemos na atualidade. Desenvolvida por Naudé, essa biblioteca tornava o fazer bibliotecário mais humanizado e menos elitista. Já a Revolução Industrial fez com que surgisse a especialização no estudo, nas bibliotecas e no trabalho, para atender à demanda das fábricas por trabalhadores mais capacitados e por estudos e tecnologias desenvolvidos para aprimorar os meios de produção. Com isso, as próprias indústrias instruíam e capacitavam seus empregados para que eles aprendessem a lidar com as tecnologias que estavam surgindo. Isso fez com que as novas classes (burguesia e trabalhadores assalariados) criassem a demanda por mais cultura, originando assim a cultura de massa, alterando a relação entre economia, educação e sociedade.

Pensando nos processos de transformação que a acessibilidade do conhecimento sofreu e a mudança dos atuais detentores do “saber”, é importante refletir não apenas sobre o acesso à informação, mas também sobre como a informação é classificada no respaldo legal para que possa ser divulgada.

No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011 regulamenta que qualquer pessoa (física ou jurídica) pode receber informações públicas sem precisar passar por um processo burocrático de justificativa e cobrança financeira. As exceções ao acesso ocorrem em casos de dados pessoais e informações classificadas como sigilosas (divididas em reservadas, secretas e ultrassecretas), que podem colocar em risco a segurança da sociedade ou do Estado. No entanto, até mesmo as informações sigilosas têm um prazo para serem disponibilizadas, uma vez que não deixam de ser públicas. Os prazos para o término do sigilo variam de cinco a 25 anos, podendo ser renovados.

Em seguida, tivemos a Comissão Nacional da Verdade, também chamada apenas de Comissão da Verdade. A comissão foi instituída no final de 2011 pelo governo brasileiro com o objetivo de investigar

graves violações dos Direitos Humanos ocorridas entre setembro de 1946 e outubro de 1988. A apuração das informações, inclusive as sigilosas e até secretas, aconteceu num período de pouco mais de dois anos, com o início em 2012. Em 2014 veio o relatório final, sem caráter punitivo, que está disponível on-line.

A LAI dialoga diretamente com o princípio de conhecimento universal do Iluminismo, que se tornou direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e foi reforçado pela proclamação da UNESCO no final de 2015, que é o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, proclamação que visa incentivar mais países a aprovarem uma legislação sobre o acesso aberto à informação. O governo brasileiro mostrou estar à frente dos órgãos internacionais com a Lei de Acesso à Informação. Porém, quanto à Comissão Nacional da Verdade, o Brasil foi um dos últimos países a instaurar um organismo do gênero e a assumir publicamente, nos relatórios, que crimes já relatados em outros documentos realmente aconteceram não se pode deixar que se repitam.

O filme *Uma Cidade Sem Passado* aborda exatamente a temática de acesso à informação pública. Nesse filme, uma cidadã alemã tenta acessar documentos públicos sobre a história de sua cidade no período de domínio nazista. Sonja, a protagonista, busca documentos do arquivo público local, aos quais ela tinha total direito. Ocorre que ela é impedida pelos detentores da informação local, no caso, os políticos, o diretor do Arquivo da cidade e também os padres da Igreja Católica daquela região. Além de todo o caráter da censura por meio do governo da cidade e do envolvimento da Igreja em esconder os fatos, um dos pontos-chave para o desenvolvimento da história é a possibilidade que Sonja tem de viajar para a capital do país, Berlim, e também para a França, onde ela pôde entrar em contato com cidades muito maiores, diferentes ritmos da sociedade e das infinitas possibilidades para serem descobertas. Foram as viagens da protagonista que a incentivaram a perseguir seus

ideais de esclarecimento da população de uma série de violações das leis e direitos que vinham sendo cometidos pelos governantes da cidade.

No Brasil, tivemos um exemplo de violação dos direitos ao acesso livre à informação no início de 2019. O vice-presidente Hamilton Mourão tentou, por meio de um decreto durante o exercício da presidência, ampliar o número de pessoas que teriam permissão para decidir quais documentos poderiam ser acessados por meio da LAI e quais seriam classificados como ultrassecretos. Esse decreto retirou a exclusividade dos cargos diretamente relacionados à alta hierarquia do Poder Executivo brasileiro, no caso o próprio presidente, o vice e os ministros de Estado, comandantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e chefes de missões diplomáticas, passando também aos servidores comissionados, dirigentes de fundações, autarquias e empresas públicas. A mudança foi considerada inconstitucional pela Câmara dos Deputados em fevereiro do mesmo ano, pois interferia diretamente na transparência e no acompanhamento da administração pública pela sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, em que a profissão de bibliotecário está começando a ganhar destaque, é crucial avaliar o papel dos especialistas das áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação na difusão não apenas do conhecimento, mas também de informações oriundas de fontes confiáveis e com um embasamento na verdade factual.

Dificultar, proibir e censurar o acesso à informação é uma violação de leis e direitos. “Essa exclusão de direitos fomenta um fator: o custo da impostura da supremacia do Estado em detrimento ao interesse da sociedade, que só pode ser pago com o preço da imposição do esquecimento coletivo, uma violência que priva a sociedade do direito de questionar.” (BATISTA, 2012, p. 218).

A distinção entre a biblioteca secreta e a pública está na restrição aos dados e ao conhecimento que a primeira impõe à sociedade, enquanto a instituição pública tem a responsabilidade de promover a difusão do conhecimento para que a população possa se apropriar da sua respectiva cultura e entrar em contato com tantas outras.

## REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. Verdade e Política. In: ARENDRT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade-e-politica.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.
- ARRUDA, C. S. L. Direito à informação: requisito do devido processo legal em um Estado democrático de Direito. *Páginas a&b*, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 32-50, 2016. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/1742>.
- BARBIER, F. O mundo Romano: A distinção pelos livros. In: BARBIER, F. *História das Bibliotecas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- BATISTA, C. L. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 26, p. 204-222, jul. 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BUCCI, E. Informação e verdade factual: Biblioteca, imprensa, comunicação social e cultura política em tempos de fake news. São Paulo: USP, 2019, Mimeo. Texto de trabalho (ou texto-base) elaborado para a disciplina e distribuído para os alunos. Baseado na aula de erudição do concurso para professor titular em 2017 e em palestras para o Ciclo Mutações em suas edições de 2017 e 2018.
- CAPURRO, R. HJORLAND, B. O conceito de Informação. *Perspectivas em Ciências da Informação*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr., 2007. Tradução autorizada do capítulo publicado no Annual Review of Information Science and Technology. Ed. Blaise Cronin, v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003. Tradução de Ana Maria Pereira Cardos, Maria da Glória Achtschin e Marco Antonio de Azevedo.
- CIVALLERO, E. *De tablillas y papiros: ensayos sobre la lectura y la escritura en la Antigüedad*. [S.l.], 2013. Disponível em: <https://www.academica.org/edgardo.civallero/47>. Acesso em: 30 maio 2019.
- ECO, U. *O Nome da Rosa*. 5. ed. Lisboa: Difel, 1984.
- FERRAZ, M. N. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da superintendência de bibliotecas públicas de Minas Gerais. *Revista Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, out./dez, 2014. Número especial. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2280>.
- FERREIRA, E. G. A. O direito à informação e as bibliotecas públicas no contexto da lei de acesso à informação. *Páginas a&b*, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 147-157, 2015. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/670/636>.
- LOGAREZI, L. *Guia prático da lei de acesso à informação*. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016. Disponível em: <https://artigo19.org/blog/2016/10/24/conheca-a-nova-edicao-do-guia-pratica-da-lei-de-acesso-a-informacao/>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- LOYOLA, L. Investigação mostra que ainda há corpos de vítimas da ditadura no cemitério de Perus. *Época*, São Paulo, 11 jun. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/06/investigacao-mostra-que-ainda-ha-corpos-de-vitimas-da-ditadura-no-cemiterio-de-perus.html>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- MARTINS, W. As bibliotecas na Antiguidade e na Idade Média. In: MARTINS, W. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996. p.71- 92.
- NEVES, R. Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 86, p. 155-186, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04. jun. 2019.
- O NOME da Rosa. Direção: Jean-Jacques Annaud. Itália: [s.n.], 1986.
- PAIVA, E. B.; LOPES, M. G. Biblioteca religiosa e biblioteca medieval: encontro em “O Nome da Rosa”. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.18, n.1, p.159-169, jan./abr. 2008.
- REVEL, J. Entre dois mundos: a biblioteca de Gabriel Naudé. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p. 218-224.
- RODRIGUES, M. E. F. et al. A biblioteca e o bibliotecário no imaginário popular. *Biblionline*, João Pessoa, v. 9, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/15097>. Acesso em: 03 maio 2019.
- SAYERS, W. C. B. Introdução à primeira edição. In: RANGANATHAN, S.R. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2009. p. xxi-xxv.
- UAIDEN, E. J.; LEITE, C. Biblioteca, o tecido cultural que o livro criou. In: UAIDEN, E. J.; LEITE, C. *Cultura da informação: os valores na construção do conhecimento*. Curitiba, CRV, 2016. p. 53-79.
- UMA CIDADE sem passado. Direção: Michael Verhoeven. Alemanha: [s.n.], 1990.

VERGUEIRO, W. de C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 16, n. 1, jun. 1987. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266>. Acesso em: 06 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. [S.l.], 1969. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/convencion.asp>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [S.l.], 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 16 set. 2019.

PIOVESAN, E. *Câmara aprova suspensão de decreto sobre sigilo de documentos*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/572602-CAMARA-APROVA-SUSPENSAO-DE-DECRETO-SOBRE-SIGILO-DE-DOCUMENTOS.html>. Acesso em: 13 jun. 2019.

---

## OUTROS SITES

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. [S.l.], 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, [20--]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. *Procedimentos para classificação de informação em grau de sigilo*: cartilha. 2. ed. rev. Brasília: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/SPOA, 2018. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/sei/publicacoes/procedimentos-para-classificacao-de-informacao-em-grau-de-sigilo>. Acesso em: 01 jun. 2019.

<https://www.politize.com.br/lai-lei-de-acesso-a-transparencia-mudanca-decreto-de-mourao/> (acesso em 30/05/2019)

DECRETO de Mourão viola Constituição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 fev. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/02/11/decreto-de-mourao-violou-constituicao-diz-orgao.htm>. Acesso em: 30 maio 2019.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Comissão Nacional da Verdade. In: INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. *Memórias da ditadura*. [s.l.], 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 01 jun. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. *Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994*. [S.l.]: IFLA, [200-?] Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.



# A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e as Bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

## Clara Bessa da Costa

Mestre em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) - Brasil.

Analista Legislativo do Senado Federal - Serviço de Biblioteca Digital (Senado Federal) - Brasília, DF – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7941926847621109>

E-mail: [clarabc@senado.leg.br](mailto:clarabc@senado.leg.br)

## Judite Martins

Especialização em Linguística pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF) - Brasil. Analista

Legislativo da Câmara dos Deputados (Câmara Federal) - Brasília, DF – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1893454585635444>

E-mail: [judite.martins@camara.leg.br](mailto:judite.martins@camara.leg.br)

## RESUMO

O artigo descreve ações adotadas pelas bibliotecas parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados com foco na agenda 2030 e suas metas. Essas ações buscam demonstrar que as bibliotecas devem ver a si mesmas como agentes de mudança dentro do contexto em que atuam. Produtos e serviços podem ser desenvolvidos partindo de uma visão mais ampla, que contribua para o exercício da cidadania, para o letramento informacional e político dos cidadãos. Uma vez que o parlamento discute os mais diversos assuntos de interesse da sociedade, a ação desses profissionais especializados e qualificados imbuídos dos valores da Agenda 2030 servirá de ponte para alcançar o acesso pleno à informação, buscado em compromissos internacionais como a Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e o Desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) . Biblioteca Parlamentar. Acesso à informação. Política de Desenvolvimento.

## *The 2030 Agenda of the United Nations and the Libraries of the House of Representatives and the Federal Senate*

### **RESUME**

*The article describes actions taken by the parliamentary libraries of the Federal Senate and the House of Representatives focusing on the 2030 agenda and its goals. These actions seek to demonstrate that libraries should see themselves as agents of change within the context in which they operate. Products and services can be developed from a broader view that contributes to the exercise of citizenship, to the informational and political literacy of citizens. As parliament discusses the most diverse issues of interest to society, the action of these skilled and skilled professionals imbued with the values of Agenda 2030 will serve as a bridge to full access to information, pursued by international commitments such as the Lyon Declaration on Access to Information and Development.*

**Keywords:** Sustainable Development Goals (SDGs). Parliamentary Library. Access to information. Development Policy.

## **La Agenda 2030 de las Naciones Unidas y las Bibliotecas de la Cámara de Representantes y el Senado Federal**

### **RESUMEN**

*El artículo describe las acciones tomadas por las bibliotecas parlamentarias del Senado Federal y la Cámara de Representantes, centrándose en la agenda 2030 y sus objetivos. Estas acciones buscan demostrar que las bibliotecas deben verse a sí mismas como agentes de cambio dentro del contexto en el que operan. Los productos y servicios pueden desarrollarse desde una visión más amplia que contribuya al ejercicio de la ciudadanía, a la alfabetización informativa y política de los ciudadanos. A medida que el parlamento discute los temas más diversos de interés para la sociedad, la acción de estos profesionales calificados e imbuidos de los valores de la Agenda 2030 servirá como un puente para lograr el pleno acceso a la información, perseguido por compromisos internacionales como la Declaración de Lyon sobre Acceso a la información y al desarrollo.*

**Palabras clave:** *Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Biblioteca parlamentaria. Acceso a la información. Política de desarrollo.*

### **INTRODUÇÃO**

O principal insumo que alimenta as atividades dos parlamentos é a informação. Desse modo, serviços especializados de gerenciamento do fluxo de informação são de extrema importância para garantir o bom andamento das atividades legislativas.

“Acesso à informação confiável e oportuna é essencial para o bom funcionamento das legislaturas democráticas. Bibliotecas parlamentares e serviços de pesquisa contribuem para a eficácia do parlamento provendo informações oficiais, independentes, não-partidárias e relevantes.” (Inter-Parliamentary Union, 2009. Tradução nossa)

Bibliotecas parlamentares, ou bibliotecas legislativas, são consideradas bibliotecas especializadas e, em geral, voltadas para o atendimento ao público interno da instituição. Elas, embora foquem nas Ciências Sociais, possuem acervos diversificados, contemplando todas as áreas do conhecimento — uma vez que o parlamento discute os mais diversos assuntos de interesse da sociedade, não se restringindo à elaboração de leis — e dispõe de profissionais especializados e qualificados para atender às demandas do processo legislativo.

No Brasil, como temos um sistema bicameral na esfera federal do Poder Legislativo, contamos com duas bibliotecas parlamentares: a Biblioteca do Senado Federal e a Biblioteca da Câmara dos Deputados. Além de atenderem aos Senadores e Deputados, seus assessores e gabinetes, essas bibliotecas também são responsáveis pelo apoio informacional às atividades do corpo de consultores, advogados e demais servidores das Casas, além de suas respectivas escolas de governo. Ambas também possuem acervo aberto ao público em geral para consulta e recebem usuários externos nos seus salões de leitura e estudo.

A despeito do fato de que entre seus usuários estejam os cidadãos, por força de sua missão institucional, as bibliotecas parlamentares precisam priorizar o atendimento ao público interno. É por meio de uma atitude proativa e cidadã que essas bibliotecas buscam atenuar a lacuna de atendimento informacional para o cidadão em uma sociedade carente de polos informacionais, como bibliotecas públicas, escolares e comunitárias em número adequado.

Conforme dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2015), há no Brasil cerca de 6.057 bibliotecas públicas, que é um número considerado insuficiente para atender à população de 208,4 milhões de habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018). Esses números resultam em uma média de uma biblioteca para cada 34 mil habitantes, o que coloca o Brasil muito atrás de países desenvolvidos, onde as médias ficam próximas a uma biblioteca para 19 mil habitantes, nos Estados Unidos, e uma biblioteca para cada 1.970 habitantes na República Tcheca, que tem o melhor índice do mundo.

A atuação das bibliotecas parlamentares a ser descrita neste trabalho visa demonstrar sua contribuição no sentido de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento para a cidadania e para a democracia por aqueles que não seriam seus usuários prioritários, mas que, pela força do papel social de toda instituição de informação, podem ter algumas de suas demandas atendidas por meio de seus produtos e serviços.

### **BIBLIOTECA DA CÂMARA E AGENDA 2030**

Em 2017, a Biblioteca Pedro Aleixo, inspirada pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA) e pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), tornou-se partidária da Agenda 2030, um conjunto de objetivos estipulados pela Organização das Nações Unidas, relacionados à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável, a serem alcançados até o ano de 2030.

De acordo com o Objetivo 16 do Desenvolvimento Sustentável, contido na referida Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2015), para alcançar o acesso pleno à informação, todos devem ter tanto o acesso como as habilidades para utilizarem a informação de maneira efetiva, como expressado na Declaração de Lyon (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 2014) sobre o Acesso à Informação e o Desenvolvimento. As bibliotecas possuem habilidades e os recursos para apoiarem os governos, instituições e indivíduos a comunicarem, organizarem, estruturarem e utilizarem a informação

de maneira efetiva para o desenvolvimento.

Nesse sentido, a Biblioteca passou a desenvolver e a participar de projetos imbuídos dos valores da Agenda 2030, como os elencados a seguir:

- Acervo da Biblioteca Digital de livre acesso
- Elaboração de bibliografias: a Biblioteca como elaborando conteúdos de:

**1) Bibliografia sobre a questão racial no Brasil:** o repertório bibliográfico surge de uma parceria com o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados. O objetivo é arrolar referências bibliográficas que debatam a questão racial no país, no período compreendido entre 1988 (promulgação da Constituição) e 2016. A demanda surgiu em 2016, a partir da constatação da existência de poucas bibliografias que versassem sobre a situação dos negros e negras brasileiros. A ideia é contribuir para o debate da questão racial e possibilitar que mais cidadãos tenham conhecimento do que tem sido publicado sobre a temática.

**2) Bibliografia sobre a Câmara dos Deputados:** projeto da Biblioteca que abarca obras publicadas sobre a Câmara dos Deputados no período de outubro de 1988 a outubro de 2018.

- Encontro com o Autor: evento mensal, que ocorre desde janeiro de 2017. Trata-se de uma parceria com o Centro Cultural que tem o objetivo de trazer um autor — do Distrito Federal e de outros estados — para apresentar e debater a sua obra com o público da Biblioteca. A proposta é de que o momento seja descontraído, com participação do público. Além de servir de espaço de divulgação para autores locais, o evento procura dinamizar o espaço da Biblioteca. Tendo em vista que ocorre no Salão de Leitura, alunos de escolas públicas são convidados e trazidos até o local, atraindo assim uma outra parcela de usuários.

- Escola Virtual de Cidadania (EVC): a EVC é uma iniciativa do Cefor e consiste em um portal voltado ao cidadão a fim de disseminar conteúdos à educação para a democracia. A Biblioteca tem contribuído com a seleção de conteúdos digitais para alocação no portal.
  - Calendário Social: a biblioteca criou um calendário que ressalta datas relevantes do ponto de vista histórico-cultural das minorias, que celebram personagens importantes para a luta dos direitos humanos, pela promoção da equidade de gênero, de raça e que tenham contribuído para a diminuição da desigualdade social. Esse calendário norteia a pauta das publicações dos perfis da Biblioteca nas redes sociais.
- 1) **Perfil da Biblioteca no Facebook:** priorizando o uso de uma linguagem acessível, além da divulgação de acervos e conteúdos da Biblioteca, busca-se dar espaço a temas que promovam a cidadania, a informação de interesse público e pautas relacionadas a temas em discussão na sociedade.
  - 2) **Perfil da Biblioteca no Instagram:** em outubro de 2018 foi criado o perfil da Biblioteca Pedro Aleixo no Instagram, o qual já nasceu sob a influência da Agenda 2030, congregando os objetivos tradicionais de uma mídia social de bibliotecas relacionados ao marketing e à informação para cidadania. Há muita similaridade entre as pautas dos perfis da Biblioteca Pedro Aleixo no Facebook e no Instagram, de modo que os mesmos temas costumam ser tratados simultaneamente, moldando-se às peculiaridades de cada mídia.
- Boletim Especial de Livros: a ação é destinada ao público interno. Semanalmente, a Biblioteca divulga um boletim com as últimas aquisições incorporadas aos acervos físico e digital. Eventualmente, entretanto, o Boletim de Livros Novos cede lugar a um boletim especial que arrola obras diversas, relacionadas a algum tema do calendário narrado acima.
  - Já foram elaborados boletins sobre os dez anos da Lei Maria da Penha, sobre o Dia da Consciência Negra e sobre o Dia Internacional da Mulher Negra.
  - Biblioteca Convida: evento semestral que consiste em trazer um convidado externo para abordar um tema de interesse do profissional bibliotecário, bem como da sociedade. É aberto ao público interno e externo à Câmara dos Deputados. Já se discutiram: a Agenda 2030 da ONU, Bibliotecas Prisionais e Desinformação.
  - Biblioteca Humana: projeto anual, inspirado na iniciativa dinamarquesa do ano de 2000, que consiste em disponibilizar um “acervo” de pessoas dispostas a contar alguma experiência de vida aos usuários da Biblioteca. Na primeira edição o foco foi em experiências de vida marcantes dos servidores. A segunda edição teve como tema a participação nos trabalhos da Constituinte de 1987-1988.
  - Clube do Livro: encontros mensais, abertos à comunidade, que discutem textos literários, seus autores e épocas. Conta com a presença de um mediador, que geralmente é um servidor voluntário.

## BIBLIOTECA DO SENADO E AGENDA 2030

Considerando a atuação da Biblioteca do Senado sob a perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, podem ser destacados dois deles com os quais suas atividades dialogam. O Objetivo 5, focado na igualdade de gênero, e o Objetivo 16, de acesso à informação.

Para facilitar o entendimento, abaixo estão apresentadas as descrições dos objetivos, as metas específicas escolhidas pela Biblioteca do Senado e as ações que concretamente estão sendo realizadas para alcançá-las.

*“Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*

Meta 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte  
(...)Meta 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015)

As atividades da Biblioteca do Senado para alcançar as metas propostas para o Objetivo 5 são as seguintes:

- Lançamento da “Coleção Escritoras do Brasil”, que busca dar destaque a escritoras que produziram textos literários e históricos no século XIX<sup>1</sup>;
- Preservação da coleção do Jornal Senado Mulher na Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF)<sup>2</sup>;
- Rodas de Leitura com temas relacionados ao assédio no ambiente de trabalho, luta pelos direitos das mulheres e autoras de destaque como Maria Firmina Reis, primeira romancista brasileira;
- Bibliografia sobre questões femininas com 1.499 referências bibliográficas de livros, artigos de revistas e de jornais editados no Brasil entre 1998 e 2003<sup>3</sup>.

*“Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis*

(...)

Meta 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

Meta 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

(...)

Meta 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais” (NAÇÕES UNIDAS, 2015)

Estas são as atividades da Biblioteca do Senado para alcançar as metas propostas para o Objetivo 16:

- Disponibilização e preservação em formato digital de livre acesso aos documentos produzidos pelas consultorias do Senado Federal;
- Disponibilização de livros em áudio e Braille;

- Acesso livre a toda pessoa ao seu espaço físico para estudo e consulta do acervo bibliográfico;
- Parceria com outras bibliotecas para empréstimo de livros;
- Coordenação da Rede de Bibliotecas RVBI, para catalogação cooperativa, empréstimo entre bibliotecas, compartilhamento de softwares, treinamentos e outras atividades;
- Acesso livre e download gratuito das mais de 280 mil publicações da Biblioteca Digital do Senado Federal.

## CONCLUSÃO

O compartilhamento de ações como essas, promovidas pelo parlamento brasileiro, busca incentivar novas iniciativas em prol da agenda 2030 e das metas elencadas em seu Objetivo 16 ao demonstrar que as bibliotecas devem ver a si mesmas como agentes de mudança, mesmo que por meio de pequenas ações, como no desenvolvimento de produtos e serviços que contribuam para o exercício da cidadania, para o letramento informacional e político do cidadão não atendido por outras instituições de informação e acolhimento. Ora, se é por meio do acesso livre à informação que se tem a liberdade de escolha e atuação, que se pode acionar o Estado e reclamar assistência, cabe a toda e qualquer biblioteca ou centro de informação estar disponível para que esse processo se dê oportuna e eficientemente.

“A construção de plataformas nacionais para a disseminação de indicadores e/ou outras informações sobre ODS é muito importante porque cria um ambiente colaborativo entre diferentes atores, como diferentes produtores de dados, permite reunir e apresentar os indicadores ODS e torna-se um banco de dados (estatístico e geoespacial) que facilita o compartilhamento dos dados, sua visualização e disseminação.” (KRONEMBERGER, 2019)

<sup>1</sup> Coleção publicada pelo Senado Federal desde 2018. Disponível em: <http://bit.ly/EscritorasBrasil>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518479>

<sup>3</sup> Disponível em: <http://bit.ly/QuestoesFemininas>

Ressalta-se aqui, também, a importância da colaboração entre instituições, entre bibliotecas e profissionais de informação. Trabalhar em redes, ainda que informais, é uma forma de aumentar o acesso a recursos sem aumentar custos para os provedores de informação.

---

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Sistema nacional de bibliotecas públicas*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Informing Democracy: building capacity to meet parliamentarians' information and knowledge needs*. Geneva: IPU, 2008. Disponível em: [http://archive.ipu.org/PDF/publications/inform\\_dem\\_en.pdf](http://archive.ipu.org/PDF/publications/inform_dem_en.pdf). Acesso em: 09 set. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. *Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento*. Holanda: IFLA, 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

KRONEMBERGER, D. M. P. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 40-45, jan. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100012>.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 09 set. 2019.

# Cartografia de bibliotecas em ciência e tecnologia no Brasil: análise espacial como estratégia para a construção de políticas de informação científica e tecnológica

**Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares**

Pós-doutorado em Sistemas Cognitivos pela Escola Superior de Tecnologia i Ciències Experimentals da Universitat Jaume I (UJI) - Espanha. Professora da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5541636086123721>

<http://lillianalvares.fci.unb.br/>

<https://orcid.org/0000-0002-8920-0150>

Email: [lillianalvares@unb.br](mailto:lillianalvares@unb.br)

## RESUMO

A construção de políticas nacionais de informação científica e tecnológica deve estar alinhada à realidade da ciência e tecnologia do país, que por sua vez deve ser conhecida e amplamente disseminada por meio de tecnologias de compartilhamento do conhecimento. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) se firmaram como alternativas de compartilhamento, manuseio e gerenciamento de grande volume de informações geográficas apresentadas normalmente em mapas e outras representações do espaço geográfico. De fato, a evolução na Ciência da Informação Geográfica, incluindo a representação cartográfica e a análise espacial, possibilitou ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) criar a Cartografia das Bibliotecas de Ciência e Tecnologia do Brasil, com todas as unidades de universidades federais e estaduais e de institutos de pesquisa públicos e privados. A metodologia para geração da cartografia pode ser facilmente replicada, sobretudo em países de grande extensão territorial, como o Brasil e a Índia, que compartilham inúmeras características comuns. Os resultados possibilitam decisões estratégicas para o futuro da informação científica e tecnológica no Brasil.

**Palavras-chave:** Bibliotecas de Ciência e Tecnologia. Ciência da Informação Geográfica. Política de Informação Científica e Tecnológica.

## ***Cartography of libraries in science and technology in Brazil: spatial analysis as a strategy for the construction of scientific and technological information policies.***

### **ABSTRACT**

*The construction of national scientific and technological information policies should be aligned with the reality of the country's science and technology, which in turn must be known and widely disseminated through knowledge sharing technologies. With the advancement of information and communication technologies, Geographic Information Systems (GIS) has established itself in view of the need to handle and manage the large volume of geographic information normally presented in maps and other representations of geographic space. It is worth mentioning that this information is extremely necessary and indispensable for the management of reality and for the construction of strategies. The advancement of the research in tools of cartographic representation and spatial analysis enabled the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT) to create the Cartography of the Libraries of Science and Technology of Brazil, which includes all information units of federal and state universities and of public and private research institutes. The results enable strategic decisions about the future of scientific and technological information in Brazil.*

**Keywords:** *Science and technology libraries. Geographic information science. Scientific and technological information policy.*

## ***Cartografía de bibliotecas en ciencia y tecnología en Brasil: análisis espacial como estrategia para la construcción de políticas de información científica y tecnológica.***

### **RESUMEN**

La construcción de políticas nacionales de información científica y tecnológica debe estar alineada a la realidad de la ciencia y tecnología del país, que a su vez deben ser conocidas y ampliamente diseminadas por medio de tecnologías de intercambio de conocimiento. Con el avance de las tecnologías de información y comunicación, los Sistemas de Información Geográfica (SIG) se firman como alternativas de compartir, manipular y manejar gran volumen de informaciones geográficas presentadas normalmente en mapas y otras representaciones del espacio geográfico. De hecho, la evolución en la Ciencia de la Información Geográfica, incluyendo la representación cartográfica y el análisis espacial, posibilitó al Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (IBICT) crear la Cartografía de las Bibliotecas de Ciencia y Tecnología de Brasil, con todas las unidades de producción, universidades federales y estatales y de institutos de investigación públicos y privados. La metodología para la generación de la cartografía puede ser fácilmente replicada, sobre todo en países de gran extensión territorial, como Brasil e India, que comparten numerosas características comunes. Los resultados posibilitan decisiones estratégicas para el futuro de la información científica y tecnológica en Brasil.

**Palabras clave:** *Bibliotecas de ciencia y tecnología. Ciencia de información geográfica. Política de información científica y tecnológica.*

## INTRODUÇÃO

Desde as sociedades primitivas, os mapas já eram utilizados como ferramenta de orientação e localização. Com o tempo, passaram a componente elementar para a área militar e para expansão de territórios. Hoje, são entendidos como recurso essencial no planejamento, no estímulo ao raciocínio e na garantia da memória cultural, científica e tecnológica de grupos sociais. Ao ser compartilhado, as representações visuais facilitam a definição de objetivos comuns, a visão de novos cenários, a coordenação de ações, a tomada de decisões conjunta e facilita explorar possíveis configurações do desconhecido.

Os mapas são mais do que guias, eles são produtos de poder e produzem poder. São expressões de poder por meio do conhecimento representado em coordenadas. Nas palavras de Lucy Fellowes, “cada mapa é a maneira de conseguir que o outro veja o mundo a sua maneira”<sup>1</sup>. Em outras palavras, os mapas apresentam informações seletivamente, moldando a visão do mundo que se deseja transmitir. Expressam pontos de vista específicos em apoio a interesses específicos, buscando administrar as diversas possibilidades e necessidades e, assim, sempre trazem consigo um propósito político.

O poder dos mapas está no interesse do que está sendo representado, sendo um instrumento de poder pelo conhecimento, capaz de auxiliar na tomada de decisão. Esta pesquisa, nesse entendimento, pretende mapear as bibliotecas acadêmicas de universidades federais e estaduais e de institutos de pesquisa públicos e privados no Brasil a fim de contribuir para a definição da Política de Informação em Ciência e Tecnologia do país, que por sua vez é definida por meio de ações explícitas, como a definição de agenda política, programas de governo e legislações específicas e por meio de instrumentos públicos que os governos de fato usam para implementar políticas, tais como editais de chamadas públicas e planos de ação governamental estruturados.

O objetivo geral da pesquisa é disponibilizar o mapa de localização das bibliotecas de ciência e tecnologia no Brasil a fim de auxiliar a construção de políticas de informação científica e tecnológica, por meio do conhecimento geográfico da infraestrutura disponível e das relações espaciais e interações possíveis. Especificamente, seus objetivos se decompõem em 1) identificar as bibliotecas de universidades federais e estaduais e de institutos de pesquisa públicos e privados; 2) converter os endereços das instituições identificadas em coordenadas cartográficas; 3) inserir os dados em um Sistema de Informação Geográficas a fim de disponibilizar à sociedade o mapeamento realizado; e 4) possibilitar aos gestores analisar a distribuição espacial a fim de obter informações relevantes para as políticas de informação em ciência e tecnologia.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, de natureza quantitativa, com apoio de tecnologias de georreferenciamento. Para atingir o primeiro objetivo (identificar as bibliotecas de universidades federais e estaduais e de institutos de pesquisa públicos e privados) utilizou-se a pesquisa documental e em órgãos certificadores para localizar as unidades de interesse. Especificamente, foram consultados documentos oficiais e portais do Ministério da Educação (para identificação de bibliotecas acadêmicas e de institutos de pesquisa em educação), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações (para identificação de bibliotecas de pesquisa em órgãos governamentais vinculados ao MCTIC), do Ministério da Defesa (para identificação de bibliotecas de instituições de pesquisa governamentais em segurança nacional) e dos ministérios da Agricultura; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Minas e Energia; Relações Exteriores; e Saúde e Trabalho para identificação das bibliotecas dos demais institutos de pesquisa vinculados ao governo federal. Para identificação de bibliotecas de pesquisa em órgãos privados, a consulta ocorreu nos documentos e portal da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), entidade constituída por empresas de diversos portes e líderes das principais cadeias produtivas do Brasil, que investem continuamente em pesquisa, desenvolvimento e inovação, com caráter multissetorial.

<sup>1</sup> Lucy Fellowes, curadora da exposição “The Power of Maps” da Cooper-Hewitt National Museum of Design (Every map is someone’s way of getting you to look at the world his or her way).

A pesquisa não contemplou as bibliotecas de universidades privadas e de instituições de pesquisa vinculadas aos governos estaduais e municipais. As informações retiradas de cada unidade foram: nome da instituição, sigla, nome da unidade específica, nome da biblioteca, endereço, cidade, unidade da federação, região e Código de Endereçamento Postal (CEP).

Para atingir o segundo objetivo (converter os endereços das instituições identificadas em coordenadas cartográficas) utilizou-se o Google Maps a fim de possibilitar que os dados possam ser incorporados por qualquer sistema de informação geográfica, de acesso livre ou proprietário.

Para atingir o terceiro objetivo (inserir os dados em um Sistema de Informação Geográfica a fim de disponibilizar à sociedade o mapeamento realizado), a pesquisa utilizou o Sistema Aberto de Observatório para Visualização de Informações (Visão), software aberto de visualização de informações baseadas em localização geográfica criado pelo IBICT para dar suporte à tomada de decisão, capaz de possibilitar o acesso de forma dinâmica ao conjunto de dados utilizado. A propósito do Visão, cabe descrever sua plataforma tecnológica,

baseada em MySQL e PHP no servidor e em JavaScript, HTML e CSS no lado cliente. O código ficará disponível na plataforma de desenvolvimento colaborativo GitHub, o que permite o acesso, download e modificação das funcionalidades do sistema. A arquitetura de dados foi pensada para que qualquer estrutura de banco de dados possa ser incorporada ao sistema sem a necessidade de grandes adaptações estruturais. Do ponto de vista de desempenho, optou-se por concentrar o processamento da massa de dados na linguagem Java Script que é executada na estação do usuário, possibilitando assim que a utilização de processamento seja balanceada no Cliente e no Servidor. ...utiliza recurso de mapa oferecido pela Alphabet. Embora esse recurso não seja aberto, o mesmo é gratuito e oferece um arcabouço de recursos consideráveis. Em um futuro breve a ferramenta de mapa poderá ser alterada para compreender uma opção aberta. (BRAGA, 2017)

E para atingir o último objetivo (possibilitar aos gestores analisar a distribuição espacial a fim de obter informações relevantes para as políticas de informação em ciência e tecnologia), utilizou-se o

software Visão, a fim de disponibilizar a informação no ambiente interno, com vistas ao uso de todas as funcionalidades do software e o Google Earth para disponibilizar as informações a toda a comunidade de ciência e tecnologia e à sociedade como um todo.

## ANÁLISE

A cartografia, arte e disciplina de fazer mapas, evoluiu rapidamente. Hoje são usados softwares de alta precisão para criar uma representação, entender uma distribuição espacial ou saber o melhor meio de se deslocar de um ponto a outro. Mais além, a cartografia auxilia na construção de narrativas significativas, em torno das quais podemos aperfeiçoar o planejamento, estimular o raciocínio e garantir parte da memória cultural, científica e tecnológica de um grupo social.

Elas não são apenas informações por meio de representações espaciais, mas devem garantir a construção do significado como base para a ação, ao que Kitchin *et al.* (2009) chamam de cartografia cognitiva. Eles defendem que a terminologia cognitiva abre “espaços de pensamento” na mente dentro da qual o significado é construído. Para eles, tanto o desenho do mapa quanto sua leitura podem ser entendidos por meio de uma abordagem cognitiva, com vistas à construção de significado, fornecendo uma estrutura holística para a teoria cartográfica.

De fato, mapas são repositórios de conhecimento, pois são elementos de armazenamento, manipulação e disseminação de informações a partir de três possíveis sistemas de cartografia, segundo Tobler (1959). O primeiro, e o mais abrangente, é o próprio mapa como armazenamento estático de informações. O segundo é o mapa como elemento de entrada e manipulação de dados em um sistema de informação, ao que hoje seria um sistema de informação geográfica<sup>2</sup>. E a terceira possibilidade é o mapa como saída dinâmica de um sistema de processamento de informações. Note-se que na primeira e terceira possibilidades está o uso mais extensivo da cartografia, a visualização cartográfica, principalmente associada à exploração

<sup>2</sup> Vale lembrar que o primeiro Sistema de Informação Geográfico é de 1980 e a data do trabalho de Tobler é de 1959.

e descoberta, que vão desde o simples mapeamento de localizações até a análise de distribuições espaciais, de características geográficas ou a ampla variedade de métodos gráficos usados para retratar padrões, tendências e indicações (FRIENDLY, 2008).

Efetivamente, a cartografia se desenvolve lado a lado com os sistemas de informação geográfica e a análise de dados espaciais. Apesar de todas essas áreas terem surgido mais ou menos separadas de pesquisa e aplicação, hoje elas estão no campo da Ciência da Informação Geográfica, com cada uma suportando e agregando valor à outra. Para Goodchild e Haining (2004), as motivações iniciais para os sistemas de informação geográfica foram: 1) o problema prático de editar mapas durante o processo de produção cartográfica, levando ao desenvolvimento dos primeiros sistemas informatizados de edição de mapas na década de 1960; 2) a dificuldade prática de obter medições precisas em mapas e a simplicidade de obter medições a partir de representação digital; 3) a necessidade de integrar várias características dos dados e as relações entre elas; e finalmente 4) a necessidade de integrar múltiplas camadas de informação na avaliação do impactos dos projetos de desenvolvimento, resultando em esforços no início da informatização do método de sobreposição.

A análise espacial, por sua vez, representa uma coleção de técnicas e modelos que explicitamente usam a referência do fenômeno mapeado. Ela descreve as relações espaciais ou as interações entre casos, preocupando-se com o reconhecimento e descrição de padrões espaciais e sua representação nos mapas por meio de abordagem de visualização como um meio de detecção de padrões. É a exibição de dados como um meio de análise em si e do problema (ALVARES *et al.*, 2011; BRUNSDON e CHARLTON, 1995; DYKES, 1995; HASLETT *et al.*, 1990; UNWIN, 1994).

Desenvolvimentos recentes em Ciência da Informação Geográfica e na tecnologia da informação em geral apontam para o aumento da relevância dos mapas, dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e da análise espacial como

coadjuvantes em inúmeros contextos que incluem planejamento, gerenciamento de recursos, pesquisa científica, monitoramento ambiental, entre outros. A colaboração pode ter muitas perspectivas, incluindo o uso da informação especializada para auxílio na definição de políticas de informação em ciência e tecnologia.

O entendimento sobre a relevância do aporte de informação especializada em apoio ao desenvolvimento em Ciência e Tecnologia levou os países a organizarem suas infraestruturas nacionais de informação científica e tecnológica, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. As ações estratégicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências no estímulo e apoio à criação de políticas nacionais de informação em diferentes países do mundo foram, de fato, decisivas nos países em desenvolvimento. A Unesco, em particular, teve papel destacado, desde sua primeira Conferência Geral, em 1946, que influenciou a área na condução de diferentes programas e na criação de referenciais teóricos que ainda sustentam as atividades de informação. Fundamentalmente, sua participação contemplou na gênese ações nos campos da bibliografia e documentação, na criação de bibliotecas e nas atividades de informação científica e tecnológica propriamente dita. Hoje, a Unesco busca fortalecer a sociedade do conhecimento, diminuindo as desigualdades de acesso à informação por meio da tecnologia com o Information for All Programme (Ifap), criado em 2001.

No Brasil, a instituição responsável pela condução da política em ICT é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que foi fundado no início dos anos 1950, como resultado do estímulo da Unesco para criar um centro bibliográfico nacional. Assim, em 1954, foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Em meados da década de 1970, devido à reorganização das atividades de Ciência e Tecnologia no Brasil, o IBBBD passa por uma transformação, tornando-se, em 1976, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), responsável pela política nacional de informação científica e tecnológica.

Um dos primeiros serviços do IBICT, o Catálogo Nacional de Publicações Seriadadas (CCN), criado em 1954, reuniu informações sobre coleções científicas de publicações nacionais e estrangeiras em série disponíveis em bibliotecas brasileiras. Essas bibliotecas de acesso público formam a rede CCN e possuem coleções automatizadas, que atuam em cooperação sob a coordenação do IBICT. O catálogo coletivo divulga, identifica e localiza publicações seriais existentes no país, estabelece políticas de aquisição para coleções, padroniza entradas de títulos de acordo com critérios internacionais e promove o intercâmbio entre bibliotecas, por meio do Programa Comutativo Bibliográfico (Comut), que permite obter cópias de e documentos científicos disponíveis nas bibliotecas da rede e nos serviços internacionais de informação. Em relação às publicações em série, vale ressaltar que, desde 1975, o IBICT é o Centro Nacional ISSN (International Standard Serial Number<sup>3</sup>), fornecendo o número de série padrão para publicações periódicas.

O IBICT também é referência em projetos voltados ao movimento Acesso Aberto à Informação Científica, trazendo, como exemplo, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), lançada em 2002, que arquivava os resultados da pós-graduação *stricto sensu* do Brasil. São mais de 560.000 registros (152.000 Teses e 409.000 Dissertações)<sup>4</sup>, oriundos de 114 instituições brasileiras, baseados no Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH<sup>5</sup>).

O processo abrange a coleta dos metadados das teses e dissertações dos provedores (instituições de ensino e pesquisa), organiza-os em um único repositório (no IBICT) e os expõe à coleta para outros provedores de serviços, como por exemplo a Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD)<sup>6</sup>.

Além da ação destacada do IBICT, que aqui só foi apresentada uma pequena parte, as instituições de ensino e pesquisa do país também oferecem inúmeros serviços de informação em ciência e tecnologia, na maioria das vezes por meio de suas bibliotecas, que geralmente servem de modelos para outras instituições no que diz respeito ao desenvolvimento e gestão de coleções, e prestação de serviços de informação. Algumas dessas bibliotecas formam redes especializadas de conhecimento, como o Sistema Embrapa de Bibliotecas, com 43 unidades, que tem como objetivo atender ao Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Pode-se afirmar que o sistema de bibliotecas da Embrapa ajudou o Brasil a se tornar referência mundial em agropecuária em países de clima tropical. Por outro lado, existem as 18 bibliotecas que formam a Rede de Bibliotecas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que tem como finalidade a gestão, organização e disseminação dos recursos bibliográficos e a produção das fontes de informação em Saúde. Pode-se afirmar que a Rede de Bibliotecas da Fiocruz ajudou o Brasil a se tornar a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina.

Esses são alguns exemplos das bibliotecas de ciência e tecnologia do Brasil, mas felizmente o país conta com outras importantes iniciativas, que não estão mapeadas de maneira agregada e, portanto, sua força conjunta atual e potencial não é amplamente conhecida, nem por universidades, nem por institutos de pesquisa e nem por gestores de ciência e tecnologia. Essa situação dificulta a construção de políticas de ICT, incluindo o planejamento de infraestrutura de bibliotecas e de recursos urgentes e necessários em longo prazo.

<sup>3</sup> Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadadas no Brasil.

<sup>4</sup> Dados de fevereiro de 2019.

<sup>5</sup> Protocolo desenvolvido pela Open Archives Initiative que define um mecanismo para coleta de registros de metadados em repositórios de dados, adotando assim, o modelo baseado em padrões de interoperabilidade.

<sup>6</sup> Organização internacional que promove a criação, divulgação e preservação de teses e dissertações eletrônicas de vários países.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto **Cartografia das Bibliotecas de Ciência e Tecnologia** pretende apoiar os gestores da ciência e tecnologia no Brasil na definição de políticas de informação científica e tecnológica, a partir da disponibilização de informações geográficas de unidades em universidades federais e estaduais e em institutos de pesquisa públicos e privados. Não pretendeu incluir bibliotecas de universidades privadas e de instituições de ensino e pesquisa vinculadas aos governos estaduais e municipais, o que não significa que a cartografia não vá contar com essas informações no futuro, a partir de uma metodologia de entrada de dados descentralizada e de forma permanente.

É importante notar que os mapas nunca estão totalmente formados e seu trabalho nunca está completo. Eles são transitórios e fugazes, relacionais e dependentes do contexto. Assim, o resultado parcial da cartografia, intitulado **Mapa das**

**Bibliotecas de Ciência e Tecnologia no Brasil**, está disponível na URL <ibict.br> e até o momento traz as seguintes representações: mais de 600 bibliotecas em universidades federais, sendo 20 disponíveis na Região Centro-Oeste, 85 na Região Norte, 189 na Região Nordeste, 197 na Região Sudeste e 126 na Região Sul. Há aproximadamente 490 bibliotecas em universidades estaduais, sendo 60 disponíveis na Região Centro-Oeste, 45 na Região Norte, 102 na Região Nordeste, 208 na Região Sudeste e 71 na Região Sul. Em institutos de pesquisa públicos foram registradas mais de 200 unidades, sendo 36 disponíveis na Região Centro-Oeste, 16 na Região Norte, 21 na Região Nordeste, 120 na Região Sudeste e 14 na Região Sul. As bibliotecas de institutos federais somam mais de 580 unidades, sendo 70 disponíveis na Região Centro-Oeste, 61 na Região Norte, 190 na Região Nordeste, 156 na Região Sudeste e 109 na Região Sul. Ao todo, o mapa conta quase 2000 bibliotecas de ciência e tecnologia, conforme a tabela 1 a seguir, e sua aparência pode ser vista na figura 1.

Tabela 1 – Bibliotecas de Ciência e Tecnologia no Brasil

	Universidades Federais		Universidades Estaduais		Instituto de Pesquisa		Institutos Federais	
		<b>20</b>		<b>60</b>		<b>36</b>		<b>70</b>
<b>CO</b>	Distrito Federal	1	Distrito Federal	1	Distrito Federal	30	Distrito Federal	11
	Goiás	10	Goiás	43	Goiás	2	Goiás	27
	Mato Grosso	5	Mato Grosso	1	Mato Grosso	3	Mato Grosso	22
	Mato Grosso do Sul	4	Mato Grosso do Sul	15	Mato Grosso do Sul	1	Mato Grosso do Sul	10
		<b>189</b>		<b>102</b>		<b>21</b>		<b>190</b>
<b>NE</b>	Alagoas	12	Alagoas	7	Alagoas	0	Alagoas	16
	Bahia	42	Bahia	33	Bahia	3	Bahia	33
	Ceará	21	Ceará	21	Ceará	5	Ceará	34
	Maranhão	17	Maranhão	8	Maranhão	1	Maranhão	17
	Paraíba	31	Paraíba	15	Paraíba	2	Paraíba	16
	Pernambuco	21	Pernambuco	9	Pernambuco	7	Pernambuco	25
	Piauí	11	Piauí	1	Piauí	2	Piauí	17
	Rio Grande do Norte	27	Rio Grande do Norte	8	Rio Grande do Norte	0	Rio Grande do Norte	23
	Sergipe	7	Sergipe	0	Sergipe	1	Sergipe	9

(Continua)

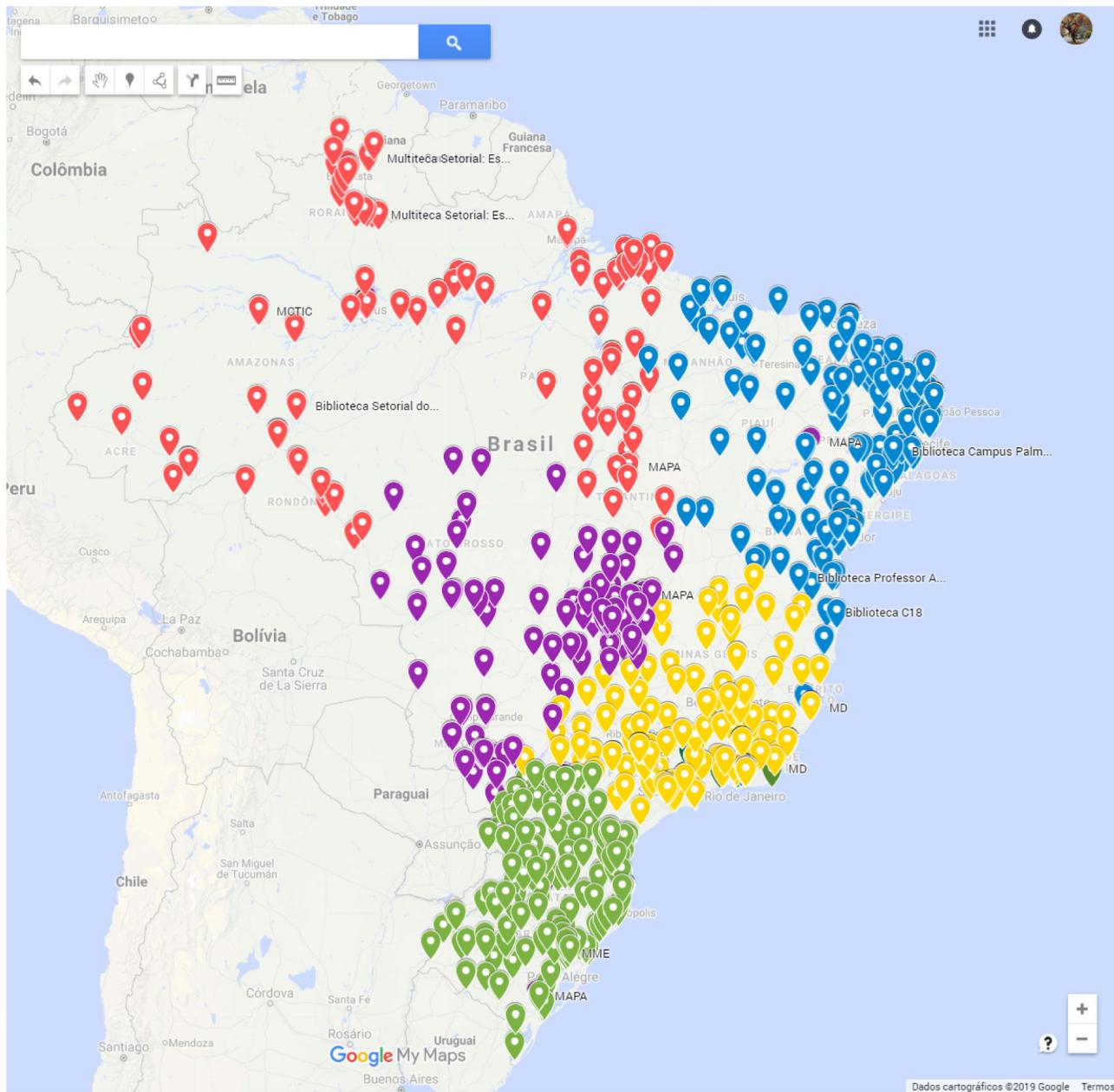
Tabela 1 – Bibliotecas de Ciência e Tecnologia no Brasil

(Conclusão)

	Universidades Federais		Universidades Estaduais		Instituto de Pesquisa		Institutos Federais					
<b>N</b>			<b>85</b>			<b>45</b>			<b>16</b>		<b>61</b>	<b>61</b>
	Acre	1		Acre	0		Acre	1		Acre	6	
	Amazonas	13		Amazonas	10		Amazonas	7		Amazonas	15	
	Amapá	1		Amapá	1		Amapá	1		Amapá	1	
	Pará	51		Pará	20		Pará	3		Pará	18	
	Rondônia	8		Rondônia	0		Rondônia	2		Rondônia	8	
	Roraima	3		Roraima	13		Roraima	1		Roraima	5	
	Tocantins	8		Tocantins	1		Tocantins	1		Tocantins	8	
<b>SE</b>			<b>197</b>			<b>208</b>			<b>120</b>			<b>156</b>
	Espírito Santo	9		Espírito Santo	0		Espírito Santo	2		Espírito Santo	22	
	Minas Gerais	89		Minas Gerais	37		Minas Gerais	11		Minas Gerais	64	
	Rio de Janeiro	86		Rio de Janeiro	35		Rio de Janeiro	80		Rio de Janeiro	28	
	São Paulo	13		São Paulo	136		São Paulo	27		São Paulo	42	
<b>S</b>			<b>126</b>			<b>71</b>			<b>14</b>			<b>109</b>
	Paraná	37		Paraná	55		Paraná	5		Paraná	27	
	Rio Grande do Sul	77		Rio Grande do Sul	4		Rio Grande do Sul	5		Rio Grande do Sul	43	
	Santa Catarina	12		Santa Catarina	12		Santa Catarina	4		Santa Catarina	39	
<b>TOTAL</b>			<b>617</b>			<b>486</b>			<b>207</b>			<b>586</b>

**TOTAL = 1.896**

Figura 1 – Aparência do Mapa das Bibliotecas de C&T no Brasil



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência da informação geográfica está em permanente evolução. Passou da confecção de mapas como guia a sistema informatizado de tomada de decisão. Sua importância crescente agora, situando-se na chamada cartografia cognitiva, utilizada com vistas à construção de narrativas para o exercício do poder, expressando interesses específicos e com um propósito político.

O aumento da conscientização de como está a distribuição das bibliotecas de ciência e tecnologia de todas as iniciativas do país, apresentada de forma agregada, disponibilizou aos gestores as condições de análise que faltavam para auxiliar na construção de políticas de informação em ciência e tecnologia no Brasil, sobretudo no que se refere às infraestruturas de bibliotecas especializadas nos temas da ciência e tecnologia brasileira e os recursos necessários.

Neste estudo, os mapas das bibliotecas de ciência e tecnologia foram apresentados como plataforma de informação e interação. Doravante deverá ser feita de maneira colaborativa, isto é, o IBICT disponibiliza a plataforma e as unidades não representadas até aqui, as quais se unem ao esforço inicial a fim de contextualizar todas as bibliotecas e identificar realidades que vão surgir desse produto em permanente evolução. A força para a alimentação descentralizada vem do poder do próprio mapeamento das unidades que se inserem no contexto, que poderão influenciar as relações sociais, econômicas, científicas e tecnológicas dos agentes envolvidos.

Com efeito, o objetivo subjacente maior deste trabalho foi produzir uma cartografia da ciência e tecnologia brasileira — com base na infraestrutura física instalada do conhecimento científico e tecnológico disponível — empoderadora e emancipatória, considerando-a como uma construção social ininterrupta, que não apenas representa essa realidade, mas principalmente a produz.

## REFERÊNCIAS

- ALVARES, L.; QUONIAM, L.; BOUTET, C-V. Representação cartográfica dinâmica on-line: metodologia para análise de comunidades. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, [S.l.], v. 16, n. 32, p. 94-106, 2011. DOI: 10.5007/15182924.2011v16n32p94
- BRAGA, T. *Projeto Visão IBICT: Sistema Aberto de Observatório para Visualização de Informações (Elaboração)*. Brasília: IBICT, 2017.
- BRUNSDON, C.; CHARLTON, M. Developing an exploratory spatial analysis system in XLisp-Stat. In: THE GIS RESEARCH UK (GISRUK 95), 4., 1995, Newcastle. *Anais [...]*. Newcastle: University of Newcastle, 1995.
- DYKES, J. Pushing maps past their established limits: a unified approach to cartographic visualization. In: PARKER, D. (ed.). *Innovations in GIS*. London: Taylor & Francis, 1995. p. 177-187.
- FRIENDLY, M. *Milestones in the history of thematic cartography, statistical graphics, and data visualization*. Toronto: York University, 2008. Disponível em: [http://www.math.usu.edu/~symanzik/teaching/2009\\_stat6560/Downloads/Friendly\\_milestone.pdf](http://www.math.usu.edu/~symanzik/teaching/2009_stat6560/Downloads/Friendly_milestone.pdf). Acesso em: 4 fev. 2019.
- GOODCHILD, M.F.; HAINING, R.P. GIS and spatial data analysis: converging perspectives. *Papers Reg. Sci.*, [S.l.], v. 83, p. 363-385, 2004. DOI: 10.1007/s10110-003-0190-y
- HASLETT, J.; WILLS, G.; UNWIN, A. Spider: an interactive statistical tool for the analysis of spatially distributed data. *International Journal of Geographical Information Systems*, [S.l.], v. 4, p. 285-96, 1990.
- KITCHIN, R.; PERKINS, C.; DODGE, M. Thinking about maps. In: DODGE, M.; KITCHIN, R; PERKINS, C. (org.). *Rethinking maps: new frontiers in cartographic theory*. New York: Routledge, 2009. p. 1-25. Disponível em: [http://eprints.maynoothuniversity.ie/2875/1/RK\\_Thinking\\_about\\_maps.pdf](http://eprints.maynoothuniversity.ie/2875/1/RK_Thinking_about_maps.pdf). Acesso em: 4 fev. 2019.
- TOBLER, W. R. Automation and Cartography. *Geographical Review*, [S.l.], v. 49, n. 4, p. 526-534, 1959. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/212211>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- UNWIN, A. R. Regarding geographic data. In: DIRSCHEL, P.; OSTERMANN, R. (ed.) *Computational statistics*. Heidelberg: Physica-Verlag, 1994. p. 315-326.

## **AGRADECIMENTOS**

A autora agradece a Marcos Estevam de Rezende Alvares, aluno de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília, pelo apoio no levantamento das bibliotecas brasileiras de ciência e tecnologia, e a Manuella de Rezende Alvares, aluna de graduação em Engenharia Florestal da Universidade de Brasília, pelo apoio no levantamento das bibliotecas brasileiras de ciência e tecnologia nas áreas de engenharias, ciências ambientais, biológicas e agrárias.

# Legislação bibliotecária na região LAC: especificidades do depósito legal

## Luciana Grings

Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) - Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Coordenadora de Serviços Bibliográficos da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9326597759790606>

E-mail: [luciana.grings@bn.gov.br](mailto:luciana.grings@bn.gov.br)

## Camilo Andrés Páez Jaramillo

Mestre em Análise de Problemas Políticos, Econômicos e Internacionais Contemporâneos pela Universidad Externado de Colômbia/Instituto de Altos Estudios para el Desarrollo (IEAD) – Bogotá – Colômbia. Coordenador do Grupo de Coleções e Serviços da Biblioteca Nacional da Colômbia (BNC) – Bogotá – Colômbia.

E-mail: [cpaez@bibliotecanacional.gov.co](mailto:cpaez@bibliotecanacional.gov.co)

## RESUMO

Dentro do plano estratégico da seção América Latina e Caribe da IFLA, foi executada uma ação de compilação da legislação bibliotecária da região. A compilação inicial serviu como subsídio para uma análise mais aprofundada da legislação sobre depósito legal dos países membros da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (Abinia). Todos os 19 países ativos da Associação apresentam legislação pertinente ao tema.

**Palavras-chave:** Legislação bibliotecária. Bibliotecas nacionais. América Latina e Caribe. IFLA-LAC. Abinia.

## *Library legislation in the LAC region: legal deposit specifics*

### ABSTRACT

*In the framework of the strategic plan of the IFLA Latin American and the Caribbean Section, an action was taken to compile the region's library legislation. The initial compilation served as a subsidy for a more-in-depth analysis of the legislation on legal deposit of the countries member of the Association of Ibero-American States for the Development of National Libraries of Ibero-America (Abinia). All 19 active countries of the Association have relevant legislation about the subject.*

**Keywords:** *Library legislation. National libraries. Latin America and Caribbean. IFLA-LAC. Abinia.*

## *Legislación bibliotecaria en la región de ALC: especificaciones de depósito legal*

### RESUMEN

*En el marco del plan estratégico de la sección Latinoamérica y el Caribe de la IFLA, ha sido ejecutada una acción de recopilación de la legislación bibliotecaria de la región. La primera compilación ha servido para un análisis más profundo de las leyes sobre depósito legal de los países miembros de la Asociación de Estados Iberoamericanos para el Desarrollo de las Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica (Abinia). Todos los 19 países activos en la Asociación presentan legislación pertinente en el tema.*

**Palabras-clave:** *Legislación bibliotecaria. Bibliotecas nacionales. Latinoamérica y el Caribe. IFLA-LAC. Abinia.*

## INTRODUÇÃO

Em 2015, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) elaborou seu plano estratégico para o quinquênio 2016-2021. Baseado na visão de que a Federação é a voz global da comunidade bibliotecária, e tendo como objetivo a defesa da importância dos serviços bibliotecários para a geração de crescimento social, econômico e cultural, foram definidas quatro direções estratégicas que deviam nortear todo o trabalho desenvolvido pela instituição.

Em 2017, tendo em vista o plano estratégico em vigor, a seção América Latina e Caribe (IFLA-LAC) redigiu seu plano de ação para contribuir com o alcance dos objetivos da Federação. Dentro da primeira direção estratégica definida pela Federação — a saber, a manutenção dos serviços bibliotecários para a construção de sociedades alfabetizadas, informadas e participativas, por meio do desenvolvimento de ferramentas que possibilitem às bibliotecas exercerem o papel de provedoras de informação, educação, cultura, pesquisa e participação social —, a seção LAC estabeleceu como primeiro objetivo a identificação da legislação e das políticas públicas sobre bibliotecas e cultura na região.

Esse objetivo foi dividido em duas ações: uma de apoio e divulgação da Declaração de Valparaíso<sup>1</sup> de 2017, e a outra de compilação da legislação bibliotecária existente na América Latina e Caribe. trabalho tinha como meta inicial a publicação de um livro eletrônico para registro e difusão da legislação identificada durante o processo, com data prevista para junho de 2019. O grupo responsável pela execução da tarefa dentro do Comitê Permanente da seção LAC propôs que a coleta fosse abrangente, alcançando toda a legislação de âmbito nacional, nos países da região, referente à informação, leitura, livro, conhecimento, cultura, participação cidadã, bibliotecas, centro de documentação, arquivos e regulamentação da profissão.

Foram inicialmente listados como territórios passíveis de coleta de legislação 33 países, incluindo países de língua portuguesa e inglesa. O esforço inicial foi no sentido de que os membros do Comitê Permanente da seção LAC se responsabilizassem por enviar a legislação pertinente de seus países. Isso, entretanto, não se realizou, e foi necessário buscar o material independentemente da contribuição dos representantes.

Na etapa de coleta de legislação, também foi feito contato com os membros da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (Abinia), uma organização intergovernamental criada inicialmente como Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero-América. Atualmente, 18 países da América Latina e Caribe participam da Associação, que também tem como membro ativo fora da região a Espanha. Portugal e Nicarágua, por diferentes razões, estão inativos na Associação. Por sua história de colonização espanhola que se reflete na fala e na cultura expressados até hoje, Porto Rico eventualmente participa da Associação com a Universidade de Porto Rico como instituição convidada. Do mesmo modo como ocorrido na consulta ao Comitê IFLA-LAC, o retorno não foi totalmente efetivo e, finalmente, poucos foram os países que contribuíram para a compilação.

A primeira etapa de compilação encerrou-se em agosto de 2018. Até aquela data, foi possível coletar documentos de 19 países — quase 60% da região —, perfazendo um total de 179 documentos entre atos, leis, decretos, regulamentos e resoluções. O Brasil era o país com o maior número de atos compilados (37), seguido de Argentina (26), Peru (23) e Chile (15). Já na ocasião, concluiu-se que o grande volume de documentos tornava inviável a publicação de um livro e se sugeria que o material fosse depositado em um repositório ou wiki. Diante da sugestão, a Biblioteca do Congresso Nacional do Chile se prontificou a acolher os documentos em seu repositório.

<sup>1</sup> A Declaração de Valparaíso foi firmada em 15 de março de 2017 e consistiu num documento de reconhecimento da necessidade de fortalecer a cooperação entre bibliotecas legislativas da América Latina, bem como constituiu a Rede de Bibliotecas Legislativas da América Latina e Caribe.

Os resultados e andamentos da execução da tarefa foram levados para ciência da Assembleia Geral da Abinia, ocorrida em outubro de 2018 na cidade de São Domingos, República Dominicana. Na oportunidade, foi também criado um grupo de trabalho sobre depósito legal — tema de interesse recorrente para as bibliotecas nacionais — com o objetivo de compilar e comparar a legislação dos países membros da Associação, coordenado pela Biblioteca Nacional da Colômbia. Com a proximidade das tarefas a executar entre o Comitê LAC e o grupo de trabalho, o material coletado no âmbito da IFLA foi encaminhado para a coordenação do grupo de trabalho da Abinia a fim de completar os dados necessários para um diagnóstico do estado do depósito legal na região. Por outro lado, os dados compilados pelo grupo de trabalho trouxeram material inédito para o trabalho do comitê IFLA-LAC: sete países cuja legislação não constava do levantamento inicial passaram a ter, pelo menos, uma lei identificada com relação às suas bibliotecas: Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Venezuela. No total, 28 atos e regulamentos não coligidos anteriormente foram acrescentados ao levantamento. Assim, ao final da comparação entre a legislação coletada pelo comitê da IFLA-LAC e a BN da Colômbia, foram coletados cerca de 200 atos legais de 26 países — quase 80% da região.

Foi identificada legislação referente a depósito legal em 21 países da América Latina e Caribe, sendo que todos os países americanos da Ibero-América possuem legislação sobre o tema. Para este estudo, ficarão de lado os dispositivos de Bahamas e Trinidad e Tobago, que não fazem parte da Abinia, e será acrescida a legislação da Nicarágua, membro inativo da Associação no momento. Longe de propor uma análise exaustiva, pretende-se aqui comparar os textos e salientar aproximações entre os dispositivos legais, contribuindo para uma visão mais ampla do instituto do depósito legal, instrumento fundamental na conformação de coleções patrimoniais na região da América Latina e Caribe. Foram verificados especialmente os seguintes aspectos: definição do depósito legal

no marco jurídico, materiais passíveis de depósito, instituições beneficiárias do depósito legal, quantidade de exemplares exigidos, prazos previstos e multas aplicadas em caso de descumprimento das previsões legais.

## ANÁLISE DOS DADOS

Alguns dos países da região não adotam uma definição ou sequer utilizam o termo “depósito legal” em sua legislação. É o caso de Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá e Paraguai, embora a legislação argentina vigente também não defina claramente o que é o depósito legal. Em contraste, alguns países têm legislação específica para regular o depósito, como Brasil, Bolívia, República Dominicana e Venezuela. Em diversos países, contudo, a previsão do depósito legal está embutida em atos que versam sobre proteção de direitos autorais, sobre o mercado editorial ou a estrutura de cultura ou educação no governo.

Em termos gerais, todos os países convergem para o entendimento consolidado na literatura de que o depósito legal é “uma obrigação legal que exige que qualquer organização, comercial ou pública, e qualquer indivíduo que produza qualquer tipo de documentação em múltiplas cópias seja obrigado a depositar uma ou mais cópias em uma instituição nacional reconhecida” (LARIVIÈRE, 2000, p. 3, tradução nossa). Metade dos países especificam que a finalidade do depósito legal é a conformação de uma coleção patrimonial e/ou de preservação bibliográfica ou documental, utilizando na legislação expressões como “patrimônio cultural” ou “patrimônio da nação”, enquanto dois (Brasil e Venezuela) mencionam textualmente a importância da memória nacional. A República Dominicana, por sua vez, utiliza a expressão “tesouro bibliográfico” e atribui à sua biblioteca nacional a qualidade de “museu bibliográfico”. A preocupação explícita com o controle bibliográfico e com a publicação de uma bibliografia nacional, expressões de forte cunho técnico biblioteconômico, aparece na legislação de Bolívia, Brasil, Peru e República Dominicana.

A lei mais antiga em vigor é a da Costa Rica<sup>2</sup>, que data de 1902 e versa principalmente sobre o funcionamento das oficinas de impressão no país e a responsabilidade pelo conteúdo impresso, estabelecendo sanções para publicações caluniosas ou que causem dano moral. A lei entra no âmbito do depósito legal quando determina que dois exemplares de todas as publicações impressas devem ser encaminhados ao Escritório de Intercâmbio.

Um pouco posterior é a lei argentina em vigor, ainda que com alterações<sup>3</sup>, que data de 1933 e versa principalmente sobre questões de propriedade intelectual de obras científicas, literárias e artísticas e inclui material impresso, musical, cinematográfico, cartográfico, iconográfico ou reproduzido por meio de qualquer outro procedimento. Há confusão, entretanto, entre o registro da propriedade intelectual e o depósito legal; uma questão que o Projeto de Lei S-2753/11, em tramitação, pontua:

La ley 11.723 de propiedad intelectual regula el depósito legal de publicaciones en algunos de sus artículos. Lamentablemente lo hace de un modo muy deficiente debido a la diferencia de objetivos entre el derecho de autor (que busca proteger las obras intelectuales y el derecho de los autores) y el depósito legal (que intenta asegurar el desarrollo de la colección de publicaciones nacionales). Sus fallas y blancos legislativos la hacen inadecuada para lograr la reunión de, al menos, un ejemplar de todas las publicaciones argentinas en un acervo bajo la custodia de la Biblioteca Nacional. (BASUALDO, 2011, p. 4-5)

Como se lê, esse projeto tem a intenção de preservação patrimonial e bibliográfica da Biblioteca Nacional sem, contudo, esclarecer como ficam os demais exemplares previstos na legislação anterior. No trecho destacado já podemos salientar alguns temas de interesse: além do problema da distinção entre propriedade intelectual e depósito legal, questões relativas ao número de exemplares passíveis de depósito e as instituições a que se destinam.

É consenso entre todos os países que materiais impressos monográficos são objeto de depósito legal. A maioria das leis prevê que se depositem

também periódicos, como jornais e revistas; El Salvador e Guatemala são as raras exceções, solicitando o depósito apenas de livros. A maioria dos países também prevê o depósito de material iconográfico, variando a terminologia utilizada entre expressões mais amplas como “material fotográfico” e especificações como “fotografias”. Microformas, como microfilmes e microfichas, são explicitadas como materiais passíveis de depósito na Colômbia, em Cuba e no México; no Chile, a microforma é suporte previsto como substituto para reduzir a quantidade de exemplares em papel. Alguns países são mais abrangentes em suas definições, como o Brasil, que prevê o depósito de “publicações produzidas por qualquer meio ou processo para distribuição gratuita ou venda”. Embora seja mais descritiva em sua definição, a Argentina também resume o material pertinente à lei como “toda produção científica, literária, artística ou didática independentemente de seu meio de reprodução” (ARGENTINA, 2005). Isso se deve, em grande parte, ao fato da lei ser essencialmente reguladora da propriedade intelectual, e não necessariamente do depósito legal. Também visando à preservação dos bens patrimoniais, a referida lei autoriza a Biblioteca Nacional a efetuar cópias integrais ou parciais das obras depositadas.

Outros países incluem em suas leis especificações de materiais que não são passíveis de depósito, como o Uruguai, que não exige depósito de impressos “de caráter social”, como cartões de visita. Contudo, ao especificar em ato distinto os materiais passíveis de depósito na Universidade, já determina que alguns materiais, depositados na Biblioteca Nacional, não serão depositados naquela instituição<sup>4</sup>. A maioria dos países também exige depósito de material audiovisual e sonoro, sendo que a tendência é adotar nomenclaturas amplas como “material sonoro” ou “musical”. Em um caso, na lei da República Dominicana, o formato “disco” é prescrito como passível de depósito.

<sup>2</sup> Lei n. 32, de 12 de julho de 1902 (Lei de Imprensa).

<sup>3</sup> Lei n. 11.723, de 28 de setembro de 1933, regulamentada pelos decretos 41.233/34, 3.079/57 e 746/73.

Na definição brasileira, talvez a mais ampla de todas, estão incluídos materiais audiovisuais e digitais sem, entretanto, haver menção explícita a eles. A legislação brasileira mais antiga de regulação do depósito legal na Biblioteca Nacional prevê o depósito de “todas as publicações, produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda” (BRASIL, 2004). Uma segunda lei, promulgada seis anos depois, especifica que também devem ser depositadas obras musicais, a saber, partituras, fonogramas e videogramas musicais — incluindo versões digitais. Existem, contudo, outros dispositivos que regulam o depósito de materiais audiovisuais produzidos com financiamento público. Esse tipo de publicação, em formato audiovisual, é passível de depósito na maioria dos países membros da Abinia; apenas El Salvador, Guatemala, Panamá, República Dominicana e Uruguai não preveem textualmente o depósito de materiais dessa natureza.

Quanto ao depósito de materiais digitais, alguns países tratam de explicitar que é necessário o depósito de obras dessa natureza, usando diferentes termos como “programas de computador”, “publicações em suporte digital”, “meio magnético, eletrônico, eletromagnético”. Expressão interessante é utilizada pela legislação boliviana: “procedimento ou técnicas atuais ou futuras”, o que permite que a lei se mantenha atual sem recorrer à tramitação para redação de novo ato. Alguns países já estão estabelecendo estrutura própria para o depósito digital, como é o caso do Chile, que permite o depósito eletrônico através de FTP. Também chama a atenção a redação da legislação da Venezuela, que em seu artigo 2º dá textualmente autonomia para que a biblioteca beneficiária determine o que é de interesse para preservação a qualquer tempo: “...toda outra obra que futuramente o Instituto Autônomo Biblioteca Nacional estime ser de interesse para o acervo cultural da Nação” (VENEZUELA, 1993).

Excepcionalmente, alguns países pedem o depósito de laços e itens numismáticos (medalhas, cédulas e moedas), como Bolívia, Peru e Venezuela.

Os dois últimos países adotam, no entanto, postura totalmente contrária quando se trata de material de áudio-difusão (programas de rádio ou televisão): enquanto o Peru exclui textualmente esse tipo de produto, a Venezuela prevê o depósito de programas de rádio e televisão previamente selecionados. São os únicos países que têm prescrição expressa para materiais dessa natureza. A legislação argentina, por tratar primordialmente de registro de direitos autorais, considera passível de registro objetos como esculturas, sendo que nesse caso o registro é feito mediante depósito de um croqui ou fotografia.

A Biblioteca Nacional é beneficiária do depósito legal em todos os países, mas é a única beneficiária do dispositivo apenas na República Dominicana e na Venezuela. No Brasil, é a única beneficiária do depósito de material bibliográfico e musical, havendo uma exceção para depósito de material audiovisual produzido com fomento público, que deve ser depositado na Cinemateca Brasileira. Cuba e Equador apontam outras bibliotecas específicas como depositárias de fundos patrimoniais e beneficiárias do depósito legal: em Cuba, a Biblioteca Elvira Cape, de Santiago de Cuba, instituição ainda mais antiga do que a própria Biblioteca Nacional cubana; no Equador, a Biblioteca Equatoriana Aurelio Espinosa Pólit, mantida pelos padres jesuítas, num reconhecimento claro da importância e do investimento da Companhia de Jesus, e particularmente do padre que dá nome à biblioteca e centro cultural, na preservação do patrimônio cultural e bibliográfico do país.

Alguns países, como Equador e Panamá, utilizam os exemplares recebidos por meio do depósito legal para distribuição entre suas bibliotecas públicas, com preferência para a biblioteca pública da localidade onde o material seja impresso. Essa é uma modalidade interessante de uso do instituto do depósito legal, que promove certa descentralização do depósito ao mesmo tempo que fortalece as bibliotecas locais. O Panamá possui, inclusive, legislação específica para depósito de periódicos em bibliotecas municipais.

A Biblioteca do Congresso, ou da Assembleia Legislativa dependendo do país, é a segunda instituição mais favorecida com o depósito legal em diversos países: Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, México e Uruguai. O Arquivo Nacional é também instituição depositária em Argentina, Bolívia, Costa Rica, Guatemala e Honduras. Em alguns países o depósito legal se confunde com o registro de direitos autorais, e os exemplares vão também para o departamento responsável pelo registro de propriedade intelectual. É o caso de Argentina e Paraguai. As bibliotecas universitárias também recebem material de depósito legal na Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras e Uruguai. Instituições específicas de acervos audiovisuais, como cinematecas, são beneficiárias de depósito de material audiovisual (mesmo que não exclusivamente) no Brasil, no Chile e na Bolívia. A última também prevê que o depósito de materiais especiais como gravações sonoras e partituras, ou material cartográfico, seja feito em instituições específicas como Departamento de Etnomusicologia do Instituto Boliviano de Cultura e o Instituto Geográfico Militar. Como instituições excepcionais de depósito, observam-se casos como o da Procuradoria-Geral da República, em Honduras, e do Arquivo da Tipografia Nacional, na Guatemala — país cujo Arquivo Nacional, ou Arquivo Geral do Governo, também é depositário, junto com a Biblioteca Nacional e outras quatro instituições. Essa diversidade de instituições beneficiárias não traduz um enfraquecimento do papel das bibliotecas nacionais como instituições de memória, mas apenas reflete uma multiplicação da custódia dos acervos patrimoniais que é bastante positiva para fins de preservação.

Quanto ao número de exemplares, há bastante variação entre as exigências dos países. Em alguns casos a legislação prevê diferentes quantidades de depósito de acordo com a natureza do material. Na Argentina, por exemplo, a previsão é de quatro exemplares<sup>5</sup> dos materiais impressos monográficos, mas se for uma edição de luxo ou de tiragem menor do que 100 exemplares, é depositado apenas um; o mesmo ocorre no Peru.

<sup>5</sup> Alteração feita pelo Decreto 3.079/57, que incluiu o Arquivo Geral da Nação como instituição depositária de impressos.

Na Colômbia, edições de luxo ou tiragens menores do que 100 exemplares estão isentas de depósito, e de tiragens de até 500 exemplares pede-se o depósito de apenas uma cópia. Casos interessantes são o da Colômbia, que exige um exemplar a mais do material impresso se ele não for oriundo do departamento da Cundinamarca, onde fica a capital Bogotá (esse exemplar deve ser entregue na biblioteca do departamento onde o livro for impresso), e de Cuba, que também solicita o depósito de dois exemplares na biblioteca da província onde se publique o material. Há previsão de depósito, na Biblioteca Nacional argentina, de coleções integrais de periódicos quando do cancelamento deles. Na Venezuela, das Gazetas Oficiais e dos Boletins de Propriedade Industrial são exigidos 5% da tiragem total, ao contrário dos demais materiais, que têm quantidades distintas a depositar.

Materiais especiais e iconográficos são frequentemente exceções às quantidades passíveis de depósito: a maioria dos países exige quantidades menores de exemplares de obras. Alguns países preveem o depósito de material produzido em âmbito acadêmico, como teses — caso da Bolívia e da Venezuela, que solicitam o depósito de uma cópia desses trabalhos. Embora não conste textualmente em sua legislação — que trata principalmente da imprensa —, a Costa Rica também prevê o depósito de teses na informação divulgada na página da Biblioteca Nacional. De modo geral, a exigência de depósito varia entre dois e cinco exemplares dos materiais impressos, que na maioria dos casos são distribuídos entre diversas instituições:

Tabela 1 – Quantidade de exemplares exigidos para depósito legal por países

2 exemplares	Panamá, Rep. Dominicana
3 exemplares	Peru, Uruguai, Venezuela
4 exemplares	Argentina, Colômbia, México, Paraguai
5 exemplares	Bolívia, Chile, El Salvador, Nicarágua
7 exemplares	Costa Rica, Cuba, Guatemala
14 exemplares	Honduras

Embora a Lei de Direitos Autorais e Direitos Conexos da Costa Rica especifique que devem ser depositados sete exemplares das obras em sete diferentes instituições, no site da Biblioteca Nacional da Costa Rica consta a informação de que são necessários apenas três exemplares — dois de acordo com a Lei de Imprensa e um de acordo com a Lei de Direitos Autorais. Brasil e Equador são os únicos países a não especificar claramente a quantidade de exemplares passíveis de depósito: no primeiro, a Lei 10994/04 prevê que “um ou mais exemplares” (BRASIL, 2004) devem ser depositados na Biblioteca Nacional, enquanto a Lei 12192/12 menciona que no mínimo dois exemplares de cada obra sonora e/ou musical são objeto de depósito<sup>6</sup>. Já no Equador, a previsão de depósito é de 2% da tiragem total da obra e não menos de dez exemplares em hipótese alguma. Com esse dispositivo, o país garante que a Biblioteca Nacional receba três exemplares, a biblioteca Aurelio Espinosa Pólit receba duas cópias e as demais sejam distribuídas na Rede Nacional de Bibliotecas. Outro caso distinto é o da Costa Rica, que determina quantidades diferenciadas de exemplares de depósito nas informações em seu site (SISTEMA..., [2018]).

Ressalvadas as exceções que alguns países fazem ao depósito de obras estrangeiras e periódicos (que normalmente são exigidos na data da publicação), o prazo mais comum para depósito legal nos países membros da Abinia é de 30 dias. Nesse sentido, a legislação da Costa Rica é dúbia: enquanto a Lei de Imprensa de 1902 estabelece o prazo de 24 horas para depósito, a Lei sobre Direitos de Autor e Diretos Conexos fala em oito dias. O site da Biblioteca Nacional não ajuda a esclarecer a questão, apresentando as duas informações sem definir qual é o prazo requerido. Equador, El Salvador, Honduras e República Dominicana não apresentam prazo para depósito, enquanto os demais países determinam conforme a seguinte tabela:

Tabela 2 – Prazos para depósito legal por países

2 dias	Costa Rica
3 dias	Guatemala, Panamá
8 dias	Costa Rica
15 dias	Nicarágua
30 dias	Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, México, Peru, Uruguai, Venezuela
60 dias	Colômbia
90 dias	Argentina, Paraguai

As multas previstas na legislação dos países da Ibero-América é bastante variada. Algumas leis preveem multas simbólicas ou “desproporcionais ao dano que [o descumprimento do depósito] provoca ao patrimônio bibliográfico do país” (GUZMÁN DOMÍNGUEZ, 2016). É o caso da Guatemala, que cobra entre um e cinco quetzales a depender do julgamento de um juiz de paz. Outras penalizam o gestor público que faltar com o dever de depósito, como a Bolívia, que pede 10% do salário do impressor em caso de publicações de órgãos públicos. De modo geral, a multa aplicada é relativa ao valor de mercado da obra. Enquanto Argentina e Uruguai aplicam multa de 10 vezes o valor de capa, no Brasil e na Bolívia a multa pode chegar em até 100 vezes o preço do livro — além de apreensão dos exemplares devidos. Outras multas de valores módicos são aplicadas no México (cinco vezes o valor de venda), Nicarágua (duas vezes o valor de venda), Panamá (não menos do que cinco balboas), República Dominicana (entre 25 e 100 pesos dominicanos) e Venezuela (entre duas e 10 vezes o valor da obra). No Peru, o valor é determinado pela autoridade competente, que avalia caso a caso. Ainda assim, paga-se um valor intermediário entre meia UIT (Unidade Impositiva Tributária) e cinco das mesmas UIT.

Caso interessante é o da Colômbia, onde legislação prevê dupla penalidade pelo atraso ou não cumprimento do depósito legal. Enquanto a Direção Nacional de Direitos Autorais multa o infrator em 10 vezes o valor de mercado da obra, o Ministério da Cultura aplica uma multa de um salário mínimo por dia de atraso, até o cumprimento do depósito.

<sup>6</sup> Uma decisão interna em favor da manutenção da dinâmica do depósito legal já vigente na ocasião da promulgação da nova lei estabeleceu que também das obras musicais será solicitado o depósito de um ou mais exemplares, e não dois (BIBLIOTECA..., 2010).

No material de divulgação do depósito legal da Biblioteca Nacional, entretanto, somente se menciona a multa de 10 vezes o valor da obra (BIBLIOTECA..., 2008). Na Venezuela, a legislação estabelece que a Biblioteca Nacional adquira o material não depositado e o custo seja cobrado do infrator, que deve também pagar a multa prevista. Ainda há países que, como o Chile, penalizam o descumprimento do depósito legal com a proibição de venda do material para órgãos públicos ou de participar de editais públicos ou licitações.

Três países especificam o destino do valor arrecadado com o pagamento de multas pelo descumprimento do depósito legal: Colômbia, Nicarágua e Uruguai, que deixam claro que o dinheiro não vai para um fundo geral do governo, constituindo receita da Biblioteca e podendo ser investido na estrutura do próprio depósito legal — caso da Nicarágua — ou para aquisição de material bibliográfico para a biblioteca — no caso do Uruguai. De modo menos específico, a Colômbia esclarece que o fundo servirá para que a Biblioteca exerça sua missão patrimonial.

De modo geral, são responsáveis pelo depósito os editores e proprietários das oficinas de impressão dos materiais — ou, em outras palavras, os responsáveis pela reprodução da obra. Também é comum responsabilizar importadores ou distribuidores de material estrangeiro no país, como no Brasil, na Nicarágua e no Peru. Apenas em alguns casos está explícita a responsabilidade do autor no cumprimento do depósito legal. É o caso do Paraguai e do Peru, onde o autor nacional que publica no exterior é responsável pelo depósito da sua obra. Na legislação do Paraguai também há uso de uma outra expressão peculiar para designar o responsável pelo depósito: o “representante legal” da obra. Considerando que a legislação que prescreve sobre o tema é também a de direitos autorais e direitos conexos, é provável que a expressão se refira aos detentores dos direitos autorais da obra. Excepcionalmente, algumas instituições fora do padrão são chamadas a realizar o depósito de moedas e selos postais, como na Venezuela, onde a responsabilidade recai sobre o Banco Central e sobre o Executivo.

No mesmo país, que exige o depósito de material selecionado de áudio-difusão, a responsabilidade pelo depósito de programas dessa natureza recai sobre os proprietários das emissoras e canais de televisão.

Alguns países, como Bolívia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela, atribuem números para os depósitos. A maioria deles prevê que o número deve ser impresso na obra com a informação de que o depósito legal foi cumprido. No caso da Nicarágua, que também exige a impressão da frase “Cumprido o Depósito Legal”, o departamento de Registro de Depósito Legal emite um certificado provisório de depósito antes do recebimento definitivo dos cinco exemplares previstos em lei. A determinação do número de depósito é um pouco mais complexa na Venezuela, que atribui não somente um número, mas um código para cada tipo de material, sendo “A” para audiovisuais, “BB” para fotografias, “F” para fonogramas e “C” para impressos.

Enquanto a documentação analisada não seja suficiente para atestar a efetividade do depósito legal nos países, uma publicação do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (Cerlalc) de 2005 traz dados que mostram, ainda que parcialmente, que o depósito legal na América Latina não é cumprido na sua totalidade (URIBE; STEENKIST, 2005). No Brasil, por exemplo, uma comparação entre a quantidade de números atribuídos pelo ISBN e o número de peças captadas por meio do depósito legal mostra que foram depositados menos de 25% dos livros publicados em 2017: a Agência Brasileira do ISBN informa, em seu site, que atribuiu cerca de 96 mil números naquele ano (AGÊNCIA..., [2018]), enquanto a estatística de depósito legal informa ter recebido cerca de 23.500 obras no mesmo período (FUNDAÇÃO..., 2018).

## CONCLUSÕES

Em mais de um aspecto avaliado, as normativas mais antigas, como a da Costa Rica, pareceram ser as mais ambíguas, apresentando informações distintas entre a legislação em vigor e os esclarecimentos contidos na internet, em fontes como os sites das bibliotecas nacionais ou de materiais de divulgação. Talvez seja um indicativo da necessidade de revisão das normas, especialmente para inclusão de materiais digitais como passíveis de depósito. Iniciativas para propor novas normas estão em andamento em alguns países, como a Argentina e o Peru (BIBLIOTECA..., 2018; COORDINACIÓN..., 2018; 2019), embora o texto daquele primeiro já esteja defasado por conta do tempo de tramitação.

Outro aspecto que poderia fazer diferença no cumprimento do depósito legal é a separação entre a legislação de direitos autorais e a de depósito legal. Do ponto de vista conceitual, é importante assentar a distinção entre a garantia dos direitos morais e patrimoniais do autor da obra e a preservação das publicações no âmbito do patrimônio cultural da nação e, em última instância, da América Latina. Nas palavras de Guzmán Domínguez (2016), o ideal é que haja uma legislação específica para o depósito legal, já que é de interesse social para a nação que o patrimônio cultural esteja adequadamente constituído. Deve-se também contar com regulamentação da legislação, para “facilitar e flexibilizar por meio de especificações o cumprimento da lei” e um glossário que facilite a compreensão da lei, já que se trata de tema técnico específico.

Conforme pontuado no início deste artigo, a ideia não foi a de fazer uma análise exaustiva do tema do depósito legal na região da América Latina e Caribe, visto que mobilizaria outros recursos que não estão presentes neste escopo. Em particular, um histórico da legislação em cada país e dados atualizados sobre o cumprimento do depósito seriam indispensáveis para a compreensão aprofundada de todas as

distintas realidades. Entretanto, acreditamos que o panorama aqui desenhado, embora bastante descritivo, serve como subsídio consistente para fomentar a discussão em torno da operacionalização da preservação das coleções patrimoniais da Ibero-América.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DO ISBN. *Relatório de Produção*. [Rio de Janeiro], [2018]. Disponível em: <http://www.isbn.bn.br/website/site/relatorio/estatistica/relatorioProducao>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- ARGENTINA. Congreso de la Nación. *Ley 11.723 – Regimen legal de la propiedad intelectual*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2005. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/40000-44999/42755/texact.htm>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- BASUALDO, R. (S-2753/11): proyecto de ley. Buenos Aires: Senado de la Nación, 2011. Disponível em <http://www.senado.gov.ar/parlamentario/comisiones/verExp/2753.11/S/PL>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRGS. *Obras Musicais*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/blogdabc/obras-musicais-presidente-da-republica/>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE COLÔMBIA. *Depósito Legal: normas*. Bogotá: BNC, 2008. Disponível em: [https://camlibro.com.co/wp-content/uploads/PDF/deposito\\_legal.pdf](https://camlibro.com.co/wp-content/uploads/PDF/deposito_legal.pdf). Acesso em: 17 abr. 2019.
- BIBLIOTECA NACIONAL DEL PERÚ. *BNP y Cerlalc trabajan nueva ley de depósito legal*. San Borja, 2018. Disponível em: <https://www.bnp.gob.pe/bnp-y-cerlalc-trabajan-nueva-ley-de-deposito-legal/>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DE CHILE. *Depósito Electrónico*. [Santiago], [2019]. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/612/w3-propertyname-585.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- BRASIL. *Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm). Acesso em: 15 abr. 2019.
- COORDINACIÓN DE COMUNICACIONES. *Biblioteca Nacional de Perú y Cerlalc trabajan nueva ley de depósito legal*. Bogotá: Cerlalc, 2018. Disponível em: <https://cerlalc.org/biblioteca-nacional-de-peru-y-cerlalc-trabajan-nueva-ley-de-deposito-legal/>. Acesso em: 24 abr. 2019.

COORDINACIÓN DE COMUNICACIONES. *O CERLALC participou de uma mesa de trabalho sobre lei de depósito legal no Peru*. Bogotá: Cerlalc, 2019. Disponível em: <https://cerlalc.org/pt-br/o-cerlalc-participou-de-uma-mesa-de-trabalho-sobre-a-lei-de-deposito-legal-no-peru/>. Acesso em: 24 abr. 2019.

DECLARACIÓN DE VALPARAÍSO. Valparaíso: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/alp/publications/valparaiso-declaration-es.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL; CENTRO DE PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO. *Relatório de Gestão 2017*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [2018]. Datiloscrito.

GRINGS, L. *Informe de avances: recopilación de legislación bibliotecária*. [S.l.:s.n.], 2018. Datiloscrito.

GUZMÁN DOMÍNGUEZ, J. Depósito Legal. In: ENCICLOPEDIA del Derecho y las Ciencias Sociales Online Gratis. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em: <https://leyderecho.org/deposito-legal/>. Acesso em: 16 abr. 2019.

LARIVIÈRE, J. *Guidelines for legal deposit legislation*. Paris: Unesco, 2000.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS. *Depósito Legal: la construcción de la memoria del país*. San Jose: [S.l.], [2018]. Disponível em: <http://desarrollo.sinabi.go.cr/servicios/DepositolegalCostaRica.aspx>. Acesso em: 12 abr. 2019.

URIBE, R.; STEENKIST, R. M. *El depósito legal en los países de Latinoamérica en 2005, su vigencia y normatividad. Estadísticas comparativas*. Bogotá: Cerlalc, 2005. Disponível em: [https://cerlalc.org/wp-content/uploads/publicaciones/olb/PUBLICACIONES\\_OLB\\_%20El-deposito-legal-en-los-paises-de-Latinoamerica-en-2005-Su-vigencia-y-normatividad-Estadisticas-comparativas\\_v1\\_011205.pdf](https://cerlalc.org/wp-content/uploads/publicaciones/olb/PUBLICACIONES_OLB_%20El-deposito-legal-en-los-paises-de-Latinoamerica-en-2005-Su-vigencia-y-normatividad-Estadisticas-comparativas_v1_011205.pdf). Acesso em: 24 abr. 2019.

VENEZUELA. Congreso de la República. *Ley de Depósito Legal en el Instituto Autónomo Biblioteca Nacional*. Caracas, 1993. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/ve/ve031en.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

ZAHER, C. R. *Abinia: an ibero-american network*. [S.l.:s.n.], 2000. Datiloscrito.

## ANEXO A

Lista de países pertencentes à região LAC e à Abinia

País LAC	Membro da Abinia
Antígua e Barbuda	
Argentina	X
Bahamas	
Barbados	
Belize	
Bolívia	X
Brasil	X
Chile	X
Colômbia	X
Costa Rica	X
Cuba	X
Dominica	
Equador	X
El Salvador	X
Granada	
Guatemala	X
Guiana	
Haiti	
Honduras	X
Jamaica	
México	X
Nicarágua	*
Panamá	X
Paraguai	X
Peru	X
República Dominicana	X
São Cristóvão e Névis	
São Vicente e Granadinas	
Santa Lúcia	
Suriname	
Trinidad e Tobago	
Uruguai	X
Venezuela	X

**ANEXO B**

Legislação de depósito legal em vigor nos países membros da abinia

País LAC	Legislação
Argentina	Lei 11.723/33 – Lei de propriedade intelectual, regulamentada pelos decretos 41.233/34, 3.079/57 e 746/73
Bolívia	Decreto supremo sobre depósito legal n. 16.762, de 11 de julho de 1979, regulamentado pelo decreto supremo n. 18.059 de 4 de março de 1981
Brasil	Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004, e Lei n. 12.192, de 14 de janeiro de 2010 Lei 8685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória 2228-1, de 6 de setembro de 2001 e Deliberação Ancine 35, de 28 de fevereiro de 2011
Chile	Lei n. 19.733, de 18 de maio de 2001, sobre liberdade de expressão e informação e exercício do jornalismo, e Lei n. 20.709, de 13 de dezembro de 2013 – modifica normas sobre depósito legal
Colômbia	Lei n. 44 de 1993, decreto 1.080 de 26 de maio de 2015, decreto 358 de 2000 e lei 1.379 de 2010
Costa Rica	Lei n. 32, de 12 de julho de 1902 – Lei de Imprensa Lei n. 6.683, de 14 de outubro de 1982 – Lei sobre direitos de autor e direitos conexos
Cuba	Decreto 265 de 20 de maio de 1999 – Depósito Legal da bibliografia cubana
Equador	Decreto 1.428 de 2017 – Lei orgânica de cultura
El Salvador	Decreto n. 808, de 16 de fevereiro de 1994 – Lei do livro
Guatemala	Decreto n. 9, de 27 de abril de 1966 – Lei de emissão de pensamento
Honduras	Decreto n. 6, de 26 de julho de 1958 – Lei de emissão de pensamento
México	Decreto de 8 de julho de 1991
Nicarágua	Lei 394, de 18 de julho de 2001 – Lei de Depósito Legal
Panamá	Lei n. 47, de 1946, aprovada pelo Decreto executivo 305, de 30 de abril de 2004 – Lei orgânica de educação Lei n. 64, de 6 de junho de 1941 – Lei de fomento das bibliotecas municipais
Paraguai	Decreto 5.159, de 13 de setembro de 1999 – Regulamenta a lei 1.328/98 de direitos autorais e direitos conexos
Peru	Lei n. 26.905, de 19 de dezembro de 1997, e Decreto supremo n. 017-98-ED
República Dominicana	Lei n. 112, de 15 de abril de 1971 – Lei de depósito legal Lei n. 263, de 13 de novembro de 1975 – Lei orgânica da Biblioteca Nacional
Uruguai	Lei n. 13.835, de 1968, regulamentada pelo Decreto 694/71, e Lei n. 17.088, de 13 de abril de 1999
Venezuela	Lei de depósito legal de 10 de agosto de 1993 Reglamento de la Ley de Depósito Legal de 23 de julho de 1997

# Competencias y perspectiva de acciones de preservación digital en Latinoamérica

## David Alonso Leija-Román

Doutor em Informação y Documentación pela Universidade de Barcelona (UB) –Barcelona – Espanha.  
Professor da Universidade Autonoma de Tamaulipas (UAT) - Centro Universitario Tampico-Madero –  
Tamaulipas – México.

<https://orcid.org/0000-0001-5782-2767>

E-mail: [dleija@uat.edu.mx](mailto:dleija@uat.edu.mx)

## Miguel Ángel Márdero-Arellano

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil. Tecnologista -  
Coordenador da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital (Cariniana) do Instituto Brasileiro de  
Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) - Brasília, DF, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7000017551659136>

E-mail: [miguel@ibict.br](mailto:miguel@ibict.br)

## RESUMEN

Este artículo expone el crecimiento de la preocupación con la preservación de acervos digitales en países de América Latina y algunos esfuerzos para solucionar los problemas existentes en bibliotecas y archivos. La red Cariniana de preservación digital del IBICT se presenta como ejemplo en el campo de iniciativas nacionales de preservación distribuida, siguiendo un modelo que trasciende la gestión local de acervos digitales, con la aplicación de nuevas rutinas y estrategias que garanticen el compromiso de preservar la memoria institucional, como las iniciativas reconocidas internacionalmente. En este sentido y en colaboración con otra organización de apoyo a la divulgación y formación en preservación digital a nivel continental como la Asociación Iberoamericana de Preservación Digital (APREDIG), se describen dos estudios aplicados a los responsables de la práctica de acciones de preservación digital en varias instituciones latinoamericanas en el periodo de 2017 a 2019. En estos dos estudios se analizan varios aspectos esenciales del área como lo son la aplicación de estrategias, la adopción acciones técnicas y la declaración de responsabilidad formal de preservar digitalmente archivos digitales. Por un lado, se presentan resultados generales y preliminares de una consulta panorámica aplicada a instituciones iberoamericanas (archivos, bibliotecas y universidades) sobre el alcance en la adopción de herramientas y políticas específicas en el ámbito de la preservación digital como parte de acciones y actividades paulatinas que definen proyectos y programas enfocados a preservar digitalmente archivos digitales de forma centralizada o distribuida. Se presenta un contraste general de alcances nacionales y continentales observando la guía de buenas prácticas adoptadas como acciones en instituciones del eje iberoamericano.

**Palabras clave:** Preservación digital. Competencias. Iberoamérica. IBICT. APREDIG

## **Competências e perspectiva de ações de preservação digital na América Latina**

### **RESUMO**

*Este artigo expõe o crescimento da preocupação com a preservação de acervos digitais em países da América Latina e alguns esforços para solucionar os problemas existentes em bibliotecas e arquivos. A rede Cariniana de preservação digital do IBICT se apresenta como exemplo no campo de iniciativas nacionais de preservação distribuída, seguindo um modelo que transcende a gestão local de acervos digitais, com a aplicação de novas rotinas e estratégias que garantam o comprometimento de preservar a memória institucional, como as iniciativas reconhecidas internacionalmente. Nesse sentido — e em colaboração com outra organização de apoio à divulgação e formação em preservação digital a nível continental, como a Asociación Iberoamericana de Preservación Digital (APREDIG) —, são descritos dois estudos aplicados aos responsáveis pela prática de ações de preservação digital em várias instituições latino-americanas no período de 2017 a 2019. Nos dois estudos são analisados vários aspectos essenciais da área, como a aplicação de estratégias, a adoção de ações técnicas e a declaração de responsabilidade formal de preservar digitalmente arquivos digitais. Por um lado, são apresentados resultados gerais e preliminares de uma consulta panorâmica aplicada a instituições ibero-americanas (arquivos, bibliotecas e universidades) sobre o nível atingido na adoção de ferramentas e políticas específicas, no âmbito da preservação digital como parte de ações e atividades paulatinas que definem projetos e programas enfocados na preservação digital de arquivos digitais de forma centralizada ou distribuída. Apresenta-se um contraste geral de alcances nacionais e continentais observando o guia de boas práticas adotadas como ações em instituições do eixo ibero-americano.*

**Palavras-chave:** Preservação digital. Competências. Iberoamérica. IBICT. APREDIG

## **Competencies and perspective of digital preservation actions in Latin America**

### **ABSTRACT**

*This article exposes the growing concern with the preservation of digital collections in Latin American countries and some efforts to solve existing problems in libraries and archives. The Cariniana network of digital preservation of the IBICT is presented as an example in the field of national initiatives of distributed preservation, following a model that transcends the local management of digital collections, with the application of new routines and strategies that guarantee the commitment to preserve memory institutional, as internationally recognized initiatives. In this sense and in collaboration with another organization supporting the dissemination and training in digital preservation at the continental level, such as the Ibero-American Digital Preservation Association (APREDIG), two studies applied to those responsible for the practice of digital preservation actions are described. several Latin American institutions in the period from 2017 to 2019. In these studies several essential aspects of the area are analyzed. On the one hand, general and preliminary results of a panoramic consultation applied to Latin American institutions (archives, libraries and universities) on the scope of the adoption of specific tools and policies in the field of digital preservation as part of actions and gradual activities are presented. that define projects and programs focused on digitally preserving digital files in a centralized or distributed way. A general contrast of national and continental scope is presented observing the guide of good practices adopted as actions in institutions of the Ibero-American axis.*

**Keywords:** Digital Preservation. Competencies. Ibero-America. IBICT. APREDIG

## INTRODUCCIÓN

La preservación digital en el norte de América -Estados Unidos-, cumple 25 años como concepto y actividad pública formal el ámbito de la biblioteconomía y documentación; desarrollo de casos de estudio e investigación, definición de modelos y el desarrollo de herramientas modulares o integrales, han venido de la mano de su actividad por solucionar, colaborar y atender las pérdidas de información y estructuración normalizada de datos digitales en sus distintas actividades de gestión documental (HIRTLE, 2008). Por su parte, América Latina hace servir la experiencia de referentes Anglosajones, Oceánicos y Europeos de la preservación digital para interpretar y aplicar estados de experiencia, herramientas y modelos de referencia de sus experiencias en la implementación de acciones, buscando y despertando el interés de formalizar estrategias propias con acciones y políticas de preservación digital de referentes continentales y observando casos de estudio cercanos para solventar un precedente ante la preocupación de procurar diversas colecciones -estructuradas y no estructuradas- en distintas índoles de países, instituciones y escenarios donde la panorámica se pinta en lienzos donde la diversidad de infraestructuras y necesidades merma la visualización de un alcance en conjunto.

La digitalización y los repositorios como elementos de convergencia fundamental y práctica de la preservación digital deben ser observadas desde un estado objetivo para aclarar si en ellos, las acciones y buenas prácticas de la preservación digital están siendo consideradas como actividades formalizadas en el uso de estándares, módulos de herramientas especializadas o sistemas plenos de preservación digital. Se debe decir que aunque en las finalidades generales y prácticas de un repositorio digital se menciona a la preservación como una actividad puntual, en muchos de los casos no se activa realmente estas actividades, y por tanto el ámbito se hace amplio y con necesidades de aclarar y definir, cuáles son las actividades y acciones que definen a la preservación digital desde la conjunción de políticas, acciones y estrategias para asegurar el acceso a largo plazo de contenidos digitales (ALA, 2008).

Un planteamiento importante que debe considerarse para obtener un estado de alcance de la preservación digital en América Latina, son por un lado las orientaciones de perfiles profesionales, las competencias profesionales y las percepciones institucionales ante la importancia de la preservación digital. Las competencias de los perfiles de profesionales de la información y curaduría digital que participan en la preservación digital son planteadas correctamente por Boeres y Cunha (2016); los autores sugieren que estas mantienen un cuadro de competencia profesional multifacética que se caracteriza por mantener su actividad técnica actualizada, en la innovación y creatividad para sobre entender y mejorar los ciclos de la información. En esta línea de competencias, la curaduría digital va redefiniendo un escenario de asociaciones con diferentes expertos provenientes de diversas áreas de tratamientos tanto de datos (científicos de datos), de arte (curadores de arte objeto) o curadores digitales en un sentido amplio y relacional (enriquecedores de objetos digitales), son perfiles que complementan las competencias de un profesional que obtiene una orientación final de ámbito ejecutivo, operativo y técnico de la preservación digital como ejes simplificados para situar roles y disposiciones.

Los perfiles ejecutivos dentro de la preservación digital cumplen actividades de toma de decisiones, gestión de programas, presupuestos y organización de equipos. También, gestiones de ámbitos de comunicación y colaboraciones. Los perfiles operativos se definen en acciones y actividades de curaduría, catalogación, descripción, ingesta y gestión de colecciones digitales; competencias profesionales de archivística, documentalista y de bibliotecario se integran en este perfil. En lo referido al perfil técnico, debe su área de acción a el mantenimiento de infraestructura de tecnologías de la información, almacenamiento y flujos tecnológicos de sistemas como herramientas de preservación digital (LEIJA; TÉRMENS, 2018).

Para poder observar de forma amplia y definir un escenario general del estado de la preservación digital, es importante contemplar operativamente las amenazas y enfoques que personalizan los retos puntuales de la preservación digital en América Latina y que de acuerdo con Cabero (2019), es necesario observar la forma en la que se dirigen las actividades de preservación digital, re conceptualizar -ante la curaduría digital y la administración digital- su sentido amplio y objetivo de actuación como fin activo, así como determinar las formas de acciones y estrategias de actuar mas adecuadas que brinden soluciones para perfiles específicos, de acuerdo a casos de estudio próximos y particulares de zonas con necesidades que aportan otros puntos de vista al escenario de la preservación digital.

La visualización de la preservación digital -mas allá de un fin y no como un aditivo técnico-, requiere emanciparse y conjugarse de manera autónoma ante la función de una estrategia de administración o gestión digital de archivos, ya que una vaga definición de esta actividad somete a una difusa interpretación y por tanto baja adopción tanto en su dimensión de cultura organizacional, como de actividad holística de gestión técnica y de planificación.

## **LA ASOCIACIÓN IBEROAMERICANA DE PRESERVACIÓN DIGITAL**

La Asociación Iberoamericana de Preservación Digital (APREDIG) es una organización sin animo de lucro que nace en el año 2018 en la ciudad de Barcelona España por un grupo de investigadores e interesados en el área. APREDIG tiene como objetivo operativo la divulgación de buenas practicas de preservación digital, la creación de redes de colaboración continentales, la formación continua y el apoyar en el desarrollo de investigación del tema. Uno de los ejes fundamentales es apoyar iniciativas Iberoamericanas para trazar un plan de mejora continua, evaluación de alcance y apoyo en las competencias profesionales para la implantación de proyectos de gestión de objetos digitales a largo plazo.

## **LA RED CARINIANA**

El Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (IBICT) actúa al frente en la realización de iniciativas prometedoras inherentes a la producción, socialización, integración y preservación del conocimiento científico-tecnológico, promoviendo el desarrollo de recursos e infraestructura para la información en ciencia y tecnología del conocimiento Brasil. De esta forma, en enero de 2013, con el apoyo de la Financiadora de Estudios y Proyectos (FINEP), se adhirió al Programa LOCKSS creando la Red Brasileña de Servicios de Preservación Digital - Red Cariniana.

Esta Red surgió ante la necesidad de crear un servicio de preservación digital de documentos electrónicos brasileños en el IBICT, teniendo como objetivo principal garantizar el acceso perenne de los contenidos almacenados en ella. La Red Cariniana se caracteriza por ser una iniciativa sin fines de lucro, basada en una infraestructura descentralizada, utilizando recursos de computación distribuida, de modo que una red de preservación digital distribuida precisa de la participación de las instituciones poseedoras de esos documentos y de su infraestructura, en un ambiente estandarizado y de seguridad que garantice el acceso perenne y el almacenamiento monitoreado de los documentos digitales (IBICT, 2014). Márdero Arellano informa que:

A Rede Cariniana tem como objetivo salvaguardar os registros da ciência, tecnologia e do patrimônio cultural do Brasil. Ela oferece uma série de alternativas para que as instituições brasileiras possam colecionar, armazenar e promover o acesso ao conteúdo selecionado através de cópias autorizadas. A rede oferece, ainda, pacotes de softwares, aplicações e ambientes multimídia para a implementação e desenvolvimento de documentos digitais preserváveis. (MÁRDERO ARELLANO, 2012, p. 87).

Otro objetivo de esta Red es promover el uso de herramientas de preservación digital en Brasil, con las cuales será posible preservar colectivamente publicaciones electrónicas nacionales de acceso libre.

La Red Cariniana tiene 139 instituciones usuarias. La participación de la Red Cariniana en la Alianza LOCKSS, la más antigua y mayor red de preservación digital del mundo, representa un avance y una contribución significativa a la información científica en Brasil, pues habilitará la preservación de los contenidos de las publicaciones electrónicas brasileñas en instituciones colaborativas internacionales participantes de la iniciativa LOCKSS. Actualmente, la Red Cariniana almacena 759 títulos de periódicos electrónicos, acumula más de 8266 volúmenes preservados y tiene casi 3557 volúmenes de periódicos electrónicos en procesamiento.

## **METODOLOGIA**

Para exponer la realidad de las instituciones latinoamericanas con relación a las prácticas de preservación digital serán detalladas consultas que se ciñen al tipo de estudio descriptivo, haciendo uso de la técnica del cuestionario y entrevista personal. El objetivo de estas es trazar un escenario puntual sobre el alcance de acciones de preservación digital ejecutadas en instituciones referentes y principales actores en la gestión de archivos digitales en Iberoamérica con un enfoque en Archivos Nacionales, Bibliotecas Nacionales y Centros de Educación Superior Nacionales. Con respecto a la consulta realizada por APREDIG, esta se realizó de manera no probabilística a 30 instituciones del eje Iberoamericano -Península Ibérica y Latinoamérica-, por medio de un cuestionario de 9 preguntas durante el periodo correspondiente de diciembre 2018 a mayo 2019.

Los mismos aspectos fueron explorados en la consulta junto a los representantes oficiales de las instituciones asociadas a la Red Brasileña de Servicios de Preservación Digital, Cariniana del IBICT. En el año de 2017 fue realizado un estudio con abordaje cualitativo en el cual fueron interrogados sistemáticamente los integrantes de los equipos responsables por la manutención de las cajas LOCKSS de la red Cariniana en 15 universidades (FARIAS et al., 2018). El cuestionario adoptado constaba de preguntas no estructuradas

e semiestructuradas, con el objetivo de coleccionar información sobre las perspectivas que esas personas tenían de la estrategia de preservación adoptada y de su contexto institucional. Las respuestas contribuyeron en la verificación y elaboración de proyectos de investigación adaptados a las necesidades de cada institución asociada.

Los representantes de las universidades que participan en la red Cariniana y que respondieron el cuestionario son bibliotecarios y técnicos de informática que fueron nombrados oficialmente por la rectoría de esas instituciones en los convenios oficiales con el IBICT. El grupo seleccionado fue homogéneo por el tipo de actividad que realiza en las bibliotecas y centros de cómputo de esas universidades, eran ciudadanos envueltos con la gestión, preservación y acceso de contenidos bibliográficos, oficiales, privados y de investigación digitalizados o nacidos digitales

Con el objetivo de obtener el panorama de las prácticas de preservación, el cuestionario fue estructurado en tres grupos: interés, importancia e influencia. El primer grupo de preguntas trataba básicamente de cuestiones relativas al interés en la realización de cursos de formación, adopción de herramientas dirigidas a la preservación digital, plataformas para gestión de información digital, aplicación de auditorías, sistemas de archivo. El segundo grupo de cuestiones sirvió para analizar la importancia de la implementación de la preservación digital para la institución y la comunidad, la estimación del porcentaje de crecimiento anual del volumen de producción de archivos digitales, el tipo de producción digital más adecuado para su inclusión en la Red y prospectiva de implementación de estrategias de preservación digital. Por último, en el tercer grupo, se buscó verificar cuáles serían los factores de mayor influencia en la adopción de una estrategia de preservación digital.

## RESULTADOS Y DISCUSIÓN

### LA PERSPECTIVA IBEROAMERICANA

En la consulta sobre alcances y perfiles profesionales de preservación en Iberoamérica realizada por APREDIG en el 2019, se obtuvo una panorámica general -no específica- de adopción de políticas de preservación digital progresiva, así como un escenario sobre el uso diferenciado e incipiente de herramientas específicas de preservación digital entre software propietario y libre aplicado en actividades de preservación digital.

Tabla 1 – Disponibilidad de Políticas de Preservación Digital

Tienen políticas	23%
No tienen	26%
En proceso	46%
Otro	5%

Fuente: APREDIG, 2019.

En este resultado debemos resaltar que aunque la mayoría de los 30 participantes afirman estar en medio del proceso de creación de políticas y la presunción de incorporar una declaración escrita de compromiso ante estas actividades de preservación digital, hace falta enfatizar en distinguir a fondo las consideraciones del “que” se debe hacer en preservación digital como declaración pura de una política, y el “como” se harán detalladamente los procesos de preservación digital mas a nivel de procedimientos (5%). Los resultados de esta consulta apuntan de manera preliminar a una falta de alineación de la mayoría de las instituciones referentes en el ámbito como lo son los Archivos y las Bibliotecas Nacionales, ya que estos atienden de forma obligada esta responsabilidad -Preservación Digital- como actividad coherente y progresiva para emanar ejemplos de aplicación a las demás en la practica.

Tabla 2 – Uso de herramientas y software especializado de preservación digital

Si usan	56%
No usan	37%
En proceso	7%

Fuente: APREDIG, 2019.

En la consulta se obtiene un alto índice declarado de adopción y uso de herramientas modulares o de servicio completos de preservación digital, la cual mantiene una lógica con la declaración de disposición de políticas de preservación digital. Debemos mencionar que se ha encontrado que algunos participantes de la consulta hacen referencia a herramientas como especializadas en preservación digital, cuando algunas no corresponden a esta denominación específica. Se denota una confusión y contextualización sobre herramientas de difusión y preservación digital que debe atenderse para obtener una panorámica de mayor orientación funcional de herramientas modulares y software con servicios plenos de preservación digital.

Tabla 3 – Uso de herramientas y software especializado de preservación digital de tipo propietario

LIBSAFE - LIBNOVA	75%
ARCA	25%

Fuente: APREDIG, 2019.

Tabla 4 – Uso de herramientas y software especializado de preservación digital de tipo libre

LOCKSS	27%
Archivematica	55%
Otros	18%

Fuente: APREDIG, 2019.

En el caso de distinción sobre el uso de herramientas y software de tipo propietario o libre, se encuentra una perspectiva de contraste situada en la adopción política y filosófica de soluciones. Archivos y Bibliotecas Nacionales, mantienen una solida alineación con sus políticas institucionales que dictan el uso exclusivo de herramientas y softwares de tipo propietario por temas de garantía y seguridad nacional de patrimonio físico y digital, las cuales hacen extensivas en la utilización de sistemas de preservación digital con servicios plenos y profesionales de tipo propietario.

Por otro lado, se denota un grupo de instituciones que hacen uso (o mantienen a prueba) de herramientas de software libre, apostando a los retos y riesgos de las curvas de aprendizaje técnico que estos suponen al implementar herramientas independientes, modulares o de participación en programas comunitarios distribuidos, que por distintas causas que pueden ser orientados por filosofías de uso de software libre o el alcance de presupuesto destinado a la gestión del patrimonio digital.

En este sentido debemos recordar que más que los factores tecnológicos, uno de los principales motivos por los que la preservación digital se ve obstaculizada como actividad, es la falta de preparación, viabilidad y sostenibilidad institucional para entender hacia donde se pretende ir, y cual es el mejor camino para garantizar el acceso y la preservación digital a largo plazo de la información institucional (KEEFER; GALLART, 2014).

## LA PERSPECTIVA BRASILEÑA

La realidad detectada en el Brasil, evidencia el inicio de la aplicación de algunas metodologías, técnicas y soluciones para la preservación de documentos digitales, el estado de esas prácticas y de lo que comienza a manifestar como tendencias en instituciones brasileñas.

Hubo retorno de las 15 instituciones asociadas, lo que representa una tasa del 100% de cobertura. Se trabajó con ese universo bajo la perspectiva de obtener datos reales de la totalidad de los socios, ya que el universo está formado por una cantidad de instituciones viable para tal obtención. Es importante resaltar que, de las instituciones participantes, el 80% son universidades federales brasileñas, en cuanto a los representantes que respondieron a la encuesta en cuestión, el 93% son profesionales de la información y el 53% poseen doctorado.

Por medio del análisis de los datos referentes a los responsables del archivo de los acervos digitales de cada institución (cuestión 1), se verificó que el responsable del archivamiento de las publicaciones académicas, fotografías, vídeo, tesis y disertaciones, en aproximadamente el 50% de los casos es la biblioteca; los demás responsables de estos acervos se distribuyen entre centros de procesamiento y comunicación, archivos o no existen. Con respecto a los acervos de audios, datos de investigación, páginas web y de blogs fue constatado que en la mayoría de las instituciones no hay sector responsable de este servicio o ellos son desconocidos. Por su parte, los documentos archivísticos están bajo la responsabilidad de los archivos en el 73% de las instituciones.

Figura 1 – Preguntas aplicadas en el cuestionario

- 1) Quais setores da sua instituição são responsáveis pelos arquivamento dos seguintes acervos digitais:  
**GRUPO 1: INTERESSE**  
**TEMA: Tecnologia**
- 2) Qual é o interesse da sua instituição na adoção de ferramentas dirigidas à preservação de documentos digitais:  
 3) Qual é o interesse da sua instituição em participar de um repositório digital de preservação digital central para todos os membros da Rede Cariniana:  
 4) Qual é o interesse da sua instituição na elaboração de guias para integração de ferramentas de preservação digital como o LOCKSS e Archivematica com seus atuais sistemas de gestão da informação em formato digital (Dspace, AtoM, Dataverse e outros):  
**TEMA: Gestão**
- 5) Qual é o interesse que sua instituição poderia ter na realização de cursos e treinamentos na área de preservação digital:  
 6) Qual é o interesse da sua instituição na aplicação de auditorias de preservação digital nos sistemas de informação locais:  
 7) Qual é o interesse da sua instituição de trabalhar colaborativamente em atividades de preservação digital (auto-auditorias, políticas de gestão de repositórios confiáveis, escolha de sistemas apropriados para o armazenamento seguro, etc.):  
 8) Qual é o interesse da sua instituição em desenvolver colaborativamente uma iniciativa de arquivamento seguro de documentos digitais:  
**TEMA: Expectativa**
- 9) Que outros serviços de preservação digital a sua instituição desejaria que a Rede Cariniana oferecesse?  
 10) Das seguintes ferramentas, quais delas a sua instituição: usa, está adotando ou esta interessada em analisar:
- |                            |                         |              |
|----------------------------|-------------------------|--------------|
| a) DSpace                  | d) Open Monograph Press | g) Dataverse |
| b) Open Journal Systems    | e) AtoM                 | h) Heritrix  |
| c) Open Conference Systems | f) Archivematica        | i) Invenio   |
- 11) Existem outras plataformas para gestão de informação digital sendo usadas ou nas quais a sua instituição está interessada? Favor mencionar quais:  
 12) A sua instituição estaria interessada em outros sistemas de arquivamento digital além do LOCKSS? Quais:  
**GRUPO 2: IMPORTÂNCIA**  
**TEMA: Disseminação das práticas de preservação digital**
- 13) Qual é a importância da preservação digital na sua instituição:  
 14) Qual é a importância de que os bibliotecários e arquivistas na sua instituição comuniquem o valor da preservação digital na comunidade universitária local:

Fuente: FARIAS et al. (2018).

El primer grupo de cuestiones se agrupó en tres temas específicos relacionados con el interés en: tecnología, gestión y expectativa en las herramientas de preservación digital. Las cuestiones 2 a 4 se referían al tema de la tecnología; al analizarlas fue posible verificar que el 86% de las instituciones quisieran adoptar herramientas dirigidas a la preservación de documentos digitales, el 73% desean participar en repositorios digitales, mientras que sólo el 66% tiene interés en la elaboración de guías para la integración de herramientas.

El tema gestión abarca ítems relacionados con la gestión de servicios y prácticas orientados a la preservación digital, en él se encuentran las cuestiones 5 a 8. Al examinarlas, se verificó que todas las instituciones (100%) tienen interés en la realización de cursos y los entrenamientos dirigidos a esta práctica, pero sólo el 66% de ellos les gustaría participar en trabajos colaborativos en actividades de preservación digital. Sin embargo, se constató que cerca del 75% aplicarían auditorías de preservación digital en los sistemas de información locales.

Por último, el tema expectativas corresponde a las preguntas 9 a 12, que revelan el interés y la expectativa de las instituciones para las herramientas, plataformas y sistemas de preservación digital.

La cuestión 9 verifica que el 60% de las instituciones desean que la Red Cariniana ofrezca como servicios de capacitación orientados a la preservación digital, autenticación y auditoría de datos científicos, documentación histórica entre otros; el 26,6% de las instituciones desean la construcción de política de información orientada a instituciones universitarias, pero el 13,3% no supieron informar. La cuestión 10 está relacionada al uso, adopción o análisis de herramientas para preservación digital. Se observó que de las 15 instituciones evaluadas 14 (93,3%) ya utilizan el DSpace y el Open Journal Systems. También fue posible verificar que la mayoría de ellas, cerca del 55%, tienen interés en las demás herramientas citadas, pero alrededor del 30% no tienen opinión aproximadas de estas herramientas.

Por medio de la pregunta 11, se observó que el 53,3% de las instituciones no utilizan o no tienen interés en otras plataformas para gestión de información digital y, entre las que tienen interés, el 20% quisieran utilizar el DSpace y el 13% el SEI. Por último, en la pregunta 12, se constató que el 33% de las instituciones tienen interés en otros sistemas de archivo digital además del LOCKSS, el 33% no tiene interés y el otro 33% no posee ese conocimiento.

Figura 2 – Preguntas aplicadas en el cuestionario

- 10) Das seguintes ferramentas, quais delas a sua instituição: usa, está adotando ou esta interessada em analisar:
- |                            |                         |              |
|----------------------------|-------------------------|--------------|
| a) DSpace                  | d) Open Monograph Press | g) Dataverse |
| b) Open Journal Systems    | e) AtoM                 | h) Heritrix  |
| c) Open Conference Systems | f) Archivematica        | i) Invenio   |
- 11) Existem outras plataformas para gestão de informação digital sendo usadas ou nas quais a sua instituição está interessada? Favor mencionar quais:
- 12) A sua instituição estaria interessada em outros sistemas de arquivamento digital além do LOCKSS? Quais:
- GRUPO 2: IMPORTÂNCIA**
- TEMA: Disseminação das práticas de preservação digital**
- 13) Qual é a importância da preservação digital na sua instituição:
- 14) Qual é a importância de que os bibliotecários e arquivistas na sua instituição comuniquem o valor da preservação digital na comunidade universitária local:
- TEMA: Tipologias documentais**
- 15) Qual tipo de produção digital da sua instituição você considera que é o mais adequado para inclusão na rede Cariniana:
- TEMA: Crescimento das atividades de preservação digital**
- 16) Qual é a estimativa de porcentagem de crescimento anual do volume de produção de arquivos digitais na sua instituição:
- 17) Qual é a porcentagem de implementação de estratégias de preservação digital que a sua instituição tem nos próximos 5 anos?
- GRUPO 3: INFLUÊNCIA**
- 18) Na sua instituição quais dos seguintes fatores teriam maior influência na adoção de uma estratégia de preservação digital:

Fuente: FARIAS et al. (2018).

Con respecto al segundo grupo de preguntas, se resalta que está distribuido en tres temas: diseminación de las prácticas de preservación digital, tipologías documentales y crecimiento de las actividades de preservación digital. En cuanto al tema tipología documental, evidenciado en la pregunta 15, las instituciones citan como la producción digital más adecuada para inclusión en la Red Cariniana: publicaciones académicas (46%), tesis y disertaciones (34,5%), repositorios digitales (15% y, por último, libros y capítulos de libros (11,5%).

En el tema diseminación de las prácticas de preservación digital, englobado por las cuestiones 13 y 14, se verificó que para el 86,6% de los encuestados la preservación digital tiene importancia alta o muy alta para sus instituciones. Además, el 80% de los encuestados considera muy importante que los bibliotecarios y archivistas en su institución comuniquen el valor de la preservación digital en la comunidad universitaria local.

Sin embargo, en el tema crecimiento de las actividades de preservación digital, compuesto por las cuestiones 16 y 17, se verificó que el 53% de los encuestados no saben estimar el porcentaje de crecimiento anual del volumen de producción de

archivos digitales en su institución, sin embargo siete instituciones supieron medir su estimación de crecimiento, siendo que cuatro de ellas estiman un crecimiento del 1% al 50% y sólo 3 intuiciones suponen que habrá un crecimiento del 51% al 100%. En lo que se refiere a la prospectiva de implementación de preservación digital para los próximos 5 años, se constató, según datos de la figura 5, que la mitad de las instituciones no poseen esta estimación, mientras que sólo un tercio de ellas estiman un porcentaje del 76% al 100% para la implantación de técnicas de preservación digital en un futuro próximo.

Por último, en el tercer grupo se investiga, a través de la pregunta 18, qué factores tienen mayor influencia en la adopción de una estrategia de preservación digital. Con ello, se puede notar que las instituciones consideran que la carencia de recursos humanos es el que más influye (22,9%) en la adopción de una estrategia, seguida de la falta de personal especializado (18,7%), un presupuesto específico (18,7%), el acceso a los recursos de TI (14,5%), derechos de autor y propiedad intelectual (14,5%) y, por último, del desconocimiento de la preservación digital (10,4%)

Figura 3 – Preguntas aplicadas en el cuestionario

na rede Cariniana:

**TEMA: Crescimento das atividades de preservação digital**

16) Qual é a estimativa de porcentagem de crescimento anual do volume de produção de arquivos digitais na sua instituição:

17) Qual é a porcentagem de implementação de estratégias de preservação digital que a sua instituição tem nos próximos 5 anos?

**GRUPO 3: INFLUÊNCIA**

18) Na sua instituição quais dos seguintes fatores teriam maior influência na adoção de uma estratégia de preservação digital:

- Falta de pessoal especializado
- Carência de recursos humanos
- Acesso aos recursos de TI
- Orçamento específico
- Desconhecimento da preservação digital
- Direitos autorais e propriedade intelectual

Fuente: FARIAS et al. (2018)

Entre los aspectos mencionados como determinantes para el desarrollo de proyectos y acciones de preservación digital está la elaboración de políticas de preservación digital institucionales. A ella se agregan acciones de definición de planes de preservación orientados a sistemas de información ya consolidados. Existe una percepción generalizada de que los repositorios institucionales están en desarrollo y que más procedimientos de descripción de metadatos y almacenamiento deben ser adoptados en la administración de los sistemas. Con toda esa visión, innumerables aspectos técnicos y de gestión no mencionados, planteando el problema de la percepción de las competencias y acciones de preservación digital sin resolver.

En Brasil existen varias áreas de investigación que abordan temas relacionados con la preservación digital. Centros de estudios en universidades como la Universidad Federal de Santa María y en el Archivo Nacional en Rio de Janeiro han tratado de las normas archivísticas que deben ser observadas por los profesionales que trabajan con documentación patrimonial en museos y archivos (THOMAZ; SOARES, 2004). La preocupación con la adopción de normas y padrones está diseminada ampliamente en instituciones gubernamentales como la Cámara de Diputados que aplica formatos estandarizados en sus archivos y en bibliotecas universitarias que exigen el depósito de artículos y tesis en formato PDF/A. También, por iniciativa del Archivo Nacional, la norma ISO 14721:2003 fue traducida al Portugués y publicada como norma brasileña con la finalidad de esclarecer la terminología básica de la preservación a largo plazo y la identificación de los procesos claves correspondientes.

Uno de los ámbitos que están siendo atendidos por la red Cariniana es el de la formación en Preservación Digital. En algunas áreas de dominio de la Ciencia de la Información se están desarrollando competencias relacionadas con la preservación digital. Desde su inicio la red Cariniana del Ibiect viene ofreciendo cursos de corta duración sobre la base de la cooperación de especialistas y profesores.

La demanda es enorme y la solución ha sido la estructuración de un programa de formación en preservación digital que ya cuenta con 10 módulos temáticos, abordando temas como, digitalización, preservación de acervos audiovisuales, archivísticos, de datos de investigación, museológicos, etc.

Desde que la red Cariniana entró en servicio en 2013, los proyectos colectivos e individuales se han originado por demanda de los investigadores que formaron el Grupo de Investigación de la Red, produciendo material bibliográfico y de apoyo a algunos de los proyectos que ya están en funcionamiento. El trabajo colaborativo ha sido el camino usado por la Coordinación de la Red y por los representantes de las universidades y centros de investigación que la integran. Con la formación de la primera red de preservación de periódicos brasileños en la plataforma OJS, se avanzó rápidamente en el establecimiento de soluciones de preservación distribuida, aprovechando la aplicación LOCKSS de la Universidad de Stanford, permitiendo así la gestión local del sistema de preservación (cajas LOCKSS) y empezando a dejar claro que la preservación digital es un sector importante para la atribución de calidad y confiabilidad en las instituciones.

Algunos argumentos dejaron clara la necesidad de disponer de más recursos humanos y financieros para una gestión eficaz de posibles acciones a favor de la preservación de largo plazo de los acervos digitales. Fue mencionada la necesidad de que las funciones de preservación sean independientes de la administración de los servicios de información institucionales y de que sean instituidas equipos técnicos responsables por esas actividades. A adopción de herramientas como Archivematica por la mayoría de las instituciones patrimoniales en el país está levantando nuevas problemáticas relacionadas con la integración entre sistemas de información institucionales, el control de formatos técnicos y capacidades de almacenamiento. Los trabajos del Archivo Nacional de Brasil y de la Fundación Oswaldo Cruz ven siendo aprovechados como ejemplos para archivos, museos y bibliotecas en el país.

## CONCLUSIONES

Como afirma el profesor Miquel Térmens (2009), “la preservación digital todavía es un área de trabajo poco conocida a nivel mundial, en parte debido a su corta existencia y al reducido número de especialistas que se dedican a ella.”

Con lo que respecta a la consulta Iberoamericana sobre disponibilidad de políticas y uso de herramientas de preservación digital, podemos concluir que en su dimensión cultural -que se puede traducir en la creación y disposición de políticas de preservación digital y declaración de compromiso institucional-, se observa un sentido “positivo”, ya que muchas de las políticas declaradas en existencia, están disponibles para su consulta en línea; lo que nos deja ver un escenario de adopción cultural paulatino sobre la consideración de importancia de la preservación digital a nivel de compromiso y actividad en el grupo principal de instituciones referentes a nivel Iberoamericano, que pueden servir de modelos y ejemplo para otras instituciones en su adopción y declaración cultural.

Con lo que respecta a la dimensión técnica de la preservación digital -usos de herramientas y tecnología-, encontramos de manera general una situación de mediano entendimiento sobre las facultades, prestaciones y definición funcional de una herramienta técnica especializada en preservación digital, ya que su percepción -en algunos casos-, esta orientada y entendida a una función de tipo “correctiva” con una acción técnica puntual, que en ocasiones no corresponde a una actividad específica de preservación digital, y que la acota de un sentido mas amplio de carácter “preventivo integral”, como finalidad de un proceso de gestión, administración y curación digital.

La conjunción de las orientaciones resultantes sobre la adopción mediana y paulatina de acciones en sus dimensiones culturales y técnicas de preservación digital, nos dejan ver que las instituciones Iberoamericanas -Principalmente Archivos y Bibliotecas Nacionales-, están trabajando en desarrollo de proyectos digitales y profesionalizando sus competencias formativas con vistas a la preservación digital; no obstante, de deben triangular las dimensiones culturales y técnicas con el escenario de organización, para que se piense en la preservación digital como un fin integral en la gestión y administración digital, que ayude a que los proyectos digitales encaminados a la preservación digital de patrimonios Iberoamericanos se conviertan en programas oficiales y reconocidos en el ámbito de instituciones referentes en la gestión de archivos, ya que el incipiente conocimiento del conjunto de acciones, políticas y estrategias encaminadas al aseguramiento de los contenidos digitales a largo plazo, se esta convirtiendo en una voz unánime de preocupación, compromiso y responsabilidad por salvaguardar el patrimonio cultural digital a nivel mundial.

Del estudio elaborado en el Brasil, puede concluirse que las instituciones envueltas en la primera red nacional de preservación digital distribuida en América Latina, han adoptado pocas actividades de preservación digital fuera de la relacionada con los periódicos electrónicos. Puede deducirse que ninguna de ellas puede garantizar la preservación digital a largo plazo, ni el reúso de todo el material digital que producen.

Se constató que las instituciones asociadas de la Red Cariniana poseen interés en las actividades dirigidas a la preservación de sus acervos digitales, considerando este un factor extremadamente relevante para la longevidad de sus informaciones. Sin embargo, se observó una contradicción entre lo que las instituciones consideran importante en el área de preservación digital y lo que pretenden efectivamente desarrollar, ya que la mayoría de ellas no poseen perspectiva de crecimiento, ni prospectiva de establecimiento de estrategias de preservación digital para los próximos años.

Este cuadro puede ocurrir debido a la falta de recursos específicos para el desarrollo de esta práctica, como la ausencia de profesionales especializados, de presupuestos propios y de amparo tecnológico. Tales dificultades han sido un desafío en la preservación de sus acervos digitales, aún así las instituciones buscan superar estos obstáculos participando colaborativamente de proyectos de la Red Cariniana. En cambio, se observó que falta la elaboración de criterios establecidos por medio de planificaciones y políticas en las instituciones que orienten el desarrollo de las prácticas de preservación digital.

La insipiente de acciones prácticas de las instituciones de la Red, puede ser contornada no sólo con trabajos teóricos, sino principalmente a través de una participación más efectiva con la implementación de acciones continuas de mantenimiento de la información digital para la estandarización de esta práctica. Por lo tanto, se recomienda que las instituciones asociadas de la Red, elaboren de acuerdo con sus necesidades, políticas específicas a este fin, estudiando las herramientas de preservación más adecuadas, desarrollando guías de orientación sobre la integración de estas herramientas y también ofreciendo cursos de capacitación para sus respectivos profesionales a fin de atender las demandas presentes en su medio.

---

## REFERENCIAS

- CABERO, M. M. Preservação digital: retos, experiências e oportunidades. *Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação*, Brasília, v. 12, n.1, p.120-144, 2018.
- CUNHA, M. B. D.; BOERES, S. Competências para a preservação e curadoria digitais. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Brasília, v. 14, n. 3, p. 426-449, 2016.
- FARIAS, J. P.; ARAUJO, L. M. de S.; EVANGELISTA, R. L. Percepções da importância da Preservação digital. *Revista Iberoamericana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 200-218, jan. /abr., 2018. ISSN 1983-5213.
- GLADNEY, M. H. Digital preservation in a national context: Questions and views of an outsider. *D-Lib Magazine*, [S.L.], v.13, n.2, 2007.
- HIRTLE, P. B. The history and current state of digital preservation in the United States. [S.L.]: CIP (CU Library Initiatives in Publishing), 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT. *Rede Nacional de Serviços de Preservação Digital – Rede Cariniana*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://cariniana.ibict.br/>. Acesso em: 06 maio 2019.
- LEIJA, D.; TÉRMENS, M. Análisis del estado de la preservación digital en los repositorios de las universidades mexicanas. In: MERLO-VEGA, J. A. (ed.). *Ecosistemas del Acceso Abierto*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018.
- MÁRDERO ARELLANO, M. A. Cariniana: uma rede nacional de preservação digital. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 41, n. 1, p. 83-91, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2127/1794>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- TÉRMENS I GRAELLS, M. Preservação digital em 2009. *Anuario ThinkEPI*, [S.L.], v.4, p. 224-230, 2010.
- THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J. A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, fev. 2004.

# O Ibict na Agenda 2030: o conhecimento como forma de inclusão

**Fernanda Aléssio Oliveto**

Mestre em Educação e Ecologia Humana pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, DF – Brasil.

Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Brasília, DF – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7086653647923783>

E-mail: [fernandaoliveto@yahoo.com.br](mailto:fernandaoliveto@yahoo.com.br)

## RESUMO

A Agenda 2030 foi elaborada para transformar o mundo e garantir um futuro com inclusão social e qualidade de vida para as próximas gerações. Em um esforço conjunto, conclamaram-se todas as instituições (fossem particulares ou de governo) a abraçar os 17 objetivos propostos pela Agenda e a identificar esses objetivos nas atividades realizadas pelas instituições. Neste artigo, a partir do documento elaborado pela IFLA, no qual se identificam as ações que as bibliotecas podem apoiar, analisei os produtos e serviços oferecidos pelo Ibict, instituto que vem, há mais de 50 anos, produzindo e difundindo informação em ciência e tecnologia no Brasil e no exterior. O resultado mostra que o Ibict está alinhado à Agenda 2030 e tem enorme potencial para cumprir os 17 objetivos propostos pela ONU.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Inclusão social. Bibliotecas. Ciência e tecnologia.

## ***Ibict in the 2030 Agenda: knowledge as a form of inclusion***

### **ABSTRACT**

*The 2030 Agenda is designed to transform the world and ensure a future with social inclusion and quality of life for future generations. In a joint effort, all institutions (private or governmental) were urged to embrace the 17 objectives proposed by the Agenda and to identify those objectives in the activities undertaken by the institutions. In this article, based on the document prepared by IFLA, which identifies the actions that libraries can support, I analyzed the products and services offered by IBICT, an institute that has been producing and disseminating information on science and technology in Brazil for over 50 years and abroad. The result shows that IBICT is aligned with the 2030 Agenda and has enormous potential to meet the 17 UN objectives.*

**Keywords:** Sustainable development. Social inclusion, Libraries. Science and technology.

## ***Ibict en la Agenda 2030: el conocimiento como forma de inclusión***

### **RESUMEN**

*La Agenda 2030 está diseñada para transformar el mundo y garantizar un futuro con inclusión social y calidad de vida para las generaciones futuras. En un esfuerzo conjunto, se instó a todas las instituciones (privadas o gubernamentales) a adoptar los 17 objetivos propuestos por la Agenda e identificar esos objetivos en las actividades emprendidas por las instituciones. En este artículo, basado en el documento preparado por IFLA, que identifica las acciones que las bibliotecas pueden apoyar, analicé los productos y servicios ofrecidos por IBICT, un instituto que ha estado produciendo y diseminando información em ciencia y tecnología en Brasil durante más de 50 años y en el exterior. El resultado muestra que IBICT está alineado con la Agenda 2030 y tiene un enorme potencial para cumplir con los 17 objetivos de la ONU.*

**Palavras clave:** Desarrollo sostenible. Inclusión social. Bibliotecas. Ciencia y tecnología.

## INTRODUÇÃO

O homem não é tão velho como o mundo.

Ele nada possui, a não ser seu próprio futuro.

Paul Eluard

A humanidade nunca esteve tão consciente como agora de que, para haver futuro, é necessário que aconteça uma mudança radical de hábitos e a realização de ações e esforços comuns, em diversos aspectos, para que as próximas gerações consigam melhores condições de vida do que as atuais e as passadas. Mas a ideia não é recente. No início da década de 60, o livro *Silent Spring (Primavera Silenciosa)*, de Rachel Carson, capturou a atenção do mundo ao denunciar os efeitos negativos do uso dos pesticidas para a saúde humana e a preservação do meio ambiente, gerando, assim, o primeiro grande impulso do que hoje chamamos “movimento ambiental”. A ideia de que a ciência aplicada ao progresso nem sempre é benéfica para o mundo foi, aos poucos, tomando impulso.

Assim, apesar de ter sido uma obra polêmica devido ao caráter alarmista e até sensacionalista, para alguns, o fato é que a *Primavera Silenciosa* chamou a atenção necessária para iniciar a conversa sobre o que, anos depois, resultaria em ações de engajamento social, ecológico e econômico, dando origem à Agenda 2030. Entretanto, a primeira vez que se ouviu oficialmente o conceito “desenvolvimento sustentável”, que resume as reivindicações e tenta assegurar a vida, foi em 1987, em um documento elaborado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtand, à época liderando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU). No relatório, também conhecido como *O Nosso Futuro Comum*, define-se desenvolvimento sustentável o que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Desde então o termo passou a ser utilizado, e a noção de um futuro comum, possível apenas se – e tão somente se – todos os seres humanos, qualquer que seja sua cor, raça, nacionalidade, e seus governos, cuidarem deste grande lar.

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Eco-92, resultando no lançamento da Agenda 21. Com ela, cada país estabeleceu ações prioritárias nos setores de educação, saúde, sustentabilidade, de maneira a se comprometer com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Em 2015, mais de 20 anos depois da Eco-92, durante encontro realizado em Nova Iorque, foi estabelecido pelos líderes mundiais presentes o que o secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, considerou ser a *Declaração global de independência*.

O documento produzido, denominado Agenda 2030, é um plano de ação voltado à erradicação da pobreza e à promoção do desenvolvimento sustentável. Ao todo são 17 objetivos e 169 metas que se complementam e que estão associados a três dimensões do desenvolvimento sustentável: dimensão econômica, social e ambiental.

A Agenda 2030 propõe que a mudança ocorra em nível local para, então, expandir-se em nível global, por meio de ações efetivas e que asseguram um futuro mais justo e equilibrado para os povos. Com o lançamento da Agenda, foi assinado um documento no qual se ressaltava a necessidade de todos os países se comprometerem com os objetivos e metas definidas. Assim, fez-se urgente a organização e mobilização da sociedade, do governo, das empresas privadas, de todos os habitantes do planeta.

Nesse intuito de identificar os objetivos e as metas com as quais poderiam contribuir, a Federação Internacional de Associação de Bibliotecas e Instituições (IFLA) realizou o levantamento das ações em que as bibliotecas teriam importante papel para consecução do proposto pela Agenda 2030. No documento, partindo de uma análise das atividades finalísticas das bibliotecas, foram identificados pontos de convergência, destacando-se a importância das bibliotecas como agentes de mudança.

A partir desse documento elaborado pela IFLA, analiso neste artigo os produtos e serviços do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência de sua atuação em produzir informação em ciência e tecnologia, para verificar sua consonância com o documento da IFLA e, conseqüentemente, com a Agenda 2030.

Criado em 1954, o Ibict tem hoje a missão de promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico. Tendo se consolidado ao longo dos anos como órgão brasileiro responsável pela coordenação das atividades de informação em ciência e tecnologia, o instituto colabora com diversos setores, a partir da pesquisa e criação de soluções em tecnologia de informação e comunicação. Assim, sua missão vai ao encontro da Agenda, devido ao potencial de levar tecnologia, informação e comunicação ao país e, conseqüentemente, formar pessoas, reduzir desigualdades, promover a divulgação científica e a propagação do conhecimento.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO

Para verificar a contribuição do Ibict no cumprimento da Agenda 2030, utilizei como base o Documento Técnico resultante do Projeto 914BRZ2005 – Ibict, Edital n. 018/2017, que fez um levantamento dos produtos e serviços oferecidos pelo Ibict e os classificou em dois tipos: com “potencial direto”, que são aqueles cuja execução, por si só têm capacidade de atingir dado objetivo, e com “potencial indireto”, ou seja, que contribui para o cumprimento do objetivo, ainda que não de maneira imediata.

Todos os produtos e serviços do Ibict, disponibilizados no site da instituição (quadro 2), estão organizados em seis grandes temas: informação para a sociedade, informação para a pesquisa, pesquisa e pós-graduação, tecnologias para informação, publicações e informação para gestão em C&T.

No primeiro bloco, voltado à sociedade, estão a Avaliação do Ciclo de Vida, o Canal Ciência, o Programa de Aprendizagem Informacional, o Mapa da Inclusão Digital, a Rede APLmineral, o projeto Saberes do Cerrado e o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas. O segundo reúne serviços de informação para pesquisa, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o Programa de Comutação Bibliográfica, entre outros. O terceiro refere-se à pesquisa em ciência da informação e à formação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. O quarto aborda as tecnologias disponibilizadas para informação, entre as quais se destacam a Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital e o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. O quinto bloco é o das publicações, que inclui a revista *Ciência da Informação e a Inclusão Social*, além de outras, e, por fim, no sexto bloco está o serviço de informação para gestão em C&T, com informações sobre oferta e procura de emprego especializado na área.

Em todos os produtos e serviços é possível identificar, em maior ou menor grau, o potencial para apoiar a Agenda 2030. O Mapa da Inclusão Digital, por exemplo, traz dados relevantes sobre a inclusão digital no Brasil que podem subsidiar decisões governamentais para a elaboração de políticas públicas e o aporte de recursos nas áreas com menos inclusão, o que, diretamente, contribui para a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que é um dos objetivos da Agenda.

Por sua vez, o Projeto Saberes do Cerrado apresenta, em diferentes linguagens, para públicos variados – desde biólogos pesquisadores até crianças em idade escolar – toda a riqueza do Cerrado, ajudando, por meio do conhecimento e da sensibilização, a preservar o bioma e a valorizar a conservação do meio ambiente. Com o projeto podem ser atingidos vários objetivos, entre os quais “deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”.

Ao divulgar o conhecimento de modo democrático, permitindo o acesso de grande quantidade de pessoas, independentemente de sua cor, origem, gênero, ideologia, o IBICT vai ao encontro dos objetivos de alcançar a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres e meninas, reduzir a desigualdade entre os países e promover sociedades inclusivas para o desenvolvimento sustentável. Com seus periódicos científicos e os repositórios institucionais que ajuda criar e alimentar, o instituto é uma fonte de conhecimento em constante atualização. Assim também se destaca o Canal Ciência, que organiza e disponibiliza uma riqueza de conteúdos de divulgação científica, produzindo materiais acessíveis, como jogos, cartilhas e blogs, para os públicos mais heterogêneos. Todo esse arcabouço contribui para o desenvolvimento humano, pois o conhecimento é o diferencial na atualidade. O que chamamos de sociedade do futuro, só terá futuro se as nações souberem utilizar a informação em proveito de todos. Esse é o cerne da Agenda 2030, pensamento do qual os signatários devem comungar: o conhecimento liberta, muda a vida, cria realidades melhores.

Há mais de duas décadas, Tarapanoff (1996) dizia: “talvez o ano 2000, ou 2100, seja o advento de uma sociedade justa, mais equilibrada. (...) Essa nova sociedade será determinada em função das gerações futuras, que demandarão todo o processo de desenvolvimento sustentado (...) desde a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ambiental até a mudança institucional”. Estamos em 2019, e a sociedade ainda anseia por esse mundo mais justo e igualitário. Porém, hoje é possível vislumbrar com maior clareza ações mais concretas para a melhoria da qualidade de vida no planeta, como as desenvolvidas pelo Ibict ao longo de sua criação. Esse movimento em torno de um objetivo comum é esforço individual e conjunto, e diz respeito a todos os que desejam viver com mínimas condições de saúde, de educação, de conforto, de segurança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com produtos, serviços, projetos e programas que promovam a divulgação do conhecimento de maneira democrática, é possível alcançar o desenvolvimento em todos os sentidos – econômico, social, cultural – e com ética e respeito à diversidade, as instituições poderão corroborar o que foi definido pelos países signatários da Agenda da ONU. Ao se comprometer, na introdução da Declaração que “ninguém será deixado para trás”, a Agenda 2030 assume que os países se encontram em estágios diferentes de desenvolvimento, mas não ficarão sozinhos. A igualdade só será atingida a partir das ações de todas as esferas, e cabe ao governo e aos órgãos a ele vinculados estabelecer agendas positivas, que não percam de vista o ano de 2030. Estamos no caminho, mas ainda há muito o que fazer nos próximos 11 anos.

Nesse sentido, o Ibict vem mostrando que é possível, dentro de sua missão, fazer o diferencial proposto pela ONU, realizando, por meio de suas atribuições legais, não apenas um cumprimento institucional burocrático, mas estando cômico de que tem o poder de fazer do conhecimento uma forma de inclusão.

---

## REFERÊNCIAS

- Documento Técnico. Projeto 914BRZ2005 – IBICT, Edital n. 018/2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, [S.l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br>
- TARAPANOFF, K. O profissional da informação pensando estrategicamente. In: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 1996, Londrina. *Anais* [...]. Londrina: UEL/ Departamento de Biblioteconomia, 1996. p. 115-141.

## ANEXO A

### Quadro 1 – Objetivos da Agenda 2030

#### **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

## ANEXO B

Quadro 2 – Produtos e serviços do IBICT\*

Rede Brasileira de Informação dos Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral – RedeAPLmineral
Avaliação do Ciclo de Vida (ACV)
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)
Biblioteca do IBICT
Canal Ciência
Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN)
Centro Brasileiro do ISSN
Centro Brasileiro do Latindex
COMUT
Diadorim
Diretório Luso-Brasileiro
Sistema para Construção de Repositórios Institucionais Digitais (DSpace)
Fomento à Pesquisa em C&T no Brasil
Liinc em Revista
Logeion: Filosofia da Informação
Mercado de trabalho em C&T
Mapa da Inclusão Digital (MID)
Monitoramento em Ciência da Informação
Oasisbr
Portal do Livro Aberto em CT&I
Programa de Aprendizagem Informacional
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Projeto Saberes do Cerrado
Rede Bibliodata
Rede Cariniana
Repositórios Digitais
Revista Ciência da Informação
Revista Inclusão Social
Repositório Institucional Digital do IBICT (RIDl)
Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT)
Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)
Sistema de Organização e Acompanhamento de Conferências (SOAC)
Bibliotecas Virtuais Temáticas (BVT)
Software para Gerenciamento de Tesouros (TECER)
Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação

\* Informação obtida no portal do IBICT em dezembro de 2019.

# Além dos livros: a biblioteca pública enquanto espaço de inclusão, ação e interação

## **Izabel França de Lima**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, MG - Brasil. Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa, PB - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2774920113255079>

E-mail: [belbib@gmail.com](mailto:belbib@gmail.com)

## **Fabiana da Silva França**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa, PB - Brasil. Bibliotecária da Editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa, PB - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0843349256910839>

E-mail: [fabiana21franca@gmail.com](mailto:fabiana21franca@gmail.com)

## **Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante**

Mestre em Gestão de Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa, PB - Brasil. Coordenadora da Divisão de Administração da Editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa, PB - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2435902520874450>

E-mail: [gefabiane@gmail.com](mailto:gefabiane@gmail.com)

## **Tatiana de Fátima Cavalcante Silva**

Especialista em Gestão de Pessoas e Empresarial pela Universidade Potiguar (UnP) - Natal, RN - Brasil. Coordenadora da Biblioteca Juarez da Gama Batista - João Pessoa, PB - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6226629322835770>

E-mail: [tatianafcs@hotmail.com](mailto:tatianafcs@hotmail.com)

## **Cybelle Macedo Nunes**

Especialista em Gestão da Organização Pública pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - João Pessoa, PB - Brasil. Coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Paraíba - João Pessoa, PB - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2304187449405072>

E-mail: [cybellemn@gmail.com](mailto:cybellemn@gmail.com)

## **Anelise Macedo Dantas de Melo**

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa, PB - Brasil. Coordenadora da Biblioteca Pública Aderbal Piragibe - Cabedelo, PB - Brasil.

E-mail: [anelisemdm@hotmail.com](mailto:anelisemdm@hotmail.com)

## **Aline Alencar Francisco**

Graduada em Artes Visuais pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) - São José do Rio Preto, SP - Brasil. Contadora de histórias e Gestora da Companhia Forrobodó de Teatro - João Pessoa, PB - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3169125451468278>

E-mail: [aline\\_alencar13@hotmail.com](mailto:aline_alencar13@hotmail.com)

## **Danielle Cristina Gomes Antonacci**

Graduada em Gestão da Tecnologia da Informação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)- Tubarão, SC - Brasil. Contadora de histórias e Gestora do Grupo Contação da Rua - João Pessoa, PB - Brasil.

E-mail: [daniellegomes23@yahoo.com.br](mailto:daniellegomes23@yahoo.com.br)

## RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar as ações para implementação do projeto de incentivo à leitura em bibliotecas públicas intitulado “Más allá de los libros”, que visa sensibilizar, a partir dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco, crianças e jovens em vulnerabilidade social na Paraíba. O projeto foi idealizado pela equipe da Biblioteca Municipal Ricardo León de Galapagar, na Espanha, e foi selecionado pelo Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas, para ser implementado em bibliotecas no Brasil como meio de estabelecer parcerias internacionais. Este projeto está sendo desenvolvido pela primeira vez no Brasil em paralelo com duas bibliotecas públicas, em colaboração com a Universidade Federal da Paraíba. Sob esta perspectiva, pretende-se trabalhar os 17 ODS anunciados na Assembleia Geral das Nações Unidas para agenda 2030. As atividades serão realizadas em duas bibliotecas públicas da Paraíba, a saber: Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista, na cidade de João Pessoa, e a Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe, na cidade de Cabedelo. As ações serão desenvolvidas nas bibliotecas para aprimorar a interculturalidade e desenvolver os princípios da educação de valores. Com isso, espera-se gerar, nos participantes, a conscientização dos temas abordados pelas leituras. Portanto, a consolidação das ações propostas possibilitará que as bibliotecas públicas envolvidas convertam-se em espaços de livre acesso à informação e leitura, na luta pela inclusão social e vivência das ações propostas para a Agenda 2030 da Unesco.

**Palavras-chave:** Inclusão social. Incentivo à Leitura. Bibliotecas públicas. Agenda 2030 da Unesco. Desenvolvimento sustentável.

## ***Beyond books: the public library as a space and inclusion, action and interaction***

### **ABSTRACT**

*The aim of this study is to present the actions to implement the reading incentive project in public libraries \ entitled “Más allá de los libros”, which aims to raise awareness, from Unesco’s 17 Sustainable Development Goals (SDGs), of young people in social vulnerability in Paraíba. The project was designed by the staff of Ricardo León de Public Library in Galapagar (Spain) and was selected by the Iberoamerican Public Library Program, Iberbibliotecas, to be implemented in libraries in Brazil as a mean of establishing international partnerships. Thus, this project is being developed for the first time in Brazil in parallel with two public libraries, in collaboration with the Federal University of Paraíba. From this perspective, it is intended to work on the 17 SDGs announced at the United Nations General Assembly for the 2030 agenda. The activities will be held in two public libraries of Paraíba, namely: Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista, in the city of João Pessoa and Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe, in the city of Cabedelo. Actions will be developed in both libraries in order to enhance interculturality and develop the principles of values education. With this, it is expected to generate, in the participants, awareness of the topics addressed by the readings. Therefore, the consolidation of the proposed actions will enable the public libraries involved to become spaces for free access to information and reading, in the struggle for social inclusion and living the actions proposed for the Unesco 2030 Agenda.*

**Keywords:** Social Inclusion. Encouraging Reading. Public Libraries. Unesco 2030 Agenda. Sustainable Development.

## **Más allá de los libros: la biblioteca pública como espacio para la inclusión, la acción y la interacción**

### **RESUMEN**

*El objetivo de este estudio es presentar las acciones para la implementación del proyecto de incentivo a la lectura en las bibliotecas públicas titulado “Más allá de los libros”, cuyo objetivo es sensibilizar, en relación con los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Unesco, a los niños y jóvenes en vulnerabilidad social en Paraíba. El proyecto fue diseñado por el personal de la Biblioteca Municipal Ricardo León de Galapagar en España y fue seleccionado por el Programa de Bibliotecas Públicas Iberoamericanas, Bibliotecas Iberbibliotecas, para ser implementado en las bibliotecas de Brasil como una forma de establecer cooperaciones internacionales. Así, este proyecto se está desarrollando por primera vez en Brasil en paralelo con dos bibliotecas públicas, en colaboración con la Universidad Federal de Paraíba. Desde esta perspectiva, tenemos la intención de trabajar en los 17 ODS anunciados en la Asamblea General de las Naciones Unidas para la agenda 2030. Las actividades se llevarán a cabo en dos bibliotecas públicas de Paraíba, a saber: Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista, en la ciudad de João Pessoa y Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe, en la ciudad de Cabedelo. Se desarrollarán acciones en ambas bibliotecas para mejorar la interculturalidad y desarrollar los principios de la educación en valores. Con esto, se espera generar, en los participantes, el conocimiento de los temas abordados por las lecturas. Por lo tanto, la consolidación de las acciones propuestas permitirá a las bibliotecas públicas involucradas convertirse en espacios de libre acceso a la información y la lectura, en la lucha por la inclusión social y la vida de las acciones propuestas para la Agenda 2030 de la Unesco.*

**Palabras clave:** Inclusión social. Fomento de la lectura. Bibliotecas públicas. Agenda 2030 de la Unesco. Desarrollo Sostenible.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo apresentar as ações para implementação do projeto de incentivo à leitura em bibliotecas públicas intitulado “Más allá de los libros”, que visa sensibilizar, a partir dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco, crianças e jovens em vulnerabilidade social na Paraíba. O projeto foi idealizado pela equipe da Biblioteca Municipal Ricardo León de Galapagar, na Espanha, e foi selecionado pelo Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas, para ser implementado em bibliotecas no Brasil como forma de estabelecer parcerias internacionais. Este projeto está sendo desenvolvido pela primeira vez no Brasil em paralelo com duas bibliotecas públicas, em colaboração com a Universidade Federal da Paraíba.

Os estudos globais encomendados pela Unesco elencaram os fatores críticos que fortalecem o estabelecimento das práticas de leitura de um povo ou mesmo de um indivíduo, a saber: ter nascido em uma família de leitores; ter passado a juventude em um sistema escolar preocupado com o estabelecimento da prática de leitura; o preço do livro; o acesso ao livro; e o valor simbólico que a população atribui ao livro (DI CROPANI, 1998).

Dadas essas pré-condições, verifica-se que expressiva parcela da população não possui condições de desenvolver a prática leitora. Na quarta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada em 2015, foi identificado que 56% da população brasileira acima de cinco anos era composta por não leitores (FAILLA, 2016), sendo considerados como não leitores, para a pesquisa, “aqueles que declararam não ter lido nenhum livro nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses” (FAILLA, 2016, p. 184).

Na pesquisa (FAILLA, 2016), encontra-se maior frequência de não leitores entre: pessoas do sexo masculino; indivíduos com idade superior aos 40 anos, atingindo quase a totalidade dos entrevistados (73%) a partir dos 70 anos; sujeitos que não estão estudando; pessoas com menores níveis de escolaridade, atingindo a totalidade entre os que se declararam não alfabetizados formalmente e a metade entre aqueles com escolaridade até o fundamental I; indivíduos de classes sociais mais baixas (C, D, E), tendo as classes D e E 50% de não leitores; e sujeitos com os menores índices de renda familiar: 52% dos que possuem renda familiar de até um salário mínimo são não leitores, e 48% possuem renda familiar entre um e dois salários mínimos.

Assim, percebe-se que as consequências da difusão do hábito de leitura na população brasileira e a manutenção deste hábito serão transformadoras em aspectos como exercício da cidadania, experiência pessoal e bagagem cultural do indivíduo (PEREIRA, 2016).

Embora a escola e a biblioteca escolar sejam espaços adequados para o contato dos leitores com essa prática, observa-se que o ambiente escolar não tem sido explorado adequadamente para atingir a meta de formar leitores. Castro (2017, p. 112), em sua pesquisa a respeito dos discursos sobre a biblioteca escolar entre alunos do ensino médio e funcionários das bibliotecas de quatro escolas da rede pública e privada de ensino em João Pessoa (PB - Brasil), identificou que “os alunos não identificam a biblioteca escolar como um espaço apropriado para leitura; não consideram que leem na biblioteca da escola, pois, segundo eles, quando frequentam esse espaço, suas atividades restringem-se aos trabalhos e exercícios propostos pelos professores”.

Os alunos possuem assiduidade à biblioteca escolar abaixo da expectativa, frequentam-na mais por alguma exigência escolar do que por desejos voluntários, e acabam visitando outras bibliotecas

públicas para realizar leituras por conta própria, ainda conforme Castro (2017).

Apesar das dificuldades citadas, as bibliotecas continuam exercendo papel crucial no acesso ao livro e à leitura; na quarta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, cerca de metade dos entrevistados afirmou ser o empréstimo (de parentes ou conhecidos, bibliotecas ou outros locais) a principal forma de acesso ao livro (FAILLA, 2016). Nas palavras de Failla (2016, p. 40), “mesmo sendo tão pouco frequentada pela população em geral, a biblioteca é bem avaliada por aqueles que a utilizam; para eles, ela é uma das principais formas de acesso ao livro”, sendo, a biblioteca escolar o tipo de biblioteca mais frequentado por quem frequenta bibliotecas sempre ou às vezes (FAILLA, 2016).

Canônica (2016, p. 78-79) questiona como podemos “transformar essas bibliotecas em espaços vivos, em equipamentos sociais, promovendo o encontro entre pessoas para trocarem suas percepções de mundo, para buscarem informações além das exigidas nas classes escolares?”; incentivando, pois, o desenvolvimento de outras atividades educativas na biblioteca, dentre elas, as de mediação de leitura. Segundo Failla (2016, p. 35), “a importância da mediação é confirmada quando se comparam respostas de leitores e não leitores: 83% dos não leitores não receberam a influência de ninguém, enquanto 55% dos leitores tiveram experiências com a leitura na infância pela mediação de outras pessoas – especialmente mãe e professor.”

Failla (2016, p. 21) afirma que “a leitura transforma, informa, emociona e humaniza [...] É a principal ferramenta para a aprendizagem e para a educação de qualidade, e condição essencial para o desenvolvimento social de uma nação”; a Unesco (2017, p. 07), por sua vez, alega que “a educação, portanto, é crucial para a consecução do desenvolvimento sustentável [...] educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) capacita os educandos a tomar decisões informadas e adotar ações responsáveis para assegurar a integridade ambiental, a viabilidade econômica e uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras”.

Sendo a educação para o desenvolvimento sustentável crucial para a promoção desse tipo de desenvolvimento (UNESCO, 2017), sendo a leitura ferramenta essencial para aprendizagem e educação de qualidade (FAILLA, 2016), considerando as bibliotecas escolares como espaços vivos para troca de percepções sobre o mundo (CANÔNICA, 2016) e considerando a importância de mediação para a formação de leitores, o estímulo às leituras voltadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tende a formar cidadãos conscientes das necessidades de criação de um mundo mais sustentável, com maior chance de engajamento às ações voltadas à sustentabilidade.

## MATERIAL E MÉTODOS

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 e os ODS (figura 1) anunciam que, para o mundo estar no caminho sustentável, é urgente tomar, imediatamente, medidas transformadoras. Os ODS constituem uma lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030.

Figura 1 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Brasil (2019).

O Projeto “Más allá de los libros: la biblioteca pública y los 17 objetivos de desarrollo sostenible (ODS)” - VII Concurso de Ayudas 2019, financiado pelo Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas (Biblioteca Municipal Ricardo León. Ayuntamiento de Galapagar) foi selecionado para ser implementado em bibliotecas no Brasil como forma de estabelecer parcerias internacionais. Assim, no primeiro momento, estabeleceu-se parceria colaborativa com a Universidade Federal da Paraíba.

A equipe da Biblioteca Municipal Ricardo León de Galapagar, na Espanha, disponibilizou o relatório final do projeto “Más allá de los libros”, pelo qual foram embasadas as ações de implementação no Brasil. Por meio desse modelo aplicado na Espanha, foi possível adaptar as atividades ao contexto das bibliotecas do Estado da Paraíba no Brasil.

No primeiro momento, foram realizadas as reuniões de apresentação do projeto para definição da implementação do projeto na Paraíba, discutindo os seguintes pontos: quantas e quais escolas seriam contempladas? Quantas turmas? As atividades seriam realizadas com alunos de qual faixa etária, e a definição do cronograma de execução (foto 1).

Para execução do projeto, foi composta uma equipe multidisciplinar formada por professoras da área de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e da Universidad Complutense de Madrid, bibliotecárias, contadoras de história e administradora (foto 2 e 3).

Foto 1 – Primeira reunião de implantação



Fonte: Izabel França (2019).

Foto 2 – Reunião de definição de ações



Fonte: Izabel França (2019).

Foto 3 – Reunião de adequação do projeto ao contexto atual.



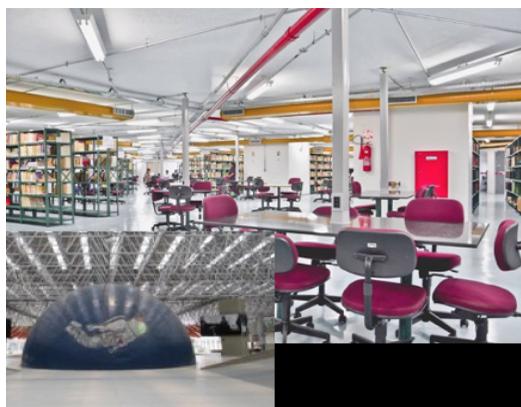
Fonte: Fabiana França (2019).

Aderindo ao modelo implantado na Biblioteca Municipal Ricardo León (Galapagar - Espanha), o projeto foi dividido em sessões, nas quais serão abordadas as necessidades específicas dos participantes mediante incentivo à leitura, com foco nos 17 ODS. Propõe-se o total de 10 sessões quinzenais, com uma hora de duração, com grupos de até 30 alunos entre 10 a 14 anos. As atividades serão realizadas em duas bibliotecas públicas da Paraíba: Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista, da cidade de João Pessoa, e a Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe, da cidade de Cabedelo.

A Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista (foto 4) foi fundada em 1859, pelo governador tenente-coronel Henrique Beaurepaire Rohan, passando a ocupar salas da Escola Lyceu Paraibano, sendo denominada Biblioteca Pública da Paraíba. A partir de 1939 começou a funcionar em um prédio na Avenida General Osório, até firmar-se no Espaço Cultural, local considerado o maior complexo de arte e cultura do estado, passando a receber o nome do escritor pessoense Juarez da Gama Batista.

Em 1982, a biblioteca foi transferida para o Espaço Cultural, ficando então subordinada à Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego (Funesc). Atua como instituição popular e democrática de educação, cultura, informação e conhecimento. Possui amplo espaço dotado de cabines individuais e para pequenos grupos, além de mesas coletivas em espaço aberto. É a maior biblioteca pública da Paraíba, coordena o Sistema estadual de Bibliotecas Públicas, além de proporcionar assistência aos municípios do estado com a implantação de bibliotecas, treinamentos e apoio técnico.

Foto 4 – Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista, João Pessoa



Fonte: Tatiana Cavalcante (2019).

Foto 5 – Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe, Cabedelo



Fonte: Anelise Melo (2019).

A Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe (Foto 5) foi fundada em 15 de junho de 1974, sob o registro de nº. 939 no Ministério da Cultura; funciona em conjunto com a Biblioteca Virtual inaugurada em 5 de fevereiro de 2003. Localizada no centro da cidade de Cabedelo, tem como objetivo oferecer informação através do mundo virtual, da biblioteca presencial e dos diversos recursos oferecidos para melhor aprendizado da classe estudantil, bem como da população em geral do município.

## ALÉM DOS LIVROS: AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

No primeiro momento, será realizada uma reunião com as famílias dos participantes para explicar a proposta e o desenvolvimento das oficinas, além de apresentar a equipe das bibliotecas e as mediadoras (contadoras de histórias). No projeto, contamos com duas mediadoras, ambas possuem projetos de contação de histórias na Paraíba.

Para apresentar este artigo, fizemos um recorte da adequação do modelo da Biblioteca Municipal Ricardo León de Galapagar, na Espanha, para o contexto das bibliotecas da Paraíba (Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista e Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe), e assim, realizamos uma pesquisa dos recursos didáticos utilizados na Espanha para adequá-los a realidade do Brasil. Como resultado do recorte da implementação, elencamos os estratos de como serão aplicadas as ações de mediação e de atividades didáticas, a fim de explorar e fixar o conteúdo das leituras, todas previamente avaliadas e embasadas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco.

A partir dos conhecimentos e das experiências das contadoras de histórias, foram definidos quais livros serão abordados e quais atividades serão desenvolvidas em cada sessão, discriminadas com maiores detalhes a seguir:

**Sessão 1:** visa abordar os ODS: 3 (saúde e bem-estar), 4 (educação de qualidade) e 8 (trabalho decente e crescimento econômico) mediante a contação da história do livro *Brincadeira É Coisa Séria*” e das atividades didáticas aqui descritas:

### Ações:

**Contação de história:** narração oral.

**Música:** direitos das crianças (contação da rua)

**Dinâmica:** gravação de um podcast com os direitos das crianças e publicação do podcast nas plataformas de streaming mundiais.

### Recursos:

**Livro:** *Brincadeira É Coisa Séria* (figura 2)

**Autor:** Ivan Alcântara e Newton Foot

**Sinopse:** o principal objetivo do livro é mostrar à criança que, para crescer saudável, é fundamental que ela tenha tempo para o lazer (ALCÂNTARA; FOOT, 2000).

Figura 2 – Livro *Brincadeira é coisa séria*



Fonte: Saraiva (2019b).

**Sessão 2:** visa abordar os ODS: 4 (educação de qualidade), 10 (redução das desigualdades) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) mediante a contação da história do livro *Mulheres de Coragem* e das atividades didáticas aqui descritas:

### Ações:

**Contação de história:** narração oral com teatro de sombras.

**Música:** Mc Soffia – brincadeira de menina.

**Dinâmica:** composição musical. Em cima de uma batida de rap (instrumental), iremos criar nosso próprio rap com a temática da igualdade de gêneros.

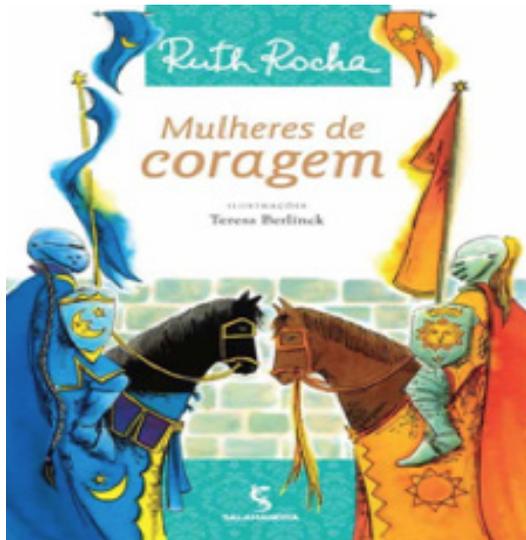
**Recursos:**

**Livro:** *Mulheres de Coragem* (figura 3)

**Autor:** Ruth Rocha

**Sinopse:** Em *Mulheres de coragem*, a consagrada autora Ruth Rocha reconta histórias de tempos antigos, em que mulheres fortes e audaciosas destoavam dos costumes da época (ROCHA, 2011).

Figura 3 – Livro *Mulheres de Coragem*



Fonte: Ruth Rocha (2019).

**Sessão 3:** visa abordar os ODS : 4 (educação de qualidade), 10 (redução das desigualdades), 15 (vida terrestre) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) mediante a contação da história do livro *A Borboleta Sapeca* e das atividades didáticas aqui descritas.

**Ações:**

**Contação de história sensorial:** narração oral para crianças cegas ou com baixa visão. Todos os alunos vendados, também os videntes.

**Música:** *As borboletas* – Adriana Calcanhoto

**Dinâmica:** o que tem na caixa?

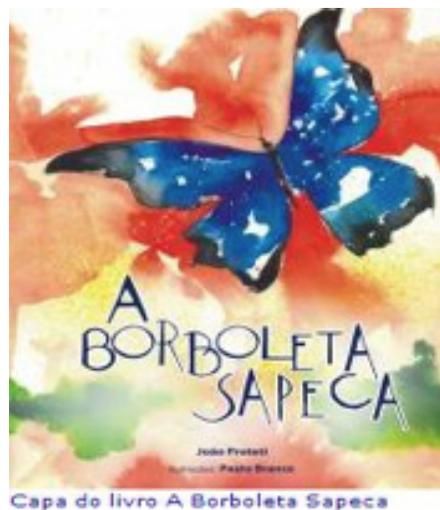
**Recursos:**

**Livro:** *A Borboleta Sapeca* (figura 4)

**Autor:** João Proteti

**Sinopse:** o livro *A Borboleta Sapeca* faz parte do Projeto Casa, de Proteti, conta com ilustrações de Meri e Paulo Branco, e foi editorado com padrões específicos de coloração, tipo e tamanho das letras e em braille, para promover a inclusão do público infantojuvenil no mundo literário, já que podem ser lidos por crianças com ou sem problemas visuais (PROTETI, 2010).

Figura 4 – Livro *A Borboleta Sapeca*



Fonte: Leandro (2011).

**Sessão 4:** visa abordar os ODS: 1 (erradicação da pobreza), 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) mediante a contação da história do livro *Mulheres de Coragem* e das atividades didáticas aqui descritas.

**Ações:**

**Contação de história:** narração oral com teatro de fantoches.

**Música:** *Feito passarinho* - Rubinho do Vale

**Dinâmica:** brincadeira musical - passe a bola com as pernas – música: *Relógio* (Walter Franco) – jogo cooperativo. Brincadeira cooperativa com bastões (cabos de vassoura).

**Recursos:**

**Livro:** *Ingredientes Para Um Mundo Melhor* (figura 5)

**Autor:** Índigo

**Sinopse:** O que é solidariedade? Como podemos praticá-la? O que acontece quando alguém não é solidário? Esta obra apresenta ao público infantil noções básicas de solidariedade e cidadania em deliciosas lições (ÍNDIGO, 2006).

Figura 5 – Livro *Ingredientes para Um Mundo Melhor*



Fonte: Saraiva (2019).

**Sessão 5:** visa abordar os ODS: 2 (fome zero e agricultura sustentável), 12 (consumo e produção responsáveis) e 15 (vida terrestre) mediante a contação da história do livro *A Árvore Generosa* e das atividades didáticas aqui descritas.

**Ações:**

**Contação de história:** narração oral com uso de objetos do cotidiano (colher, bota, apito, lenços, fitas, bolinhas de pingue pongue, chumaço de algodão).

**Música:** *Filhote do filhote*

**Dinâmica rítmica com clavas.** Música: o lixo na lixeira (contação da rua). Marcação rítmica com as clavas.

**Recursos:**

**Livro:** *A Árvore Generosa* (figura 6)

**Autor:** Shel Silverstein

**Sinopse:** Todos os dias um menino vai até uma árvore para se pendurar em seus galhos, comer suas maçãs e descansar sob sua sombra. O menino ama a árvore e ela, feliz, o ama também. Porém, à medida que o tempo passa, o garoto cresce e começa a desejar mais do que a simples companhia de sua amiga para brincar e repousar. Ele passa a querer dinheiro, uma casa, uma esposa... E a árvore, sem muitos recursos para ajudá-lo, mas disposta a qualquer coisa para vê-lo feliz, vai abrindo mão de sua própria vida (SILVERSTEIN, 2017).

Figura 6 – Livro *“A Árvore Generosa”*



Fonte: Amazon (2019).

**Sessão 6:** visa abordar os ODS: 12 (consumo e produção responsáveis), 13 (ação contra a mudança global do clima) e 15 (vida terrestre) mediante a contação da história do livro *O menino do dedo verde* e das atividades didáticas aqui descritas:

### **Ações:**

**Contação de história:** narração oral.

**Dinâmica:** oficina artística “Placas Poéticas” - confeccionar placas poéticas em papelão e tinta com mensagens e poesias sobre ecologia. A ideia é que posteriormente as placas façam parte de uma exposição artística, assim como uma intervenção pela escola.

### **Recursos:**

**Livro:** *O menino do dedo verde* (figura 7)

**Autor:** Maurice Druon

**Sinopse:** Era uma vez Tistu...um menino diferente de todo mundo. Com uma vidinha inteiramente sua, o pequeno de olhos azuis e cabelos loiros deixava impressões digitais que suscitavam o reverdecimento e a alegria. As proezas de seu dedo verde eram originais e um segredo entre ele e o velho jardineiro, Bigode, para quem seu polegar era invisível e seu talento, oculto, um dom do céu, até o final surpreendente e singelo (DRUON, 2017).

Figura 7 – Livro *O menino do dedo verde*



Fonte: Amazon (2019).

**Sessão 7:** visa abordar os ODS: 3 (saúde e bem-estar), 6 (água potável e saneamento), 7 (energia limpa e acessível), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 12 (consumo e produção responsáveis), 13 (ação contra a mudança global do clima), 14 (vida na água), 15 (vida terrestre), 17 (parcerias e meios de implementação) mediante a contação da história do livro *A história do Planeta Azul* e das atividades didáticas aqui descritas:

### **Ações:**

**Contação de história:** narração oral.

**Dinâmica:** oficina artística “Brinquedos Recicláveis” - elaboração e confecção de brinquedos feitos de materiais recicláveis.

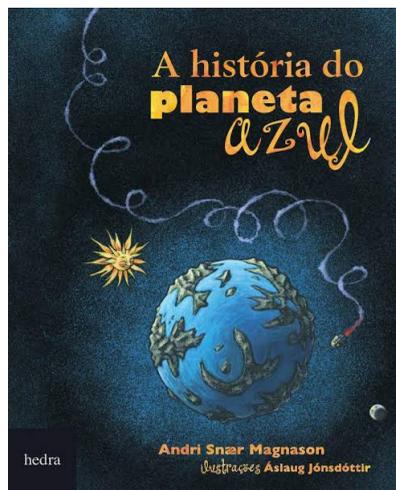
### **Recursos:**

**Livro:** *A história do Planeta Azul* (figura 8)

**Autor:** Andri Snaer Magnason

**Sinopse:** Esta história é uma aventura que trata da preservação do meio ambiente. Em um planeta onde só existem crianças, elas só fazem o que querem e quando querem. Até a chegada de um misterioso adulto, que muda a maneira de olhar o lugar em que vivem. Mas será que as crianças acham que mudou para melhor? (MAGNASON, 2012).

Figura 8 – Livro *A história do Planeta Azul*



Fonte: Amazon (2019).

**Sessão 8:** visa abordar os ODS: 1 (erradicação da pobreza), 4 (educação de qualidade), 10 (redução das desigualdades) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) mediante a contação da história do livro *Pretinha, eu?* e das atividades didáticas aqui descritas:

**Ações:**

**Contação de história:** narração oral.

**Dinâmica:** oficina artística “Bonecas de Papel” - elaboração e confecção de bonecas negras de papel, feitos com papel cartão; papel crepom e xita.

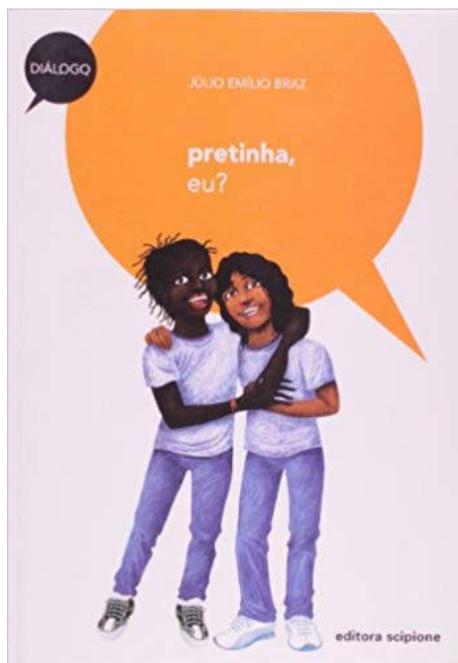
**Recursos:**

**Livro:** *Pretinha, eu?* (figura 9)

**Autor:** Julio Emilio Braz

**Sinopse:** Uma menina negra ganhou uma bolsa de estudos em um colégio onde nunca havia entrado um aluno negro. Desencadeou-se uma história de discriminação, preconceito e muitas descobertas (BRAZ, 2008).

Figura 9 – Livro *Pretinha eu?*



**Fonte:** Livraria da Travessa (2019).

**Sessão 9:** visa abordar os ODS: 3 (saúde e bem-estar), 4 (educação de qualidade), 10 (redução das desigualdades), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) mediante a contação da história do livro *Somos uma Família* e das atividades didáticas aqui descritas.

**Ações:**

**Contação de história:** narração oral.

**Dinâmica:** oficina artística “Painel da Família” - confecção de grande painel feito no papel craft com o desenho da família dos participantes.

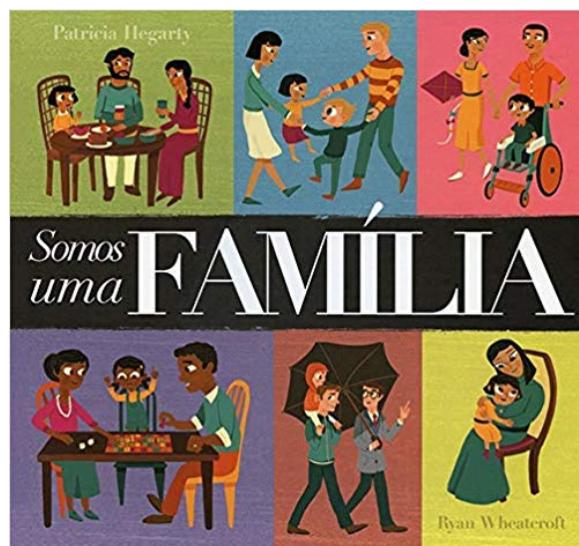
**Recursos:**

**Livro:** *Somos uma Família* (figura 10)

**Autor:** Little Tiger Press

**Sinopse:** Todas as famílias são diferentes - e, ao mesmo tempo, muito parecidas. Este livro celebra as particularidades e também as semelhanças de cada uma dessas famílias, enquanto dormem, trabalham e brincam juntos (PRESS, 2018).

Figura 10 – Livro *Somos uma Família*



**Fonte:** Amazon (2019).

**Sessão 10:** visa abordar os ODS: 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis) mediante contação da história do livro *A Menina e o Jogo de Bola* e das atividades didáticas aqui descritas:

### **Ações:**

**Contação de história:** narração oral.

**Dinâmica:** oficina artística “Todo mundo pode jogar” - criar jogos de tabuleiro, cartas e dados, memória, dentre outros, com a temática : respeito à diversidade cultural.

### **Recursos:**

**Livro:** *A Menina e o Jogo de Bola* (figura 11)

**Autor:** Rosângela Trajano

**Sinopse:** Era uma menina que adorava jogar bola e brincar com os meninos da sua rua. Não queria saber de bonecas nem de meninas. Não usava laço no cabelo nem vestido. O seu negócio era jogo de bola, era correr com os meninos até ficar cansada, era brincar de chutar a bola para o gol e ir se feliz. Mas, devido a isso tudo, algumas pessoas achavam que a menina queria virar menino ou viraria quando crescesse, e comentavam entre si. No entanto, quando a menina disso sabia, mais vontade sentia de brincar de bola com os meninos da sua rua, e parava a bola em sinal de respeito, como respeito exigia diante do mundo que nunca para (TRAJANO, 2015).

Figura 11 – Livro *A Menina e o Jogo de Bola*



Fonte: Saraiva (2019).

No encerramento do projeto serão expostos os trabalhos elaborados por cada turma. Como explanado anteriormente, cada sessão terá um desenvolvimento diferenciado, com a utilização de recursos como livros didáticos, que vão subsidiar as oficinas com leitura, teatro e jogos (música, artes plásticas); por se tratar de um projeto em andamento, esta é uma previsão inicial das sessões a serem desenvolvidas, que pode ser modificada ao longo do projeto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por intermédio da figura das contadoras de histórias serão realizadas ações nas bibliotecas para aprimorar a interculturalidade e desenvolver os princípios da educação de valores. Outro resultado esperado é gerar, nos participantes, a conscientização dos temas abordados pelas leituras.

Portanto, a consolidação das ações propostas possibilitará que as bibliotecas públicas envolvidas convertam-se em espaços de livre acesso à informação e leitura, na luta pela inclusão social e vivência das ações propostas para a Agenda 2030 da Unesco.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, I.; FOOT, N. *Brincadeira é coisa séria*. São Paulo: Escala Educacional, 2000. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/BRINCADEIRA\\_E\\_COISA\\_SERIA.html?id=S8ZoPgAACAAJ&source=kp\\_book\\_description&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/BRINCADEIRA_E_COISA_SERIA.html?id=S8ZoPgAACAAJ&source=kp_book_description&redir_esc=y). Acesso em: 29 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- BRAZ, J. E. *Prezinha, eu?* São Paulo: Scipione, 2008. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/PRETINHA\\_EU.html?id=FZeIPgAACAAJ&source=kp\\_book\\_description&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/PRETINHA_EU.html?id=FZeIPgAACAAJ&source=kp_book_description&redir_esc=y). Acesso em: 29 nov. 2019.
- CANÔNICA, V. A biblioteca, um barulho necessário de dentro para fora. In: FAILLA, Z. *Retratos da leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. *E-book*. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016\\_LIVRO\\_EM\\_PDF\\_FINAL\\_COM\\_CAPA.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.
- CASTRO, N. M. L. C. Discursos sobre a biblioteca escolar como espaço de leitura. In: SOUSA, M. E. V. de; SALES, L. S. *Leitores, suportes, espaços e práticas de leitura da cultura escrita*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
- DI CROPANI, O. de F. *Livro, biblioteca e leitura no Brasil*. Brasília: [s.n.], 1998.
- DRUON, M. *O menino do dedo verde*. [S.l.]: José Olympio, 2017. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/menino-do-dedo-verde/dp/8503013223/>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- FAILLA, Z. Retratos: Leituras sobre o comportamento leitor do brasileiro. In: FAILLA, Z. *Retratos da leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. *E-book*. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016\\_LIVRO\\_EM\\_PDF\\_FINAL\\_COM\\_CAPA.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.
- FAILLA, Z. *Retratos da leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. *E-book*. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016\\_LIVRO\\_EM\\_PDF\\_FINAL\\_COM\\_CAPA.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.
- ÍNDIGO. *Ingredientes para um mundo melhor: conversando sobre solidariedade e paz*. São Paulo: Escala Educacional, 2006. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Ingredientes\\_Para\\_Um\\_Mundo\\_Melhor.html?id=k6iOPgAACAAJ&source=kp\\_book\\_description&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Ingredientes_Para_Um_Mundo_Melhor.html?id=k6iOPgAACAAJ&source=kp_book_description&redir_esc=y). Acesso em: 29 nov. 2019.
- LEANDRO, M. S. Livros acessíveis a crianças cegas e de baixa visão são distribuídos gratuitamente para as crianças em Campinas. In: LEANDRO, M. S. *Bibliotecando por aí...* Alvorada, 01 jun. 2011. Disponível em: <http://bibliotecandoporai.blogspot.com/2011/06/livros-acessiveis-criancas-cegas-e-de.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- PEREIRA, M. da. Transformar o retrato da leitura no Brasil – um desafio da sociedade brasileira. In: FAILLA, Z. *Retratos da leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. *E-book*. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016\\_LIVRO\\_EM\\_PDF\\_FINAL\\_COM\\_CAPA.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.
- PRESS, L. T. *Somos uma família*. [S.l.]: Tiger Tales, 2018. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Somos-fam%C3%ADlia-Little-Tiger-Press/dp/1848577907/>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- PROTETI, J. *A borboleta sapeca*. [S.l.]: Track Marketing, 2010. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/estantedeseminovos/joao-proteti-ilust-paulo-branco-a-borboleta-sapeca-1431201362>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- ROCHA, R. *Mulheres de coragem*. [S.l.]: Salamandra, 2011. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/MULHERES\\_DE\\_CORAGEM.html?id=EBGTPgAACAAJ&source=kp\\_book\\_description&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/MULHERES_DE_CORAGEM.html?id=EBGTPgAACAAJ&source=kp_book_description&redir_esc=y). Acesso em: 29 nov. 2019.
- SILVERSTEIN, S. *A árvore generosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 48p. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/%C3%A1rvore-generosa-Shel-Silverstein/dp/8574067539/>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- TRAJANO, R. *A menina e o jogo de bola*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2015. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br/a-menina-e-o-jogo-de-bola-col-criancas-diversas-vol-2-8732301/p>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- UNESCO. *Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável: objetivos de aprendizagem*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2017. *E-book*. Disponível em: [https://millenniumedu.files.wordpress.com/2017/08/pt-unesco\\_learningobjectives\\_sdg.pdf](https://millenniumedu.files.wordpress.com/2017/08/pt-unesco_learningobjectives_sdg.pdf). Acesso em: 29 nov. 2019.

# La Agenda 2030 y la lectura: una iniciativa de alcance internacional en bibliotecas públicas para niños y jóvenes en situación de exclusión social

## **Pablo Parra Valero**

Doctor por la Universidad Carlos III de Madrid (UC3M) – Espanha. Profesor asociado en la Universidad Complutense de Madrid (UCM) – Espanha.

E-mail: [pablo.parra@ucm.es](mailto:pablo.parra@ucm.es)

## **Aurora Cuevas-Cerveró**

Postdoctorado por la Universidad de Brasilia (UnB) - Brasília, DF – Brasil.

Doctora por la Universidad Carlos III de Madrid (UC3M) – Espanha.

Profesora titular en la Universidad Complutense de Madrid (UCM) – Espanha.

E-mail: [macuevas@ccinf.ucm.es](mailto:macuevas@ccinf.ucm.es)

## **Marina Cuervo Moreno**

Biblioteca Municipal Ricardo León de Galapagar – Madrid – Espanha.

E-mail: [marina.cuervo@galapagar.es](mailto:marina.cuervo@galapagar.es)

## **RESUMEN**

Se presentan los resultados de la segunda edición del proyecto *Más allá de los libros: La Biblioteca Ricardo León y los 17 objetivos de la Unesco*. Esta iniciativa desarrollada en la biblioteca pública de Galapagar, municipio español de la provincia de Madrid, trabaja sobre los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Unesco a través de la lectura, en un programa orientado al colectivo de niños y niñas de entre 5 y 15 años en situación de vulnerabilidad social. El proyecto ha tenido una gran acogida tanto por la presencia continuada de los participantes como por el interés mostrado en el desarrollo de las actividades. Otro aspecto a tener en cuenta ha sido la implicación de los centros educativos en el municipio a la hora de seleccionar y derivar los posibles candidatos a participar en el programa, situación que ha contribuido al éxito de esta experiencia y a nuestro deseo de ampliar este proyecto considerándolo un punto de partida para continuar en esta línea de actuación y asentar las bases de un trabajo con una proyección más amplia, tanto en el tiempo como en el número de beneficiarios. En este sentido el proyecto ha sido beneficiario en la VII Convocatoria de Ayudas 2019 del Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas), para transferir el proyecto a bibliotecas de Brasil.

**Palabras clave:** Bibliotecas. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Lectura

## **Agenda 2030 e leitura: uma iniciativa internacional em bibliotecas públicas para crianças e jovens em situação de exclusão social**

### **RESUMO**

*Apresentam-se os primeiros resultados da segunda edição do projeto Além dos livros: a Biblioteca Ricardo León e os 17 objetivos da Unesco. Essa iniciativa, desenvolvida na biblioteca pública de Galapagar, município espanhol da província de Madri, trabalha com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco, por meio da leitura, em um programa destinado ao grupo de crianças entre 5 e 15 anos em situação de vulnerabilidade social. O projeto foi muito bem recebido, como pode ser observado na presença contínua de crianças e jovens, bem como no interesse demonstrado no desenvolvimento das atividades. Outro aspecto a considerar tem sido o envolvimento das escolas no município ao selecionar e encaminhar potenciais candidatos a participar no programa, situação que contribuiu para o sucesso dessa experiência e nosso desejo de expandir esse projeto, considerando-o um ponto de partida para continuar nessa linha de ação com base em um trabalho com projeção mais ampla, em tempo e número de beneficiários. Nesse sentido, o projeto foi beneficiário do VII Chamado para Auxílio 2019 do Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas), para transferir o projeto para as bibliotecas no Brasil.*

**Palavras-chave:** Bibliotecas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Leitura.

## **Agenda 2030 and reading: An international initiative in public libraries for socially excluded children and young people**

### **RESUME**

*The first results of the second edition of the project Beyond the Books are presented: the Ricardo León Library and the 17 Unesco goals. This initiative, developed at the Galapagar Public Library, a Spanish municipality in the province of Madrid, works with UNESCO's 17 Sustainable Development Goals (SDGs), through reading, in a program for the group of 5 to 15 year olds. situation of social vulnerability. The project was very well received, as can be observed in the continuous presence of children and young people, as well as in the interest shown in the development of the activities. Another aspect to consider has been the involvement of schools in the municipality in selecting and directing potential candidates to participate in the program, a situation that contributed to the success of this experience and our desire to expand this project as a starting point to continue in this line. based on broader projected work, time and number of beneficiaries. In this sense, the project benefited from the VII Call for Assistance 2019 of the Ibero-American Public Libraries Program (Iberbibli Libraries), to transfer the project to libraries in Brazil.*

**Keywords:** Libraries. Sustainable Development Goals (SDGs). Reading.

## INTRODUCCIÓN

En su discurso de toma de posesión como Presidenta de la Federación Internacional de Asociaciones de Bibliotecarios y Bibliotecas (en adelante IFLA), realizado el 24 de agosto de 2017 en Wrocław (Polonia), la española Gloria Pérez-Salmerón expresó su convicción en el poder de las bibliotecas para afrontar los desafíos de la globalización, realizando un llamamiento a la comunidad bibliotecaria:

Bibliotecarios: hay un aspecto en el que tenemos que creer firmemente y hacer de él el 'leitmotiv' de nuestro trabajo (...) Nuestra obligación va más allá de ocuparnos del funcionamiento ordinario de nuestras bibliotecas y centros de información y de alcanzar consenso en las normas y directrices en nuestro trabajo técnico. Nuestra principal tarea es ser el engranaje de los motores para un real y visible cambio en el desarrollo y empoderamiento de nuestra sociedad. Tomemos la Agenda 2030 de las Naciones Unidas como una gran oportunidad para ayudar a las personas a alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible a través de las bibliotecas

Dos años después, en su discurso de despedida afirmaba que para “mejorar tanto la forma en que hacemos nuestro propio trabajo, como nuestra capacidad de construir alianzas con otros” tenemos en los Objetivos de Desarrollo Sostenible (en adelante ODS) el marco perfecto para hacerlo.

Durante sus dos años de mandato, el lema “Bibliotecas: motores de cambio” ha sido una constante que

ha logrado transmitir con el objetivo de que los bibliotecarios intenten cambiar la vida de millones de personas a través del acceso significativo a la información, ya reconocido en la Declaración de Lyon de 2014 en la que la IFLA y más de 600 entidades, asociaciones profesionales y grandes bibliotecas de todo el mundo firmaron para comprometerse a asegurar que todas las personas sean capaces de entender, usar y compartir la información, con el objetivo de promover un desarrollo sostenible y sociedades democráticas. Este impulso permitió que Naciones Unidas definiera el acceso a la información como uno de los pilares de la Agenda 2030, reconocido en el Objetivo 16.10 de los ODS: garantizar el acceso público a la información y proteger las libertades fundamentales, de conformidad con las leyes nacionales y los acuerdos internacionales, permite a las personas tomar decisiones informadas que pueden mejorar sus vidas. La cultura también ha sido incluida en el Objetivo 11.4 (IFLA, 2015) con la meta de redoblar los esfuerzos para proteger y salvaguardar el patrimonio cultural y natural del mundo. Sin embargo, según un informe<sup>1</sup> de la campaña *Culture 2030 Goal* titulado “La cultura en la implementación de la Agenda 2030”, las referencias en los ODS son escasas y no reconocen suficientemente las muchas maneras en que los aspectos culturales influyen y contribuyen al desarrollo sostenible respecto a las otras tres dimensiones reconocidas (la social, la económica y la ambiental).



Desde esta perspectiva, como apunta Gómez-Hernández (2017) el empoderamiento actual de las bibliotecas radica en la ambición en las metas y la forma de identificarlas:

Hoy tenemos que marcar las prioridades en función de las necesidades ciudadanas, expresadas en procesos participativos, definidas mediante el análisis socioeconómico, o declaradas como objetivos globales de consenso universal, como fueron los Objetivos del Milenio o ahora la Agenda 2030 de Naciones Unidas con sus Objetivos de Desarrollo Sostenible (...) Pues en nuestras ciudades y pueblos también tenemos pervivencia de la desigualdad social y de género, pobreza e insuficiencia de la renta, modelo productivo poco sostenible, necesidad de promover la cultura de la paz, escasa calidad democrática de las instituciones y por supuesto problemas ambientales derivados del calentamiento global, la contaminación de aguas y aire, que afectan a la sostenibilidad no solo del medio sino a la sostenibilidad económica y social.

La dimensión social forma parte del ADN del servicio bibliotecario. Elementos clave para una sociedad inclusiva como el acceso equitativo a la cultura y al conocimiento, la construcción de valores de ciudadanía y el trabajo con y para la comunidad han sido una constante a lo largo de la historia de las bibliotecas (D'Alòs-Moner, Bailac & Hernández-Sánchez, 2015). El creciente interés social por la función social de las bibliotecas abarca diversos aspectos que se podrían resumir en alfabetización universal, pero en el momento en el que la Agenda 2030 de las Naciones Unidas lo apunta en su prólogo como objetivo general universal para alcanzar dentro de diez años, se posiciona como el aspecto más importante para trabajar desde las bibliotecas de forma local (Pérez-Salmerón, 2018).

## **LECTURA, BIBLIOTECAS Y OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE (ODS)**

A poco más de diez años para la llegada del 2030, cada vez surgen más iniciativas en las bibliotecas que incorporan los ODS en sus actividades cotidianas e intentan integrar lograr un crecimiento económico inclusivo, una mayor cohesión, paz y justicia social y evitar la desigualdad, la pobreza o la degradación del planeta a través de la lectura.

A nivel internacional, la acción más conocida es el Club de Lectura de los ODS<sup>2</sup> (SDG Book Club) que Naciones Unidas anunció en septiembre de 2018 con el propósito de utilizar los libros como una herramienta para alentar a los niños de 6 a 12 años a interactuar con cada uno de los 17 ODS a través de una selección de libros e historias en los seis idiomas oficiales de la ONU: árabe, chino, inglés, francés, ruso y español.

De la selección de los libros se encarga un comité de expertos formado por miembros de: Naciones Unidas, IFLA, International Publishers Association (IPA), European and International Booksellers Federation (EIBA), International Authors Forum (IAF) y International Board on Books for Young People (IBBY). La lista de lectura se publica durante la primera semana de cada mes. Comenzó en abril de 2019 con el Objetivo 1: Fin de la pobreza y terminará en el mes de septiembre del año 2020 conmemorando el quinto aniversario de los ODS. A los participantes se les anima a compartir comentarios, pensamientos e imágenes a través de las redes sociales usando el hashtag #SDGBookClub. También existe un blog<sup>3</sup> en inglés en el que se presentan historia y experiencias de clubes de lectura de todo el planeta y, además, a los interesados en organizar reuniones públicas se les ofrece una serie de pautas y se les anima a contactar con su librería, biblioteca o escuela local para llevarlo a la práctica.

En España, la Fundación MUSOL (Municipalistas por la solidaridad y el fortalecimiento institucional), una ONG con más de veinte años de existencia y que colabora con los entes locales y regionales en Europa, España, África y América Latina, promoviendo su compromiso y actuación a favor del desarrollo sostenible, cuenta con un programa #BibliotecasSostenibles que trata la introducción de la Agenda 2030 y de los ODS en las bibliotecas municipales por su carácter peculiar de espacios abiertos y centros básicos para el desarrollo social y cultural de los ciudadanos, sin distinción de edad, condición social o educativa.

<sup>2</sup> <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/sdgbookclub/>

<sup>3</sup> <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sdgbookclub/blog/>

Esta fundación ha elaborado una hoja de ruta para alinear las políticas municipales con la Agenda 2030 y una serie de actividades que sirven para comunicar los ODS y promover la reflexión sobre el desarrollo sostenible entre la comunidad bibliotecaria. Al mismo tiempo, organiza talleres y actividades para concienciar al personal que trabaja en las bibliotecas (Vallespí, 2019).

Hasta el momento, el proyecto de MUSOL se ha implantado en Andalucía, Castilla La Mancha, Comunidad Valenciana y la ciudad de Madrid y se sustenta en un documento de trabajo titulado “Bibliotecas y Objetivos de Desarrollo Sostenible. Manual para trabajar la Agenda 2030 de Desarrollo Sostenible en las bibliotecas municipales” en el que se destaca la importancia fundamental del rol de las bibliotecas a la hora de alcanzar los ODS. En primer lugar, porque realizan actividades esenciales para asegurar el ejercicio de varios derechos humanos en contextos muy diferentes: urbanos y rurales, industriales y agrícolas, barrios con población en situación de vulnerabilidad. En segundo lugar, porque las bibliotecas son actores privilegiados para sensibilizar y movilizar a sus numerosos usuarios sobre la Agenda 2030 de desarrollo sostenible (Musol, 2018). El documento de la Fundación Musol incluye un apartado específico de ideas y ejemplos prácticos para que los ODS sean un eje presente de forma transversal en todas las actividades de la programación de una biblioteca. Las actividades se han dividido en tres grupos por franja de edad:

- 1) Actividades dirigidas al público adulto. Objetivo: vincular la biblioteca a su entorno desde el prisma de la sostenibilidad
- Clubes de lectura sostenibles. Además de promover la lectura de textos relacionados con los ODS, se pueden invitar a los encuentros del club de lectura personas externas expertas en el tema (personal de ONGs, de la administración pública, etc.), para profundizar y para que dinamicen la sesiones.

- Los libros humanos: no juzgues un libro por su portada. Los libros humanos son personas que cuentan sus historias de vida, al haber vivido experiencia de especial interés o relevancia. La “biblioteca humana” es una iniciativa de la ONG Stop the Violence, puesta en marcha originariamente en el año 200 en Copenhague con la intención de disminuir la discriminación en la sociedad danesa ante la fuerte llegada de inmigrantes. La web Human Library<sup>4</sup> explica detalladamente la metodología y fomenta su difusión, mapeando las “bibliotecas humanas” que se crean en todo el mundo y brindando un espacio para su difusión.
  - Los GPS literarios sostenibles. Proponer viajes y recorridos por el planeta sin la necesidad de salir de casa, a través de las guías de viaje, la narrativa de viajes y las obras de geografía, la música, los libros de etnografía y costumbres y las obras de ficción que componen el fondo documental de las bibliotecas.
- 2) Actividades dirigidas al público joven. Objetivo: captar la atención de estos usuarios usando las nuevas tecnologías de la comunicación e información.
  - Robótica educativa y diseño e impresión en 3D. Plantear estas materias en las bibliotecas con el público juvenil contribuye a lograr varios ODS como el Objetivo 4 (Garantizar una educación inclusiva, equitativa y de calidad y promover oportunidades de aprendizaje durante toda la vida para todos) y el Objetivo 8 (Promover el crecimiento económico sostenido, inclusivo y sostenible, el empleo pleno y productivo y el trabajo decente para todos) ya que mejorará la educación de las personas y mejorará su inserción laboral futura.
  - Booktubers sostenibles. Desde las bibliotecas se puede trabajar con los booktubers para reforzar sus actividades de fomento de la lectura, así como para reflexionar sobre el desarrollo sostenible y comprender su lenguaje, código y estilo de comunicación

---

<sup>4</sup> <http://humanlibrary.org>

3) Actividades dirigidas al público infantil:  
Objetivo: introducir los ODS a través de actividades tradicionales e innovadoras.

- Cuentacuentos y actividades de fomento de la lectura. Intercambio de opiniones sobre los temas de los cuentos explicando los ODS.
- Cursos sobre programación informática y desarrollo sostenible, estructurando los contenidos de forma que los ODS estén presentes en la formación.

En su trabajo de investigación que analiza las acciones de apoyo a la sostenibilidad de nueve bibliotecas públicas de las Tierras del Ebro (sur de Cataluña, pertenecientes a municipios de más de 5.000 habitantes, a partir de los ODS 4, 5, 8 y 16, Laia Vallespí concluye que, en mayor o menor medida, las bibliotecas trabajan los ODS pero no lo hacen de forma consciente. Con el propósito de difundir a la comunidad la necesidad de implantar la Agenda 2030 para construir un futuro sostenible, se propone la creación de una red de colaboración entre todas las bibliotecas públicas de las Tierras del Ebro que trabajan este tema (VALLESPÍ, 2019).

Una propuesta similar es la que planteó en julio de 2019 la Biblioteca del Congreso de la Nación y la Asociación Argentina Narrada, con la creación de una Red de Bibliotecas 2030 en Argentina para abordar desde la lectura y la narración social los 17 ODS.

Precisamente el último de los 17 ODS está dedicado a la creación de alianzas para lograr los objetivos. La cooperación entre bibliotecas y el establecimiento de sinergias con y entre gobiernos, instituciones de enseñanza, el sector privado y la sociedad civil, permiten realizar y replicar este tipo de iniciativas más allá de las fronteras de una biblioteca para mejorar la cooperación Norte-Sur y promover inversiones en los países menos desarrollados. Este fue el caso del proyecto “Más allá de los libros: La Biblioteca Ricardo León de Galapagar y los 17 ODS de Naciones Unidas”

## **EL PROYECTO “MÁS ALLÁ DE LOS LIBROS...”, UNA INICIATIVA EN BIBLIOTECAS PÚBLICAS PARA NIÑOS Y JÓVENES EN SITUACIÓN DE EXCLUSIÓN SOCIAL**

El proyecto fue ideado en septiembre de 2017 y comenzó a desarrollarse en febrero de 2018. Su objetivo principal fue divulgar los 17 ODS establecidos en el marco inclusivo de la Agenda 2030 de Naciones Unidas, a través un programa de animación a la lectura propio dirigido a niños y jóvenes de entre 5 y 15 años pertenecientes a familias en situación de exclusión social del municipio de Galapagar (España). Ubicado a 33 kilómetros de la capital cuenta con una población de 34.334 habitantes, de los cuales el 17,6% es de origen extranjero, siete puntos por encima de la media del país. La nacionalidad no española con mayor presencia es Marruecos con un 3,5% aunque la cifra más elevada se concentra en el conjunto de los países de América Latina. Además, existe un barrio importante, identificado popularmente con la denominación genérica “El Bronx” que se configura como un espacio periférico y marginal por sus barreras físicas y arquitectónicas y por los realojos realizados en el municipio entre 1985 y 2001. Pese a ostentar el puesto número 76 en la lista de municipios más ricos de España en el año 2017, en Galapagar existen problemas de inseguridad derivados de la existencia de grandes contrastes sociales.

En el año 2015, tras el traslado de la Biblioteca Municipal Ricardo León de Galapagar a una ubicación más céntrica se hacen evidentes las necesidades de colectivos cercanos a la misma y que generalmente no forman parte de los usuarios habituales. Se detecta que la gran mayoría son inmigrantes marroquíes de segunda generación y sus familias muestran carencias en aspectos tales como la comprensión lectora, el uso correcto de las instalaciones de la biblioteca y la interacción con otros usuarios ajenos a su colectivo.

Con el proyecto “Más allá de los libros” se busca la ruptura de barreras por razones de raza o de religión existentes en la localidad y se pretende integrar a los colectivos anteriormente mencionados en las actividades del día a día de la biblioteca. También se busca establecer un punto de partida para continuar en esta línea de colaboración y asentar las bases de un proyecto con una proyección más amplia, tanto en el tiempo como en el número de beneficiarios.

El proyecto se desarrolla a través de tres grupos de quince participantes divididos por edades que acuden semanalmente a la biblioteca durante 14 sesiones, dos de las cuales son dos excursiones más lúdicas que se realizan fuera del municipio. Cada sesión, diseñada y ejecutada por el personal de la biblioteca, posee una dinámica y un desarrollo diferente en la que se trabaja la competencia lectora la competencia para hablar y escuchar y la competencia en composición de textos, Sin embargo, todas tienen un denominador común:

alguno de los ODS (o varios si se trabajan de manera conjunta) y la lectura y los libros. Aunque el proyecto está gestionado y desarrollado íntegramente por personal bibliotecario se organizan una serie de sesiones puntuales impartidas por especialistas de diferentes ámbitos.

Las sesiones se diseñan y documentan previamente según el modelo que puede verse en la figura.

Se busca un compromiso mutuo con las familias, que también deben involucrarse en el en el proyecto responsabilizándose de la asistencia de los niños a todas las sesiones y aprendiendo a hacer ellos también un buen uso de la biblioteca.

Además de las actividades realizadas en el entorno bibliotecario se realizaron dos sesiones fuera de la biblioteca que funcionaron como un incentivo para que los alumnos siguieran acudiendo a las sesiones de la biblioteca, todas las actividades persiguen la línea de sensibilización y cumplimiento de los ODS.

Ficha documental de una de las sesiones

SESIÓN 4 // 27 de marzo de 2019 // Asistencia: 6 niñas – 6 niños		
SESIÓN SOBRE ODS 4: EDUCACIÓN DE CALIDAD		DESTINATARIOS: 8 a 12 años
		DURACIÓN: 60 minutos
Actividad	Tiempo	Descripción
Introducción	5'	- <b>Recordatorio</b> de los conceptos aprendidos en la sesión anterior (ODS 3, IMPARTIDA POR CRUZ ROJA)
Conversaciones en torno a un libro	15'	Como se trata de un libro con pestañas e interactivo los participantes se lo van turnando y van explicando a los demás lo que aparece: - Cuento: “ <b>Mi mundo: El Cole</b> ” (VV.AA SM, 2009) - ¿Qué tiene que tener una escuela? ¿Cuántos colegios hay en Galapagar? - Descubrimos la idea generalizada de escuela y comentamos la posibilidad de que no todas las escuelas sean iguales. - El colegio en la actualidad comparado con el colegio en 1937 (gracias a los desplegables que aporta el libro) - Otros tipos de colegio: (India, Japón, Australia, China, Islas Samoa, Reino Unido y Kenia)
Narración oral	20'	Cada participante cuenta con una hoja del libro <i>La escuela secreta de Nasreen, una historia real de Afganistán</i> (Editorial Juventud, 2010) y vamos narrando la historia por orden. Al finalizar cada uno explica a los demás el contenido de la parte de la que se ha hecho cargo y comentamos la historia.
Narración oral	15'	Completamos las anteriores lecturas con una historia más que se recoge en el libro <i>Niños del mundo en peligro</i> que tiene por protagonista a una niña cuyo sueño es aprender a leer. Los participantes escuchan la historia y al finalizar se les aportan algunos datos de interés sobre la vida en India. Comentario sobre la lectura
Trabajo para casa Sensibilización	5'	Para terminar comentamos la dificultad de otros niños y niñas de su edad para disponer de material escolar. Como tarea para casa se propone traer algo de material para entregar a alguna asociación que se encargue de enviarlo a otros países donde haga falta.

**Recursos:**

**Libros:**

- VVAA: *Mi mundo: el cole* (SM,2009)
- WINTER, Jeanette: *La escuela secreta de Nasreen, una historia real de Afganistán* (Editorial Juventud, 2010)
- GRANT, Donald: *Niños del mundo en peligro* (Editorial Juventud, 2008)



Actividad extraordinaria 2019: visita al Museo Nacional de Ciencias Naturales

Una de nuestras metas ha sido que los beneficiarios del programa comprendan que a través de la lectura pueden conocer todos los temas relacionados con sus intereses, que existen diferentes formas de lectura y que en la biblioteca cuentan con un espacio en que satisfacer su curiosidad, aprender y buscar apoyo en el caso de que lo necesiten (Cuervo & Parra, 2019).

## **MÁS ALLÁ DE LOS LIBROS, UNA INICIATIVA DE ALCANCE INTERNACIONAL**

La iniciativa ha tenido una gran acogida tanto por la afluencia continua de los niños y jóvenes como por el interés mostrado en el desarrollo de las actividades. Otro aspecto a tener en cuenta es que el grado de implicación de los familiares ha sido nuevamente elevado. La principal novedad en esta nueva edición ha sido la participación de los centros educativos del municipio a la hora de seleccionar a los 45 beneficiarios de entre 5 y 12 años del proyecto, situación que ha contribuido al éxito de esta experiencia y a nuestro deseo de ampliar este proyecto trasladándolo a otros ámbitos de actuación.

Entre los nuevos resultados alcanzados por el proyecto “Más allá de los libros”, cabe destacar la difusión del mismo en dos congresos internacionales celebrados en Sao Paulo (Brasil) y Guadalajara (México) en los meses de noviembre y diciembre de 2019 respectivamente, y la selección como uno de los ocho finalistas del V Premio “Biblioteca pública y compromiso social 2018” que organiza la Fundación Biblioteca Social y que tiene como objetivo dar visibilidad a los proyectos que llevan a cabo las bibliotecas públicas españolas para los colectivos más vulnerables. Además, el proyecto resultó elegido como ganador de la VII Convocatoria de Ayudas 2019 del Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas (Iberbibliotecas), obteniendo una dotación económica para transferir el proyecto a Brasil e implantarlo en dos bibliotecas públicas de este país.

Según el informe del Grupo de trabajo de la Sociedade Civil (2019) la educación en Brasil sigue en riesgo y es aún prioritario reducir la tasa de analfabetismo funcional

Reduzir o analfabetismo funcional e alcançar as Metas 4.411 e 4.612, segue um desafio e seria necessária uma redução de mais de 15% da taxa atual até 2024, data limite do PNE. Em 2018, a taxa de 93,5% esperada para a alfabetização dos brasileiros em 2015, ainda não havia sido alcançada<sup>5</sup>

Según el Indicador de analfabetismo funcional 2011/12 del Instituto Paulo Montenegro en asociación con la ONG Educação Educativa<sup>6</sup>, solo uno de cada cuatro brasileños sabe leer y escribir y menos de la mitad de la población tiene un nivel básico de alfabetización. Incluso aquellos que han pasado más años en educación formal no interpretan

<sup>5</sup> Según se indica en el informe, en el 2019 aumentó el número de propuestas del gobierno que inciden en la reducción del derecho a la educación, en la privatización educativa y la oferta de enseñanza básica pública a distancia. Para promover cambios ante esta situación, el grupo presenta siete recomendaciones, entre las que destacan: la revocación de la Enmienda Constitucional 95/2016 – que pretendía el congelamiento del gasto público en educación, salud y asistencia social a lo largo de 20 años. <https://redclade.org/noticias/agenda-2030-en-brasil/>

<sup>6</sup> <http://escreverbem.com.br/como-voce-pode-mudar-o-cenario-da-leitura-no-brasil/>

adecuadamente lo que leen. Según la encuesta, uno de cada tres brasileños con enseñanza secundaria completa está alfabetizado y dos de cada cinco con educación superior presentan niveles de lectura insuficiente. Estos datos revelan una situación alarmante respecto a la lectura en el país, y también que, a pesar de años de escolaridad, la mayoría deja la educación formal sin comprender textos que circulan socialmente y libros de ficción o teóricos.

A comienzos de 2018 el Banco Mundial hizo pública una investigación en la que se indicaba que los estudiantes brasileños tardarían más de 260 años en conseguir niveles de lectura similares a los de países desarrollados. Esta situación apunta a un gran riesgo respecto al pensamiento crítico de los jóvenes brasileños pues la lectura fomenta la reflexión y la interacción entre ideas que alienten el desarrollo del conocimiento. Si no se estimula la lectura, el pensamiento crítico de los jóvenes irá disminuyendo hasta desaparecer especialmente en los ambientes sociales más vulnerables. La encuesta *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada por el *Instituto Pró-Livro* (2016), con el apoyo de la *Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares*, *Câmara Brasileira do Livro* y *Sindicato Nacional dos Editores de Livros*<sup>7</sup>, también señala un escenario poco prometedor a pesar de algunos progresos. Se estima que el 56% de la población mayor de cinco años se encuadraría en lectores habituales (aquellos que leen al menos partes de un libro cada tres meses). En 2011, el promedio fue del 50%.

El proyecto *Más allá de los libros* comenzó su andadura en Brasil a finales de 2019 en colaboración con el equipo español, la Universidad Complutense de Madrid<sup>8</sup> (UCM) y la Universidad Federal da Paraíba<sup>9</sup> (UFPB). Las primeras actividades, con sus respectivas adaptaciones contextuales a la realidad local, están siendo realizadas en dos bibliotecas públicas de Paraíba, Estado del Nordeste de Brasil.

Estos centros receptores son la *Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista*, en João Pessoa y la *Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe*, en Cabedelo.

El efecto de potenciar una cultura lectora desde la infancia, en un ambiente acogedor como el de una biblioteca, favorece no sólo la competencia lectora y escritora que a su vez ayudan a mejorar los niveles educativos, también estimula la reflexión, el pensamiento crítico, la autonomía y el ejercicio de la ciudadanía.

---

<sup>7</sup> <https://www.cnm.org.br/index.php/comunicacao/noticias/estudantes-brasileiros-devem-demorar-mais-de-260-anos-para-atingir-qualidade-de-leitura-de-paises-desenvolvidos>

<sup>8</sup> UCM (Grupo de investigación Información, biblioteca y Sociedad)

<sup>9</sup> UFPB (Grupo de pesquisa Informação, Memória, Tecnologias e Sociedade)

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUERVO, M.; PARRA, P. Más allá de los libros: La Biblioteca Ricardo León y los 17 objetivos de la UNESCO. *RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n.2, 2019.
- D'ALÒS-MONER, A.; BAILAC, A.; HERNÁNDEZ-SÁNCHEZ, H. Dimensión social de las bibliotecas públicas. *Anuario ThinkEPI*, [S.l.], v. 9, p. 66-71, 2015.
- FAILLA, Z. Retratos: Leituras sobre o comportamento leitor do brasileiro. In: FAILLA, Z. *Retratos da leitura no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016\\_LIVRO\\_EM\\_PDF\\_FINAL\\_COM\\_CAPA.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf). Acesso em: 30 nov. 2019.
- GÓMEZ-HERNÁNDEZ, J.A. Empoderamiento social de la biblioteca. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, [S.l.], v. 32, n.113, p.181-195, 2017.
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. *III Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável*. Brasil: [s.n.], [2019?]. Disponible em: [https://redclade.org/wp-content/uploads/relatorio\\_luz\\_portugues\\_19\\_download\\_v3.pdf](https://redclade.org/wp-content/uploads/relatorio_luz_portugues_19_download_v3.pdf). Acesso em: 30 nov. 2019.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Access and Opportunity for All: How Libraries Contribute to the United Nations 2030 Agenda*. [S.l.]: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/10546?og=7409>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- MUNICIPALISTAS POR LA SOLIDARIDAD Y EL FORTALECIMIENTO INSTITUCIONAL. *Bibliotecas y Objetivos de Desarrollo Sostenible. Manual para trabajar la Agenda 2030 de Desarrollo Sostenible en las bibliotecas municipales*. Valencia: Fundación MUSOL, 2018.
- PÉREZ-SALMERÓN, G. “Discurso de aceptación”. Países Bajos: IFLA, 2017. Disponível em: <https://www.ifla.org/ES/node/11792>
- PÉREZ-SALMERÓN, G. Mapa de ideas para la transformación de la estrategia de la IFLA. *Anuario ThinkEPI*, [S.l.], v.12, p. 48-55, 2018.
- VALLESPÍ FUERTES, L. *Biblioteques públiques de les Terres de l'Ebre i Agenda 2030. Accions de suport de les biblioteques a l'Agenda 2030 de l'ONU*. 2019. Trabajo Final de Máster (Màster de Gestió i Direcció de Biblioteques i Serveis d'Informació) - Facultat de Biblioteconomia y Documentación, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2019. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/139699>. Acesso em: 30 nov. 2019.



**ibict.br**



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

